



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES  
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

**TATIANA FARIAS DE JESUS**

**TRABALHADORAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA:  
Gênero, Poder e Luta no Sindicato (1989-2002)**

**SALVADOR  
2009**

TATIANA FARIAS DE JESUS

**TRABALHADORAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA:  
Gênero, Poder e Luta no Sindicato (1989-2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvia Maria dos Reis Maia.

SALVADOR  
2009

---

J585 Jesus, Tatiana Farias de  
Trabalhadoras rurais de Feira de Santana: gênero, poder e luta no sindicato (1989- 2002)/  
Tatiana Farias de Jesus. – Salvador, 2009.  
120 f.: il.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sylvia Maria dos Reis Maia

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia  
e Ciências Humanas, 2009.

1. Relação homem-mulher. 2. Trabalhadoras rurais. 3. Poder. 4. Sindicatos. 5. Lutas de  
classes. I. Maia, Sylvia Maria dos Reis. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

---

CDD – 331.4

## TERMO DE APROVAÇÃO

TATIANA FARIAS DE JESUS

### **TRABALHADORAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA: Gênero, Poder e Luta no Sindicato (1989-2002)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-graduação do PPGNEIM da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Salvador, 20 de julho de 2009

---

Sylvia Maria dos Reis Maia - Orientadora  
Doutora em Antropologia Social pela *Universidade de Boston, B. U* - 1984  
Professora do Departamento de Antropologia da UFBA  
PPGNEIM/FFCH/UFBA

---

Guiomar Inez Germani  
Doutora em Geografia pela *Universidade de Barcelona* – 1993  
Professora do Departamento de Geografia da UFBA  
POSGEO/UFBA.

---

Gema Galgani Silva Leite Esmeraldo  
Doutora em Sociologia pela *Universidade Federal do Ceará* – 2004  
Professora do Departamento de Sociologia da UFC  
PPG/UFC

**“Por amor ou euforia  
Tudo de novo eu faria  
Por amor ou euforia  
Eu faria tudo de novo  
Derreteria a neve  
Explodiria a nave  
Cantaria *Wave...*”**

**(Ceumar)**

**Dedico este trabalho a João Lucas, que mesmo  
tão pequeno, me transmite uma energia tão boa que  
não permite que eu desista de meus sonhos!! Por ele e  
para ele, eu faria tudo de novo...**

## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não seria possível sem o apoio da minha família, minha mãe Anita, meu pai Iélio, Andréia minha irmã e meu avô que sempre me deram muito apoio e amor, além do cuidado especial que tiveram com João Lucas.

Agradeço a Fabricio, meu companheiro, que tem me incentivado desde a seleção do mestrado até a escrita do texto, além da compreensão e colaboração com a leitura e sugestões ao texto.

Agradeço também à minha família que me acolheu aqui em Salvador na época das disciplinas, minha sogra Dionéia, meu sogro Francisco além de meu cunhado, Leandro e sua família.

A João Lucas gostaria de agradecer profundamente pela compreensão, porque mesmo tão pequeno entende a minha ausência, que é apenas física!!

Aos meus amigos(as) eternos Iris Verena, Edivânia (minha comadre), Igor José e Igor Gomes com quem tenho convivido desde que entramos na UEFS. É bom saber que posso contar com estas pessoas onde estiverem, pois fazem parte de minha vida e da minha família.

Aos amigos Clara, Samuel (meu compadre), Robério, Guiu, Niltinho, Júnior, a Matheus de Jesus tantos outros que mesmo distantes ainda permanecem no meu coração e tem contribuído bastante para a minha caminhada. Agradeço também a Valquíria Lima por ter feito a revisão do texto.

Não poderia deixar de agradecer a Natália, Conceição Borges, Eduardo, Caciano Pereira, Maria das Virgens e muitas outras pessoas que fazem ou fizeram parte do Sindicato de Trabalhadores de Feira de Santana e sempre foram bastante receptivos. Graças à compreensão dos membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, foi possível pesquisar nos arquivos do sindicato, além de obter suas valiosas entrevistas. Com estas pessoas, tenho aprendido que apesar das dificuldades, temos que ter garra para lutar.

Aos meus colegas do NUEG-UEFS tenho profunda gratidão. Nossa, eu não poderia estar em outro lugar num momento como esse de correria. Eles têm sido bastante compreensivos comigo!!

À minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup>. Sylvia Maia, agradeço bastante pelas contribuições valiosas, o material disponibilizado e a paciência, pois compreendeu minhas dificuldades ao longo deste percurso, no qual foi difícil conciliar trabalho com pesquisa/escrita da dissertação.

A colaboração das professoras do mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e as disciplinas que cursei foram fundamentais para o amadurecimento da minha pesquisa, principalmente as aulas da professora Ângela Freire.

À minha turma do PPGNEIM, agradeço pela companhia, pelos encontros de que participamos, enfim, foi muito bom!!!!

Foi uma realização pessoal imensa cursar o Mestrado no PPGNEIM!!!!

Por fim, gostaria de agradecer a Deus e a todas as entidades que de forma direta me protegem e fortalecem para enfrentar a vida. Sem eles não teria conquistado esta vitória!

## RESUMO

Esta dissertação analisa a participação feminina no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana no período de 1989 a 2002, observando as estratégias de luta e mobilização dessas mulheres. O trabalho busca compreender as relações de Gênero e de poder no interior das disputas políticas da entidade, analisando o processo de conquista da direção sindical pelas trabalhadoras rurais e as transformações desencadeadas a partir de então, como a criação da Secretaria de Mulheres, espaço institucionalizado para atender às demandas específicas destas mulheres. Pretende-se refletir sobre a importância da inserção feminina na gestão sindical– haja vista a marcante presença de diretorias presididas por *Trabalhadoras Rurais* desde 1989, bem como o reconhecimento das questões referentes aos direitos da mulher trabalhadora rural.

Palavras- chave: trabalhadoras rurais- gênero- poder- luta- sindicato

## **ABSTRACT**

In this dissertation is analyzed the female participation in Rural Workers Trade Union of Feira de Santana since 1989 to 2002, by observing strategies of struggle and mobilization of those women. This study intends to demonstrate relations between Gender and power in political disputes of that entity, by analyzing the process of conquest of the trade union leadership by female rural workers and the changes occurred since then- like the creation of the Women Secretary, an institutionalized place to attend to specific needs of rural women. It is intended to reflect on the importance of female insertion into the trade union management- in view of the outstanding presence of directorships held by Rural Workers since 1989, as well as the recognition of matters related to the rights of female rural workers.

Keywords: female rural workers- gender- power- struggle- trade union

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>QUADRO 1: POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA .....</b>	<b>42</b>
<b>QUADRO 2: NÚMERO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DA PEQUENA PRODUÇÃO EM FEIRA DE SANTANA .....</b>	<b>44</b>
<b>QUADRO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS SEGUNDO FAIXAS DE PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA DIRETORIA. GRANDES REGIÕES (2001) .....</b>	<b>89</b>
<b>QUADRO 4: GESTÕES DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE FEIRA DE SANTANA (STRFS) .....</b>	<b>106</b>

## ÍNDICE DE IMAGENS

<b>Foto 1. Reportagem de capa do dia 17 de setembro de 1992 .....</b>	<b>60</b>
<b>Foto 2. Primeiro de dezembro .....</b>	<b>61</b>
<b>Foto 3. Reportagem de 2 de abril de 1993 .....</b>	<b>61</b>
<b>Foto 4. Reportagem de 2 de abril de 1993 .....</b>	<b>62</b>
<b>Foto 5. Reportagem de 8 de março de 1991 .....</b>	<b>62</b>
<b>Foto 6. Jornal de 15 de novembro de 1990 .....</b>	<b>63</b>
<b>Foto 7. Reportagem do dia 8 de janeiro de 1989 do Jornal Feira Hoje .....</b>	<b>107</b>
<b>Foto 8. Reportagem do dia 6 de janeiro de 1989 do Jornal Feira Hoje .....</b>	<b>108</b>
<b>Foto 9. Reportagem de dezembro de 1995 do Jornal Feira Hoje .....</b>	<b>109</b>
<b>Foto 10. Reportagem do dia 08 de março de 1995 do Jornal Feira Hoje .....</b>	<b>109</b>
<b>Mapa 1. Localização de Feira de Santana no Estado da Bahia .....</b>	<b>64</b>
<b>Mapa 2. Rodovias que cortam Feira de Santana .....</b>	<b>65</b>
<b>Mapa 3. Município de Feira de Santana – distritos e setores censitários .....</b>	<b>66</b>

## **Maria-sem-vergonha de ser mulher**

**Já são tantas. Milhares milhões. Uma verdadeira rama,  
florescendo por todo o planeta**

**Lilás. São Maria –sem-vergonha de ser mulher.**

**Não são só florzinhas. São mulheres se agrupando,  
misturando suas cores, gritando seus encantos,  
exibindo suas verdades**

**São domésticas, bailarinas, médicas, estudantes,  
Bancárias, professoras, escritoras, garis, brancas,  
Negras, índias, meninas ... São agricultoras...**

**São sem vergonha de dizer**

**Que ainda falta trabalho, salário digno, respeito...**

**Que ainda são vítimas de violência física**

**Da porrada, do assédio, do estupro, do aborto,  
da prostituição, da falta de assistência...**

**são Maria-sem-vergonha de se indignar  
diante do preconceito, da escravidão e da injustiça,  
da discriminação de seu cabelo pixaim  
e da sua pele negra.**

**São Maria –sem-vergonha de brigar por creches**

**Educação, saúde, moradia, terra, comida,  
meio ambiente, pelo direito de ter ou não ter filhos...**

**São Maria-sem-vergonha de ficar bonita,  
pintar a boca e da sua boca soltar um beijo  
que não vem da boca, mas de seu inteiro,  
indivisível e solitário.**

**São Maria sem vergonha de decidir, de fazer política  
escolher e ser escolhida. São essas sem-vergonha que a cada tempo mudam a história  
conquistam direitos. Dão a vida  
geram outras vidas. Insistentemente,  
desavergonhadamente vão tecendo de cor e de beleza,  
O desbotado das relações humanas.**

**Sem medo, sem disfarce, sem vergonha de ser feliz  
vão parindo com dores e delícias um novo mundo  
pra mulheres e homens  
Um novo mundo pra “comunidades de seres”  
humanos, plantas e animais.**

**Nanci Silva( Campo Grande – MS)**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>O trabalho com as fontes.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I - ESTUDOS DE GÊNERO: ENGENDRANDO UM NOVO CAMINHO .....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 – Estudos de gênero: uma abordagem .....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 – A superação das desigualdades de gênero e as relações de poder .....</b>	<b>28</b>
<b>1.3 – O reconhecimento da cidadania .....</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO II - BREVE HISTÓRIA DE FEIRA DE SANTANA E A FUNDAÇÃO DO STRF .....</b>	<b>36</b>
<b>2.1 – Breve história de Feira de Santana .....</b>	<b>37</b>
<b>2.2 – Situando o STRFS .....</b>	<b>45</b>
<b>2.3 – A atuação das mulheres no sindicalismo rural feirense .....</b>	<b>50</b>
<b>2.4 – “Sindicato(STRFS) pede decretação e estado de emergência” .....</b>	<b>54</b>
<b>2.5 – Alguns estudos sobre Feira de Santana e o movimento sindical .....</b>	<b>58</b>
<b>CAPÍTULO III - HISTÓRIA DO SINDICALISMO RURAL: RAÍZES .....</b>	<b>67</b>
<b>3.1 – No tempo das ligas camponesas... ..</b>	<b>68</b>
<b>3.2 – A formação dos sindicatos rurais .....</b>	<b>70</b>
<b>3.3 – Novo sindicalismo no Brasil .....</b>	<b>73</b>
<b>3.4 – Entre a cruz e a enxada... ..</b>	<b>77</b>
<b>3.5 – Relações de gênero na estrutura sindical.. quando elas ocupam estes espaços.....</b>	<b>81</b>
<b>CAPÍTULO IV - GÊNERO E PODER: CONFLITOS E DINÂMICAS NUM SINDICATO RURAL .....</b>	<b>90</b>
<b>4.1 – Das eleições às conquistas .....</b>	<b>91</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>110</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>

## APRESENTAÇÃO

O trabalho que se apresenta a seguir é fruto de uma pesquisa sobre a atuação das mulheres no Sindicato de trabalhadores rurais de Feira de Santana (STRFS<sup>1</sup>), e vem sendo desenvolvido desde a graduação de forma independente. É prosseguimento de um trabalho monográfico apresentado à Especialização em História da Bahia na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Contudo, algumas questões que apenas, foram apontadas no trabalho anterior serão aprofundadas nesta dissertação. Analisa-se, para tanto, as relações de poder imersas no cotidiano sindical, a exemplo dos momentos de decisão eleitoral e, além disto, o próprio enfrentamento entre esta categoria e os representantes do poder político local (prefeitos, secretários, câmara municipal). Para além disto, estabelece-se uma relação entre os principais enfrentamentos das trabalhadoras no sindicato de Feira de Santana e o contexto nacional de lutas da categoria, bem como os acontecimentos relevantes no país.

A aproximação com o estudo desta temática aconteceu ainda na graduação de História, no período em que cursava disciplina Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica na Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia. As motivações para o desenvolvimento da pesquisa estão relacionadas ao fato de acompanhar durante muitos anos nos programas de rádio e na televisão as (os) representantes do STRFs expondo questões que diziam respeito aos trabalhadores rurais do município de Feira de Santana. A presença e visibilidade das mulheres sempre chamavam atenção, principalmente pelo fato de nos outros sindicatos de Feira de Santana, a exemplo dos “Comerciários” e dos “Bancários” os homens serem os representantes de sua categoria, seja na televisão ou no rádio. Aliado a esta questão percebíamos também o quanto a categoria de trabalhadores rurais do município enfrentava problemas cotidianos, como a grave falta de abastecimento de água, quando não faziam manifestações pelas ruas de Feira de Santana denunciando a negligência das autoridades frente aos problemas. Daí a pertinência de realizar um estudo sobre a atuação das mulheres no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, relacionando aspectos da luta pelo reconhecimento da sua cidadania e a garantia de dignidade.

---

<sup>1</sup>Esta abreviação será utilizada ocasionalmente no transcorrer do texto para se referir ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana

A princípio, enfrentamos dificuldades para encontrar outras produções acadêmicas (historiográficas ou não) a respeito do Sindicato de Feira de Santana<sup>2</sup> e, mais especificamente, sobre a participação de mulheres em sindicatos na Bahia de um modo geral. Isso motivou ao desenvolvimento de uma pesquisa referente à participação das mulheres no STRFS, fazendo-nos debruçar mais atentamente sobre as relações de gênero.

A entrada no Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, o que foi proporcionado também pelas disciplinas cursadas e as temáticas ao longo destas. A identificação com os temas abordados ao longo do curso foram fundamentais para o amadurecimento teórico e pessoal, onde pudemos levar os próprios questionamentos teóricos a respeito das desigualdades de gênero para a dimensão do cotidiano, seja ele profissional e mesmo familiar. As discussões teóricas permitiram desenvolver o projeto de pesquisa inicial incluindo assim, as relações de poder na análise das dinâmicas internas do STRFS; o que possibilitou, ampliar as discussões sobre as práticas e estratégias de luta e mobilização das mulheres inseridas na vida sindical e nos movimentos sociais do campo.

Algumas questões como a seca no município e as mobilizações e reivindicações encaminhadas pelo STRFS no sentido de reverter o quadro de miséria no qual a população se encontrava, trouxeram a necessidade de ressaltar estas questões, principalmente porque elas estão presentes no cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores, além de fazer parte das notícias diárias apresentadas pelos principais jornais da cidade, a exemplo do Jornal *Feira Hoje* e *Folha de Feira*.

O trabalho traz uma análise da participação feminina no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana buscando compreender as relações de Gênero no interior das disputas políticas da entidade no período de 1989 a 2002. Tomando como ponto de partida este “recorte” cronológico pretende-se refletir sobre a importância da inserção feminina na gestão sindical – haja vista a marcante presença de diretorias presididas por *Trabalhadoras Rurais* desde 1989 – e seu o impacto na orientação do posicionamento sindical frente às questões específicas das trabalhadoras rurais, bem como no reconhecimento das questões referentes aos direitos da mulher trabalhadora rural.

---

<sup>2</sup> Foram encontrados trabalhos sobre o Sindicato: Ana Castelo (1999), Telma Regina Teles de Oliveira(2001) e Ildes Ferreira Oliveira(1997). Consideramos importantes trabalhos, mas são poucos, dada a importância do STRFS.

Este processo culmina na reformulação do Estatuto do STRFS<sup>3</sup>, reformulação esta que traz algumas modificações fundamentais na organização do Sindicato e que é fruto da atuação das mulheres na entidade, propondo modificações que visam atender às questões específicas das trabalhadoras rurais. Dentre estas mudanças, destacamos: a criação dos cargos de Secretário (a) de mulheres e Secretário (a) de Previdência Social e Políticas Sociais.

Ao destacar as trajetórias destas mulheres no STRFS, buscamos colaborar com o fortalecimento de outro parâmetro de análise dos movimentos sociais, que se aproxima da dimensão concreta da experiência desses sujeitos, suas formas de mobilização e intervenção na vida pública e privada, a partir de suas demandas específicas e “situadas” (LOWY, 2000). Dessa forma, ressaltamos a atuação feminina no sindicato classista, modificando as pautas de reivindicações das entidades, bem como redefinindo a concepção de sujeito, dando novo caráter ao “conjunto de trabalhadores com vivências diferenciadas da exploração capitalista, segundo seu gênero e/ou raça, diferenças essas que não impossibilitam a construção de um projeto político comum” (ARAÚJO & FERREIRA, 2000.p. 329).

Traçar um estudo que enfoque este processo no âmbito local em destaque tem sido um desafio no sentido de provocar e trazer novas contribuições ao campo destas investigações, pois ainda existem lacunas nas pesquisas acadêmicas que se referem às trabalhadoras rurais na região de Feira de Santana<sup>4</sup>. Nesse sentido, as idéias centrais deste trabalho vêm sendo desenvolvidas ao longo dos últimos anos num processo de paulatina aproximação com as trabalhadoras rurais, militantes sindicais, com os eventos promovidos pelo STRFS, além de contato com as fontes manuscritas e impressas da entidade sindical, quais sejam, documentos políticos, atas, fichas de filiação e outros.

Para tratar destas questões, o trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se às contribuições do movimento feminista para as Ciências Humanas como um todo. O capítulo I, *Estudos de Gênero: Engendrando um novo caminho* debruça-se sob o processo de desconstrução dos pressupostos da Ciência Moderna que, por muito tempo, manteve seu *status*, alegando uma neutralidade científica e justificando a exclusão das

---

<sup>3</sup> Este “Novo” Estatuto foi um documento relevante para o presente trabalho na medida em que trouxe novas balizas para o universo da pesquisa com as fontes, logo redimensionando o recorte em foco, como veremos mais a frente. (Ata da Assembléia do STRFS: “Discussão e Aprovação da proposta de alteração do Estatuto”. 13 de novembro de 2002)

<sup>4</sup> Ressalto os trabalhos de Telma Regina Teles de Oliveira intitulado: *A mulher aposentada Rural: sindicalismo e alternativa de sobrevivência- Humildes – 1989-1999*(monografia apresentada ao Curso de Especialização em Teoria da História- UEFS, Feira de Santana, 2001), além do trabalho CASTELO, Ana Maria Pereira. *Mas afinal o que querem as mulheres? A mulher no sindicato dos trabalhadores rurais de Feira de Santana*. (Trabalho monográfico) Feira de Santana, UEFS, 1999. Contudo estas autoras não trabalham com a dimensão das relações de gênero nem poder.

mulheres na produção científica. Destaca-se aí o papel dos estudos feministas neste processo, a importância da categoria gênero, utilizada para desconstruirmos as desigualdades entre homens e mulheres, aliado ao enfoque das relações de poder imersas no cotidiano das pessoas. Este capítulo reflete ainda as lutas das trabalhadoras rurais, nacionalmente, pelo reconhecimento de sua cidadania e seus direitos trabalhistas, pois seu trabalho não poderia continuar sendo visto apenas como ajuda. O segundo capítulo *Breve História de Feira de Santana e a Fundação do STRFS* aborda a história desta cidade, que tem como principal característica sua relação comercial com outros municípios e/ou regiões, e as dificuldades enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as) da região com o fenômeno natural da seca. Além disso, ressalta-se o papel do STRFS na busca de melhorias para a população da zona rural, cujos destinos são entregues à própria sorte, haja vista o descaso do poder público municipal frente a estas questões. No terceiro capítulo, *História do sindicalismo rural: raízes*, fazemos uma análise da trajetória dos movimentos de trabalhadores rurais, a partir das lutas das Ligas Camponesas, um dos principais movimentos de trabalhadores do Brasil, ressaltando ainda a história do sindicalismo rural no Brasil. Este capítulo enfoca as dificuldades de acesso das trabalhadoras ao espaço sindical, inicialmente marcado pela presença predominante dos homens, e como, aos poucos, estas inseriram suas demandas específicas nas pautas de reivindicação destas entidades, o que não significa que já conquistaram tudo. O quarto capítulo, *Gênero e poder: conflitos e dinâmicas num sindicato rural*, analisa as principais fontes que foram pesquisadas nos arquivos da entidade, além da contribuição de alguns relatos de homens e mulheres que atuam nela, além das transformações ocorridas no STRFS no decorrer do período estudado, que abrange o intervalo entre 1989 e 2002.

### **O trabalho com as fontes**

Os estudos feministas foram e são fundamentais no processo de crítica e reelaboração de métodos das Ciências Humanas como um todo, propondo novos olhares e abordagens sobre as fontes, assim como contribuindo para a desconstrução de categorias generalizantes e universalizantes em favor da compreensão das dimensões da experiência concreta vivida por estes sujeitos, sobretudo, no que diz respeito ao conceito de gênero e feminismo. (DIAS, 1992). O cotidiano destes sujeitos, até então marginalizados dos estudos históricos, segundo

Maria Odila Dias<sup>5</sup>, revelaria a experiência destes homens e mulheres e suas estratégias de sobrevivência.

Dessa forma, consideramos inicialmente, que as atas de reunião e posse do STRFS seriam importantes documentos para analisarmos as disputas políticas internas e a composição de cargos da diretoria ao longo dos anos, bem como revelariam parte dos discursos e visões dos sujeitos envolvidos, no que se refere às demandas e caminhos da entidade e do movimento social no qual estão inseridos. Com a ressalva de que a escrita das atas está relacionada com o olhar dos sujeitos que escrevem, portanto, o olhar e ponto de vista estão incluso na escrita destes documentos.

Utilizamos também os documentos escritos disponibilizados no arquivo do STRFS entre os anos de 1989 a 2002, a exemplo das atas de reunião das diretorias que coordenaram as atividades desta entidade, as atas das assembléias, tanto ordinárias quanto as extraordinárias, que discutiam pontos de interesse da categoria como organização de passeatas ou eleição de delegados para participar de congressos de trabalhadores, a exemplo daqueles organizados pela Central Única de Trabalhadores (CUT), dentre outras questões específicas que faziam parte do universo de luta da categoria no período, as atas de eleição e de posse nas quais pudemos encontrar com exatidão dados sobre as eleições, o universo de votantes, as chapas eleitas e as tensões e características dos momentos eleitorais. Estes documentos que se encontram nas sedes do STRFS foram bastante significativos para a elaboração deste trabalho. Vale destacar que o acesso aos livros de Atas e a outros documentos do acervo do sindicato, como as fichas de filiação dos trabalhadores(as) foi permitido pelos membros da entidade para que fossem fotografados, o que viabilizou em grande parte o resultado das informações obtidas. O arquivo do sindicato foi outra fonte de grande importância para a presente pesquisa, haja vista conter valiosos registros da memória da entidade e, por conseguinte, dos sujeitos que a construíram.

Uma minuciosa coleta de reportagens também foi realizada nos jornais encontrados nos arquivos da Biblioteca Municipal de Feira de Santana, através da colaboração e compreensão de suas funcionárias, tornando possível a realização da pesquisa, principalmente no jornal *Feira Hoje*. Durante estes anos, foram encontradas notícias daquele sindicato, da zona rural de Feira de Santana (e o sempre presente fenômeno da Seca), bem como das lutas das (os) trabalhadoras (es) rurais locais. Nas páginas do jornal *Feira Hoje*, havia muitas entrevistas e os relatos do que se passava no STRFS, como as eleições, a ascensão das

---

<sup>5</sup> Segundo esta autora, as perguntas do pesquisador (a) precisariam ser refeitas de modo que respondessem o que até então se encontrava invisível. Para isso, os conceitos utilizados precisavam ser revistos (1992).

mulheres na presidência da entidade, as manifestações das trabalhadoras rurais na comemoração do dia *8 de março* (onde estavam sempre presentes, mesmo que fosse a caráter de protesto e não de comemoração). Além deste, também foram pesquisadas algumas reportagens do Jornal Folha de Feira, mesmo tendo sido apenas poucos exemplares, diferentemente do Jornal Feira Hoje, cuja pesquisa foi de 1989 até 1997 (ano em que deixou de ser publicado). Foram analisadas as publicações de todos os meses, salvo aqueles que não foram encontrados no acervo da Biblioteca Municipal de Feira de Santana.

Além destas, a ampliação na forma de uso das fontes e metodologias da História Oral permitiu fundamentar a análise histórica com base na memória das próprias mulheres, suas trajetórias e perspectivas. Como afirma Gandon (2005. p. 228), ao tratarmos de pesquisas com fontes orais, a noção de diversidade constitui-se numa palavra chave.

A proposta de utilização da História Oral como abordagem investigativa possibilita o desenvolvimento de projetos que buscam compreender melhor a atuação feminina nos movimentos sociais e na vida sindical. A utilização da entrevista é uma opção que se faz necessária, tendo em vista a necessidade de superar o silêncio das vozes daquelas (es) excluídas (os) da produção do conhecimento científico, evidenciando suas experiências, vivências, valores, ações e idéias. A memória é fundamental para a reconstrução da história das mulheres, em muitos casos negada e silenciada, como já mencionado. É fundamental reconstruirmos suas trajetórias a partir de suas falas, levando em consideração que a memória está marcada por experiências socialmente vividas.

O uso da metodologia de entrevistas busca o contato com experiências únicas, pensando o coletivo como um conjunto de experiências múltiplas construídas por sujeitos com bagagens culturais diversas (KHOURY, 2001). Dessa forma, é possível dialogar com visões de mundo diversas e enriquecedoras, registradas a partir das falas dos (as) entrevistados (as).

As entrevistas foram realizadas com trabalhadores e trabalhadoras rurais que comentaram a respeito de suas experiências no cotidiano do Sindicato. Ao todo, foram realizadas cinco entrevistas, que foram possíveis devido à rede de indicações que se formava a partir do contato com cada uma das pessoas que indicavam um novo contato, ou seja, no momento das entrevistas, cada informante indicava outra pessoa que pudesse complementar os depoimentos sobre os fatos que ocorreram no decorrer da história do STRFS e que fossem fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, a insegurança no que diz respeito à memória referente ao passado fazia com que estes indicassem outros companheiros de luta, para serem também entrevistados.

Infelizmente não foi possível entrevistar todos aqueles (as) indicados por Conceição Borges, Eduardo Pereira, Caciano Pereira, Maria das Neves e Maria das Virgens, principais informantes, não somente pela dificuldade de ter acesso a muitos destes homens e mulheres que atuaram no sindicato e hoje estão afastados, moram na zona rural, mas também porque muitos deles (as) vivem atarefados com a rotina de trabalho no campo.

Ao observarmos o cotidiano destes trabalhadores, reafirmamos que se torna enriquecedor trabalhar a oralidade destes diversos sujeitos como afirma Khoury (2001) em relação ao exercício da pesquisa com a história oral:

“... vamos desenvolvendo habilidades para melhor captar, nos significados dos enredos, modos peculiares de ser e de viver, tensões e conflitos, resistências e transgressões, sujeições e acomodações, vividos e narrados pelos sujeitos como sonhos, expectativas e projetos, valores, costumes, tradições e fabulações” (KHOURY, p.85)

Os sujeitos selecionados para serem entrevistados faziam parte de três grupos distintos, são eles: as mulheres que atuaram como membros da diretoria do sindicato, as mulheres que atuaram nas lutas do sindicato, mas não necessariamente ocuparam cargos da diretoria, os homens que ocuparam cargos da diretoria. A divisão das entrevistas nestes três grupos distintos faz-se necessária, pois compreendemos que suas vivências nas lutas da categoria foram diferenciadas a depender da função que ocupavam.

A escolha de entrevistar homens e mulheres deve-se à minha opção de trabalhar a pesquisa sob o ponto de vista das relações de gênero, o que inclui compreender como estes sujeitos se relacionam entre si. Segundo Louro (1997, p.22), “(...) ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estão agora de forma muito mais explícita, referindo- se também aos homens”.

Esta autora ressalta ainda que a(o) estudiosa(o) deve contextualizar sua análise no sentido de perceber que não está lidando com um conceito limitado e homogêneo do que seja masculino versus feminino ou homem versus mulher. Portanto, quando nos propusemos a trabalhar as relações de gênero no STRFS, levamos em consideração o gênero e outras diferenças que se destacaram ao longo de nossas análises.

Outros documentos históricos também foram utilizados para esta pesquisa como panfletos, cartilhas, jornais, dentre outros produzidos pelo órgão durante o período estudado. Todos estes materiais, também disponibilizados pelos dirigentes da entidade, foram

analisados. Como o sindicato possui forte expressividade e visibilidade junto à comunidade feirense, algumas matérias de jornais de circulação local foram incluídas na investigação.

As entrevistas foram realizadas em três etapas, a primeira delas foi a pré-entrevista, ou seja, contato prévio com os (as) entrevistados(as) a fim de estreitar a relação entre entrevistadora e entrevistados(as). O segundo momento foram as entrevistas em si, previamente agendadas e o terceiro momento, o das transcrições destas falas que buscamos respeitar e manter na sua integridade. Consideramos que no trabalho com a história oral os depoimentos não descartam a possibilidade de utilizarmos a pesquisa e a consequente análise histórica de outros documentos.

Vale ressaltar ainda que a “fala” constitui um referencial importante de comunicação, preservação e reinvenção de memórias. Além disso, os depoimentos representam a visão destes sujeitos, bem como do lugar social de onde falam (Sader, 1988). A historiografia que busca desconstruir a imagem de passividade das mulheres, ressaltando seu papel na história, interessa-se também pela oralidade na medida em que leva em consideração a experiência humana e a subjetividade.

Em suma, a trajetória de luta das trabalhadoras rurais da região de Feira de Santana junto ao sindicato e a análise das relações de gênero, articuladas às fontes orais e impressas disponíveis, constituem o foco desta pesquisa. Com isso, tivemos nas mãos um importante acervo no qual buscamos problematizar as relações sociais e políticas do grupo em foco. Os caminhos deste trabalho foram definidos ao longo de sua construção, contingenciados pela pesquisa e análise das fontes, assim como, pelo constante processo de revisão bibliográfica concomitante ao processo de pesquisa.

É fundamental destacar que as reflexões aqui apresentadas se constituem num ponto de vista determinado sobre a experiência histórica em foco, apontando, portanto, para futuras inflexões em torno da temática e seus agentes. Um exemplo disso é o recorte desta pesquisa que, inicialmente, se propunha a analisar o período de 1989 a 2001, porém, com a leitura minuciosa de algumas fontes, mais especificamente, o Estatuto do Sindicato, que criou a Secretaria de Mulheres, percebemos a necessidade de ampliação do período já que a secretaria foi formada em 2002 e não em 2001 como havia nos informado alguns sindicalistas.

Pretende-se, portanto, contribuir com a formulação de outro ponto de vista sobre o sindicalismo na Bahia, pois, a presença organizada das trabalhadoras nos sindicatos e centrais sindicais foi e tem sido fundamental para que as questões relativas às desigualdades de gênero entrem na agenda das discussões e das lutas sociais.

# Capítulo I

## ESTUDOS DE GÊNERO: ENGENDRANDO UM NOVO CAMINHO

*“As mulheres cientistas transgrediram duas vezes: uma porque não estão em casa, como também não estão todas as mulheres trabalhadoras e outra por serem capazes de transitar em um mundo que não foi pensado ou feito para elas, o mundo do conhecimento”*

*(LIMA e SOUZA, 2003. p. 133)*

## 1- Estudos de Gênero: uma abordagem

A história das mulheres vem, ao longo dos tempos, revelando que a conquista da visibilidade feminina, assim como o seu protagonismo, tem provocado transformações substanciais nas relações e desigualdades sociais. Como parte destas trajetórias, os estudos de Gênero, sobretudo nas últimas décadas, têm colocado em cheque velhas certezas. Partindo destes debates, este capítulo se constitui numa tentativa de avaliar o impacto desta abordagem no universo acadêmico. Tem-se como objetivo ainda refletir sobre algumas contribuições dos estudos feministas para a transformação do “olhar” científico sobre os objetos e sujeitos de pesquisa, bem como a inserção das experiências e memórias de lutas das trabalhadoras rurais no *hall* destas discussões.

Dos esforços das feministas em desconstruir os paradigmas da “modernidade” propuseram-se novos olhares e novas formas de fazer ciência que não mais reduzissem as mulheres a estereótipos ou as inviabilizassem enquanto sujeitos. A crítica à produção do conhecimento histórico se estende aos pressupostos da ciência moderna. A crise dos paradigmas tradicionais da Ciência foi acompanhada da necessidade de uma revisão dos instrumentos de pesquisa e da noção de sujeito universal.

Descartes (1596-1650)<sup>6</sup>, um dos principais pensadores da Ciência Moderna, afirmava a possibilidade de esta Ciência dominar e controlar a Natureza, através das leis gerais. Ele desconsiderou a subjetividade e emoção dos sujeitos envolvidos no processo de construção do conhecimento, priorizando a racionalidade – e outros termos, ou seja, a razão – como principal caminho para o amadurecimento da ciência.

Dentre os muitos teóricos que se debruçaram sobre esta temática, podemos destacar, séculos depois, um autor que teve papel fundamental na construção dos fundamentos desta corrente teórica: o positivista Augusto Comte (1798- 1857). O positivismo, principalmente no que se refere ao campo dos estudos históricos, defendia a busca da “verdade” científica indubitavelmente registrada nas fontes escritas, pois estas falavam por si. Assim, as interpretações do estudioso (no caso dos historiadores) não incluíam suas impressões pessoais que, do contrário, “contaminariam” a reconstituição de fatos históricos e a reconstrução de determinada leitura das transformações humanas do passado. Note-se que, para inúmeros estudiosos desta corrente, o discurso científico era visto como incontestável já na altura do

---

<sup>6</sup> Um dos seus trabalhos mais conhecidos “ O discurso sobre o Método” estabeleceu as bases da Ciência Moderna.

século XIX, o olhar sobre as fontes refletia, em linhas gerais, uma visão passiva das relações sociais e dos sujeitos que a protagonizavam. Obviamente, as narrativas históricas de natureza positivista, refutavam quaisquer questionamentos à veracidade das fontes escritas, “que falavam por si sós”, sobretudo as oficiais, revelando um projeto de sociedade baseado na idéia de preservação da ‘ordem’ pela busca do progresso. Atualmente, partimos do pressuposto que a análise do(a) pesquisador(a) sobre determinados acontecimentos ou estudo de determinada comunidade tem influencia do “lugar” social a que pertencem e, conseqüentemente, da sua interpretação pessoal, portanto, não deve ser considerada como verdade absoluta.

Os estudos feministas, nascidos das contradições da ciência moderna, foram fundamentais no processo de desconstrução dos seus pressupostos e do *status* de seus sujeitos. Em outras palavras, à medida que se ampliaram o olhar e o interesse pelas demandas das mulheres no ambiente acadêmico, vem-se questionando princípios que, de fato, mantinham/mantêm um quadro desigual entre homens e mulheres nos espaços de produção do conhecimento. Cabe lembrar que, neste movimento, que já dura muitas décadas, a crise de postulados, como a noção de neutralidade científica, denuncia que tais fundamentos servem para justificar, através de um suposto discurso da ‘ciência’, estudos que buscavam comprovar que as mulheres não eram capazes de ocupar espaços na academia para produzir conhecimento.<sup>7</sup>

A provocação anunciada na epígrafe que inicia este capítulo sugere que as construções sociais em torno dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, sob bases essencialistas que justificavam as desigualdades como provenientes da questão biológica, ou seja, o corpo das mulheres e sua posição de procriadoras limitariam seu posicionamento na sociedade ao espaço privado, grosso modo, ao *status* de “donas do lar”. A ocupação assimétrica pelos homens nos quadros da produção da ciência explica, de certo modo, porque inúmeras construções discursivas fortalecem o argumento essencialista que reduz e orienta as mulheres a uma educação que desenvolva as habilidades do lar, bem como supervaloriza o ambiente doméstico, o destino da maternidade. Contudo, ao longo da história, as mulheres, ao ocupar os postos de trabalho e acadêmicos, têm demonstrado que resistem às práticas sexistas que tentam limitar seu espaço de atuação e de ação.

É assim o papel das feministas que, para além do compromisso acadêmico, possuem o compromisso político de romper com determinados mitos e práticas, denunciando a produção do conhecimento científico que está a serviço da manutenção destes dados e suas

---

<sup>7</sup> Segundo Perez Sedeño (2001) muitos estudos psiquiátricos buscavam comprovar que as mulheres tinham uma tendência natural para o desequilíbrio.

disparidades. Contudo, mesmo denunciando as incoerências da Ciência Moderna, não devemos descartar dela as contribuições resultantes das mudanças de perspectiva investigativa – transformações valiosas no olhar sobre os sujeitos, outrora rotulados sob a referência estigmatizante de *objetos* de estudo. Assim, podemos conduzir com os procedimentos metodológicos, a exemplo da utilização de métodos quantitativos. (LIMA e SOUZA, 2003).

A entrada das mulheres na academia não rompeu, de início, com as práticas utilizadas até então, pois estas ainda reproduzem um modelo de ciência androcêntrica<sup>8</sup>. É, sem dúvida, a partir do processo de autoconsciência do lugar de submissão que lhe é imposto, é que elas buscam romper com os hábitos tradicionais da Ciência e denunciam o enfoque androcêntrico que distorce a realidade que, portanto, marginaliza, silencia e menospreza as contribuições das mulheres à vida social.

Concordo também que às historiadoras, filósofas, sociólogas, etc, não basta que ocupem apenas as cátedras. Os estudos acadêmicos devem desconstruir os discursos, práticas e teorias que legitimam a condição de subordinação feminina e apontar novos caminhos.

Para Sardenberg (2002), as propostas feministas para a Ciência baseiam-se no projeto de transformação das relações de gênero que estão presentes na sociedade. Para isso, é necessário pensarmos na prática e elaboração de uma ciência politizada. Nas palavras da autora, “*a crítica feminista tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres do mundo da ciência*” e tem ido além, no sentido de criticar e buscar o rompimento com as bases paradigmáticas desta ciência.

Segundo Sandra Harding (1996) a ciência está a serviço de tendências retrógradas e muitas de suas produções tanto tecnológicas quanto teóricas se constroem sobre bases sexistas, racistas e classistas. Em seu instigante trabalho intitulado *ciência y feminismo*, sugere que os criadores da ciência moderna mesmo em defesa da neutralidade na produção do conhecimento falam de um lugar definido por sua classe, raça, gênero e cultura onde estão inseridos. Desse modo, estão comprometidos, com a acumulação de capital e controle político social e, para além destes, com a manutenção do estado das relações de poder e gênero.

De maneira pontual, Harding situa as feministas como corresponsáveis por questionar, de maneira estrutural, os modelos de produção do conhecimento que outras lutas históricas

---

<sup>8</sup> Amparo Moreno Sarda define androcentrismo como sendo: El hombre como medida de todas las cosas. Enfoque de un estudio, análisis o investigación desde La perspectiva masculina únicamente, y utilización posterior de los resultados como válidos para La generalidad de los individuos, hombres e mujeres. Este enfoque unilateral se ha llevado a cabo sistemáticamente por los científicos, lo cual ha deformado ramas de La ciencia tan importantes como La Historia, Etnología, Antropología, Medicina, Psicología y otras. El enfoque androcéntrico distorsionador de La realidad, ha sido denunciado por muchas de las propias mujeres científicas”(1987. p. 23)

como o combate ao racismo, ao colonialismo ou mesmo contra o capitalismo já apontavam. Contudo, destaca devidamente que foram as feministas responsáveis por questionar a estrutura da produção do conhecimento, denunciando as perversas influências das construções científicas sobre as análises das capacidades das mulheres em relação à Ciência. Afirma ainda, que os homens cientistas ocupam uma posição dominante na sociedade, o que se traduz em um conhecimento parcial e perverso, enquanto que a posição desprivilegiada das mulheres abre a possibilidade de um conhecimento aberto.

Ao buscar reconstruir a participação feminina em um sindicato (assunto em destaque neste trabalho), espaço historicamente ocupado hegemonicamente pelos homens, pretende-se fortalecer estudos que se propõem a reconstruir a história destes personagens que, durante muito tempo, foram alijados do cenário acadêmico, e respeitando a subjetividades destes sujeitos, suas estratégias de sobrevivência e resistência. Dizemos a subjetividade porque esta existe desde o momento em que escolhemos nosso tema de pesquisa, o que demonstra nosso interesse e satisfação pessoal em desenvolver determinado tema. Do mesmo modo, a subjetividade expressa nas falas tanto das mulheres, quanto dos homens que vivem no meio rural de Feira de Santana filiados ao sindicato rural.

Ao questionar os princípios da Ciência Moderna, como exemplo clássico, a idéia do sujeito universal, de verdade absoluta e da razão cartesiana, o pensamento feminista dá visibilidade também à construção da subjetividade, como processo essencialmente social e histórico. Os estudos sobre as mulheres têm contribuído para a renovação das Ciências Humanas como um todo. Segundo Dias (1995):

“Libertar-se de categorias abstratas e de idealidades universais (...) é uma preocupação que decididamente enfatiza o interesse em desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas, que justamente permitem a reconstituição de processos formais sociais fora de seu enquadramento estritamente normativo. (p. 40)

Para a autora, o campo histórico favorável aos estudos feministas busca enfatizar a experiência histórica e social das mulheres, à margem de sistemas teóricos e de conceitos intelectuais que sempre se constituíram como um sistema de dominação e de exclusão das mulheres da história racional e finalista que conceituavam (ibid. p. 45).

A historiografia feminista possui seu campo metodológico aberto às possibilidades de construir as diferenças e explorar a diversidade dos papéis informais femininos. Para Dias, “a historiadora feminista abre a sua trilha de historicidade na aventura do contemporâneo a fim

de dar conta da construção do cotidiano das classes trabalhadoras ou marginalizadas e de outras perspectivas, parâmetros, conceitos, para não cair na armadilha do discurso histórico hegemônico”. (1995, p. 50)

Abre-se a possibilidade de descobrir o cotidiano das mulheres da classe trabalhadora, antes ignorado por muitos historiadores, e então poderemos construir o conhecimento a partir das experiências de vida destas, o que representa uma perspectiva diferenciada do que se tinha produzido até então. Poderíamos considerar como um olhar diferenciado sobre os objetos-sujeitos das pesquisas. Utilizamos este termo porque as mulheres e suas histórias não podem ser consideradas por nós historiadores como meros objetos de estudo. Elas são sujeitos históricos e, portanto, o estudo sobre suas trajetórias dentro do contexto histórico em que vivem não deve reconhecê-las como objetos passivos de estudo.

A utilização da história oral, por exemplo, nestes estudos nos traz a possibilidade de interagirmos com as histórias sociais e experiências específicas. Como nos afirma Tânia Gandon (2005), quando trabalhamos a oralidade é preciso ficarmos atentos para os pequenos detalhes das entrevistas, porque estes podem dizer muito mais sobre determinados acontecimentos do que os documentos escritos ou *grandes discursos*. Estes reproduzem relações de gênero desiguais que precisam ser rompidas no momento em que o historiador(a) tem compromisso político de construir um novo olhar. Segundo Joan Scott:

“El discurso histórico que niega a visibilidad a las mujeres perpetua también su subordinación y su imagen de receptoras pasivas de las acciones de los demás. Escribir a historia de las mujeres se asume el status como estrategia política” (1992.p. 5)

Amparo Moreno Sarda (1987) afirma que, durante muito tempo, os historiadores silenciaram sobre a participação das mulheres na História. A partir das demandas do movimento feminista e principalmente de historiadores feministas, intensificou-se a reformulação das premissas do discurso histórico hegemônico. Para esta autora, as mulheres foram excluídas não somente como sujeito produtor de análise, mas também como objeto de análise (conforme vimos anteriormente).

Sônia Troitino (2004), em seu trabalho, *Trajetória e Perspectivas da História das Mulheres no Brasil* afirma que o campo da História das Mulheres mesmo sendo recente já possui uma trajetória marcada por muitas produções e constantes revisões teórico-metodológicas<sup>9</sup>. O trabalho com novas fontes, a mudança de olhar sobre os antigos

<sup>9</sup>A autora destaca a produção das historiadoras Maria Odila Leite e Mary Del Priori, além de periódicos produzidos pelos núcleos de estudos das mulheres: Cadernos Pagu (UNICAMP), Caderno Espaço Feminino (Universidade Federal de Uberlândia), dentre outras.

documentos e a escolha de novos temas de pesquisa possibilitam recuperar a participação das mulheres nos estudos históricos.

Os estudos sobre as mulheres se intensificaram principalmente na década de 1970, quando houve a participação feminina nos movimentos que reivindicavam reconhecimento de seu espaço na sociedade, seja no trabalho (salários reduzidos em relação aos homens), ou nos sindicatos (distribuição desigual do poder que se mantém sob controle dos homens), seja por melhores condições de vida no campo ou na cidade. A partir daí, estas mulheres começam a conquistar espaços nos estudos acadêmicos que destacam suas experiências concretas do cotidiano, tanto no espaço público quanto no privado.

Margareth Rago ressalta que as transformações nos estudos históricos são também conseqüências da entrada de novos temas de estudo e, também, da pressão crescente de mulheres ocupando os espaços das universidades, principalmente, com a formação de núcleos de pesquisa e extensão. Em *Epistemologia feminista, gênero e história* (1998), Rago afirma que a teoria feminista propôs que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Assim, a dimensão simbólica e as interpretações no interior de determinada cultura passaram a ser priorizados.

A história das mulheres propõe a análise destas enquanto sujeitos históricos, não mais a partir de um discurso masculino e hegemônico, possibilitando-nos questionar as categorias homogeneizantes de “feminino” que se condensaram principalmente naqueles estudos em que a ênfase recaía sobre a ação coletiva das mulheres enquanto bloco homogêneo e unívoco. Amplia-se, assim, o foco de análise, abrangendo as diversas dimensões da experiência histórica feminina. Em outras palavras, para compreendermos a (in)subordinação feminina é preciso atentarmo-nos para estes espaços, respeitando as especificidades e diferenças dos sujeitos analisados.

Segundo Matos (2000), a grande “virada da história”, no que se refere à crítica, à metodologia e aos conceitos tradicionais, foi o reconhecimento do cotidiano como espaço também marcado por relações de poder, junto a isto, veio a análise do funcionamento da família e da divisão desigual das tarefas domésticas. Estes novos olhares trouxeram outras perspectivas aos estudos sobre os diversos sujeitos da história e têm contribuído para desconstruir a imagem de passividade das mulheres frente ao processo histórico, visualizando-as como sujeitos de sua própria história.

A incorporação da categoria gênero nos anos 80 provocou grande impacto no que se refere aos estudos sobre as mulheres. A historiadora Joan Scott faz um levantamento histórico do conceito de gênero e de sua utilização como categoria de análise. Segundo a autora, esta

categoria se estrutura através de duas premissas básicas: primeiro, como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas “entre os sexos”, aliado a outras categorias como geração, raça, etnia e classe; e, segundo, considerando que o gênero também envolve relações de poder em espaços não institucionais como o ambiente privado (SCOTT,1993).

Ainda, segundo a autora, o gênero abriu os caminhos para a desconstrução do masculino e do feminino na medida em que estes papéis eram dados como naturais e o masculino é considerado superior. Portanto, é preciso desconstruir o pensamento dicotômico que concebe as mulheres e homens numa lógica invariável de dominação/subordinação. Para isso, é preciso problematizar as polaridades e as hierarquias implícitas neste binômio (LOURO, 1997). As noções de *homem dominante e mulher dominada* são insuficientes para explicar as múltiplas relações que se desencadeiam na nossa sociedade.

O conceito de gênero deve desconstruir estas oposições binárias fixas e naturalizadas e deve vir acompanhado da intersecção com outras categorias de análise, o que nos possibilita compreender que existem múltiplas trajetórias de vida dos sujeitos, permitindo criticarmos aqueles estudos que se propunham generalizantes.

## **1.2. A superação das desigualdades de gênero e as relações de poder**

O debate a respeito das questões de gênero deve ser colocado no campo das relações sociais, pois, é através destas que se constroem e se reproduzem as desigualdades entre os indivíduos. Portanto, as desigualdades entre homens e mulheres não devem ser justificadas a partir das diferenças biológicas. É fato que estas diferenças existem e elas estão marcadas no corpo, todavia, isto não significa que elas tenham como consequência a inferioridade de uns em detrimento de outros sujeitos. O corpo é construído socialmente, então, as meninas, desde cedo, são educadas para ser delicadas e sensíveis, o que não significa que elas necessariamente devam comportar-se dessa forma e serem submetidas à figura masculina. Segundo Louro:

“(…) Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades, aptidões; ou para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero. “(1997.p. 45).

O movimento feminista questionou estas discussões na medida em que elas buscavam essencializar as características de homens e mulheres como sendo naturais. É preciso ressaltar o seu caráter social e, a partir daí, compreendermos como as relações de gênero são engendradas na prática social.

Em um primeiro momento, os questionamentos do movimento feminista no que diz respeito à denúncia da opressão e subordinação feminina na sociedade foram importantes. Porém, no decorrer dos anos, com o amadurecimento das discussões surgiram questionamentos a respeito da “vitimização” da mulher em alguns estudos, pois seria preciso considerar suas estratégias de resistência que, muitas vezes, se apresentavam de forma sutil.

Nesse sentido, destacamos a importância dos estudos de Michel Foucault, não somente para a historiografia, mas também para os estudos feministas de modo geral. Segundo Louro, este autor apresenta-nos “a multiplicidade de pontos de resistência como inerentes ao poder” (1997.p. 40). Dessa forma, a vitimização das mulheres é desconstruída, na medida em que o poder poderá ser exercido a partir de várias posições e intensidades. Louro afirma ainda que “Foucault desorganiza as concepções convencionais de poder e propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, “capilarmente se constitui pela sociedade” (Ibid., 1997.p. 38).

É preciso desconstruir a noção de que as mulheres são desprovidas de poder, o que descarta a possibilidade de acreditarmos na sua capacidade de resistência e de ação diante das situações de desprivilegio. Como observamos nas palavras de Foucault:

(...) Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa... (1987, p. 241)

Através de seus estudos, Michel Foucault nos apresenta uma nova possibilidade de concebermos o poder. O poder não está centralizado no Estado. O poder pode vir de diversos direcionamentos e está diluído através das relações entre os indivíduos. Para este autor, o poder circula: “o poder funciona e se exerce em rede”, e para desconstruir as relações de poder desiguais é preciso que a sociedade desconstrua os mecanismos de poder e os discursos que funcionam “fora, abaixo e ao lado” dos aparelhos de Estado, no nosso próprio cotidiano.

Trazendo o foco para as(os) trabalhadoras(as) rurais que analisamos neste estudo, ressaltamos que entre as tensões e conquistas alcançadas por estas há, potencialmente, diversas formas e alternativas de contestação e superação destas microrrelações de

subordinação na esfera da classe, gênero ou raça. As relações de gênero no interior das lutas no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana implicam relações de poder imersas no cotidiano do movimento sindical em destaque, o que torna plausível considerar as contribuições de Foucault, tendo em vista a intenção de identificar as microrrelações de poder que integram o movimento das (os) trabalhadoras(es) rurais.

### 1.3 O reconhecimento da cidadania

Podemos afirmar que o movimento feminista tem contribuído para alterar a “condição” das mulheres nas relações desiguais de Gênero, conforme vemos a seguir:

“O processo de luta pelos direitos da mulher vem sendo assumido pelos movimentos sociais feministas, cujas idéias e práticas nem sempre são homogêneas no enfrentamento das dificuldades que se estabelecem nas relações entre homens e mulheres, embora seja unânime a convicção de que a opressão a elas deve acabar no pressuposto da criação de um mundo melhor” (FISCHER, 2006.p. 35)

São os significados e atribuições de gênero que influenciam nas limitações da cidadania. Este processo de exclusão está ligado à questão da cidadania e, obviamente, à formulação desta, enquanto conceito. É, em outras palavras,

“Um conceito construído através de toda a história do pensamento universal, a partir de um modelo masculino e voltado para os interesses dos homens, na medida em que reflete, em todos os processos históricos de sua constituição, a hierarquia sexual da sociedade” (...) (COSTA, 1998.p. 51).

Chantal Mouffe chama à atenção para o conceito de cidadania que deve reconhecer a especificidade da condição feminina, assim como a humanidade comum de homens e mulheres (MOUFFE, 1993.p. 37).

A concepção de cidadania universal que influencia o modelo de cidadania defendido e pregado pelo Estado no Brasil, se baseia na crença de que todos os indivíduos nascem livres e iguais. Se os direitos de todos os homens e mulheres são garantidos, isso não importa, o que importa é que não desobedeçam as leis e respeitem os direitos dos outros indivíduos (MOUFFE, 1993.p. 40). Para a autora:

“A distinção público/privado, central como tem sido para a afirmação da liberdade individual, atuou, por conseguinte como um poderoso princípio de exclusão. Mediante a identificação entre o privado e o doméstico, desempenhou certamente um importante papel na subordinação das mulheres.” (1993.p. 40)

Dessa forma, Mouffe propõe uma concepção de cidadania como uma forma de identidade política, onde as pessoas estariam vinculadas entre si com uma determinada interpretação dada a um conjunto de valores éticos e políticos.

A concepção expressa acima não é neutra, tampouco genérica, de cidadania se considerarmos que os princípios de igualdade e liberdade deverão ser aplicados e utilizados para o questionamento das relações de dominação que persistem. O objetivo é construir uma democracia radical onde os cidadãos possam ter uma identidade política comum fundamentada no desejo de superação das desigualdades. Esta identidade comum não poderá, em momento algum, descartar as diferenças entre os distintos grupos, do contrário, confirmamos um quadro de exclusão.

Neste sentido, temos que ter consciência de que as formas de subordinação em nossa sociedade não se restringem somente às relações desiguais de gênero, mas há outras formas de subordinação de classe, religião, raça e opção sexual das pessoas. Precisamos compreender a diversidade de como são construídas as relações de poder. (MOUFFE, 1993).

As instituições oficiais brasileiras, sobretudo pós-república vem forjando determinados modelos ideais de cidadã, como se os direitos apontados na Constituição de 1988 e as leis vigentes no país que favorecem as mulheres, fossem postas em prática. Tem crescido, de fato, a participação das mulheres no mercado de trabalho, todavia, isso não reduz de forma alguma suas responsabilidades e compromissos. Os diversos trabalhos exercidos pelas mulheres não têm lhes assegurado garantias de direitos, portanto, “*não são bilhetes de entrada à cidadania*” (CAPPELLIN, 1994.p. 37).

A Constituição de 1988 instituiu a proteção legal e do trabalho através da manutenção dos direitos do trabalho, garantido a introdução de normas para aumentar o poder dos sindicatos, a elevação do status de alguns direitos para o nível constitucional e a introdução de novos direitos institucionais substantivos (CAPPELLIN, 1994).

Estes direitos foram garantidos através de um longo processo de luta das mulheres (não somente as do campo) numa articulação a nível nacional. Segundo Paulilo (2004), as mulheres realizaram intensas mobilizações e fóruns de debate no país, com o objetivo de incluir os interesses jurídicos e sociais deste grupo. Sob o *slogan*: “para o processo constitucional valer, ele deve incluir os direitos das mulheres”. Muitas lideranças femininas oriundas de movimentos autônomos e de organizações trabalhistas se articularam junto ao

Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Dentre os avanços na Constituição no que se refere aos direitos trabalhistas, Paulilo destaca:

“(...) o estabelecimento de direitos trabalhistas para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares não remuneradas. Esses benefícios incluem, além do direito a seguro desemprego por invalidez, 120 dias de licença maternidade remunerada para as mulheres. Mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção camponesa estariam aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, não mais somente como uma dependente do homem chefe de família.” (2004.p. 183)

Contudo, na década de 90, houve uma regressão no que diz respeito à garantia dos direitos dos trabalhadores (CAPPELLIN, 2000). O governo Fernando Collor de Mello, em 1991, impediu a implementação da licença maternidade remunerada para as mulheres da agricultura familiar, o que foi considerado um retrocesso já que este ponto estava garantido constitucionalmente<sup>10</sup>.

No que se refere ao reconhecimento do trabalho, as mulheres, principalmente, as mulheres rurais, tiveram e ainda têm que travar batalhas árduas para serem reconhecidas como trabalhadoras.

A Divisão Sexual do Trabalho mantém a subordinação feminina no sentido de dar menos valor ao trabalho feminino e estimular a permanência da mulher nas atividades domésticas. Segundo Saffioti, o argumento de que o salário da mulher deve ser complementar ao do homem é uma justificativa para a inferioridade do salário pago em relação ao elemento feminino (SAFFIOTI, 1987).

O que significa que este modelo de cidadania que está implantado no Brasil é limitado, na medida em que se propõe a ser universal, mas na prática não dá conta das questões específicas que dizem respeito às mulheres em nossa sociedade. Segundo Costa (1999), esta cidadania que se propõe a garantir o direito dos cidadãos exercerem sua liberdade de forma autônoma não garante as condições para uma vida autônoma a muitas mulheres. Por isto, as trabalhadoras rurais levaram anos lutando para o reconhecimento de seu trabalho e de sua cidadania.

Nos casos específicos, como o da trabalhadora rural, percebe-se a discrepância, já que estas têm jornada de trabalho maior que a oficialmente estabelecida pela classe trabalhadora.

---

<sup>10</sup>A respeito desta informação, ver Paulilo. In: Revista de Estudos Feministas, 2004.

Além disso, tem obrigação de cuidar de filho, da lavoura e das atividades domésticas e muitas têm envolvimento com atividades da Igreja e do movimento sindical.

Para Izaura Fisher (2006), o trabalho da mulher rural, principalmente na região Nordeste, ganha visibilidade em momentos de crise, como nos períodos de seca nos quais os homens recorrem a trabalhos de pedreiro, e outras funções na cidade e deixam as suas famílias na zona rural. O modelo familiar tradicional – com a suposta liderança *natural* do Homem – é questionado. No geral, a reivindicação dos direitos aos créditos rurais e aos direitos previdenciários, em alguns casos, vem acompanhada do questionamento de sua posição no lar.

A luta da mulher no campo teve início na busca pelo reconhecimento profissional de sua ‘lida na lavoura’. Cappellin (2000), através de seus estudos sobre o processo de conquista das mulheres aos direitos trabalhistas e à cidadania, aponta para a importância das organizações sindicais e formas outras de organizações comunitárias, na construção destas demandas. Deve-se destacar ainda a participação daqueles organizados pela Pastoral da Terra na luta como agentes deste processo<sup>11</sup>. Destacamos neste trabalho a referência à campanha nacional “*Trabalhadora Rural Declare sua Profissão*” que incentivou muitas mulheres a não se declararem como “donas de casa” no censo de 1991 e, sim, como “trabalhadoras rurais”. O objetivo desta campanha seria rever os critérios de pesquisa de órgãos, a exemplo do IBGE, no sentido de adequá-los à identidade emergente das mulheres trabalhadoras (CAPPELLIN, 2000). Este processo de reconhecimento da profissão surgiu da própria mulher que, a partir daí, teria sua profissão reconhecida pelos órgãos federais.

Ressaltamos, ainda, outra campanha realizada principalmente pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do Nordeste, que tem sido desenvolvida desde 1997, cuja intenção é incentivar que as trabalhadoras rurais façam sua documentação civil e trabalhista pessoal. Esta campanha implementa ações que resgatem a cidadania das trabalhadoras da zona rural e é conhecida como: “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos.”<sup>12</sup> O fato de muitas mulheres do campo não possuírem documentação, coloca-as legalmente às margens da sociedade, porque seus direitos não são garantidos.

No livro *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*, Castro e Abramovay (1998) já afirmavam que, a princípio, as primeiras demandas das trabalhadoras rurais pautavam-se na ampliação dos direitos trabalhistas. Para além disto, dados relevantes

---

<sup>11</sup> Segundo Valdete Boni, a Igreja Católica através de membros ligados à Teologia da Libertação foi fundamental para a formação de lideranças para atuar nos sindicatos. (BONI, 2004: 291)

<sup>12</sup> Dados extraídos do Relatório de Gestão sobre Programa Nacional da Mulher Trabalhadora Rural 2004-2006, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

trazidos por estas autoras apontam que muitas mulheres da zona rural não possuem minimamente registros civis legais do Estado brasileiro. Fazer sua documentação pessoal tem contribuído, sobretudo, para resgatar a autoestima e fortalecer uma identidade legal, igualmente própria<sup>13</sup>. Com seus documentos em mãos, as mulheres facilitariam a própria garantia de seus direitos enquanto trabalhadoras da zona rural no momento de solicitação do crédito rural ou do pedido de licença maternidade.

Apesar das campanhas em prol da documentação da trabalhadora rural e também da autodeclaração como trabalhadoras, ainda há muito que avançar neste aspecto, uma vez que as relações patriarcais ainda estão presentes na sociedade e muitas mulheres ainda estão distantes de se reconhecer como sujeitos políticos. Por isso, reafirma-se o papel dos sindicatos e dos movimentos autônomos em realizar permanentes momentos de formação política e debate em torno das relações desiguais de gênero. Em suma, o acesso à (in)formação engendra um processo paulatino de empoderamento.

Segundo Costa (1998), a questão básica da exclusão feminina da esfera pública está ligada à limitação do próprio conceito de cidadania, construído a partir de pressupostos universais, racionalistas e de um modelo *masculino-branco-dominante* que não contemplou as especificidades femininas. Elas não se reconhecem, nem são reconhecidas como cidadãs. Nesta perspectiva, Chantal Mouffe propõe um modelo de cidadania mais abrangente, a partir de um projeto político contrário às múltiplas formas de subordinação, como apontado anteriormente.

A própria entrada das mulheres na cena pública foi acompanhada de questionamentos em torno do sentido de “ser cidadã”, num contexto capitalista que operava acompanhado do sistema patriarcal (que no Brasil tem raízes coloniais) e que reproduz certas desigualdades (ÁVILA, 2001). As mulheres exigiam/exigem a ampliação e o reconhecimento de seus direitos sociais, a aplicação de políticas públicas que visem superar os abismos entre as classes sociais, os gêneros e raças, tendo em vista suas demandas específicas. Para Young:

diferentes grupos sociais tienen diferentes necesidades, culturas, historias, experiencias y percepciones de las relaciones sociales que influyen en su interpretación del significado y consecuencias de las propuestas políticas, así como en su forma de razonar políticamente. (YOUNG. p. 106 )

---

<sup>13</sup>O acesso aos documentos pessoais tem significado “material e simbólico” na medida em que contribui para comprovar que as mulheres são trabalhadoras rurais e segundo mulheres do MMTR do Rio Grande do Sul tem contribuído principalmente para deixarem de ser reconhecidas como a ‘outra’, ‘a esposa de’, recuperando assim sua auto-estima já que passam a ter identidade própria (ver mais em Castro, Abramovay, 1996. p. 87)

Estas propostas são pautadas no reconhecimento de que não existe uma cidadania universal, uma vez que esta sufoca as experiências e demandas particulares, mantendo marginalizados e excluídos determinados sujeitos da História (mulheres, homens, homossexuais, etc.). Nesse sentido, a luta das trabalhadoras do campo pela ampliação de sua cidadania implica diversos significados, conhecimentos, saberes e visões de mundo próprias que demandam maior compreensão e análise crítica (DIAS, 1994; SCOTT, 2000). A ampliação da participação das mulheres na vida política tem contado com diversas estratégias de autoinclusão no espaço de luta e decisão. No campo, estas estratégias perpassam a atuação simultânea da vida doméstica associada a sua vida na lavoura e as instâncias de luta da categoria.

## Capítulo II

# Breve História de Feira de Santana e a fundação do STRFS

*Já se pode ver ao longe  
A senhora com a lata na cabeça  
Equilibrando a lata vesga  
Mais do que o corpo dita  
Que faz o equilíbrio cego  
A lata não mostra  
O corpo que entorta  
Pra Lata ficar reta  
Pra cada braço uma força  
De força não geme uma nota  
A lata só cerca não leva  
A água na estrada morta  
E a força nunca seca  
Pra água que é tão pouca*

(trecho da canção “A força que nunca seca”).  
de Vanessa da Mata e Chico César)

## 2.1 - Breve História de Feira de Santana

O município de Feira de Santana está localizado no entroncamento rodoviário que interliga diversas regiões do Estado e, de modo mais abrangente, do país, característica que foi fundamental para o seu desenvolvimento econômico, atraindo investimentos e pessoas oriundas de diversas localidades. A História do município é, portanto, marcada pelos laços comerciais desde o século XVIII, onde já se caracterizava como ponto de encontro de “tropeiros” que faziam o comércio de mercadorias e gado com outros pontos do Nordeste.

Este ambiente de intensas “feiras”, que passaram a ser realizadas com maior regularidade, tornou-se também um importante ponto da vida econômica e social dos arredores. No incremento da vida comercial, que fundia a paisagem urbana incipiente com um estilo de vida marcadamente rural, a antiga vila, aos poucos, constituía-se em uma das cidades de maior importância à economia do sertão, bem como elo de ligação com o chamado recôncavo da Bahia. Em fins do século XIX, mais precisamente 1873, a vila seria reconhecida como cidade (Morais, 1998).

A história disseminada durante muitos anos trazia a versão de que Feira de Santana teria surgido de um povoado que se organizou em torno da capela construída por Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandôa em sua fazenda. Esta narrativa da fundação, no entanto, foi debatida e revista como aponta uma série de autoras/es contemporâneas/os (LIMA, 1990; MORAIS, 1998; ANDRADE, 1990; OLIVEIRA, 2000; SANTOS, 2007). Estas leituras me permitiram compreender que, no século XVIII, antes mesmo do surgimento da Fazenda Sant’ Anna dos Olhos D’água<sup>14</sup>:

“já existia uma grande movimentação de gente, tropeiros, vaqueiros vindos de regiões circunvizinhas, boiadeiros, trazendo boiadas com destino a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Assim, o entrosamento entre o Recôncavo e o Sertão foi se organizando, e a cidade- no centro do entroncamento, no cruzamento de caminhos- começava a criar costumes próprios...” ( MORAIS, 1998. p.24).

Em estudo sobre o povoamento feirense, Galvão (1982), tomando como base a análise de alguns documentos históricos, a exemplo de livros paroquiais, percebe silêncio a respeito daqueles que foram durante muito tempo considerados os povoadores. Contudo, afirma que aqueles não foram os pioneiros na formação daquela que viria a se tornar a cidade de Feira de

---

<sup>14</sup> Esta discussão é apresentada por Zélia Lima (1990) em: Lucas Evangelista: o Lucas da Feira. Estudo sobre rebeldia escrava em Feira de Santana 1807-1849.

Santana. Ele relata a existência de um livro de Batizados (1685-96) no “lendário Sítio da Mochila” e que se constitui o documento da origem da família feirense. Neste livro, há registro de uma capela para celebrações de casamentos e que, segundo o autor: “Causa estranheza que os nomes de Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão não sejam lembrados uma só vez como padrinhos ou testemunhas de celebrações litúrgicas” (GALVÃO, 1982, p. 27).

Observamos também que os contornos urbano-rurais apresentam, até hoje, como traço marcante da sua economia, a forte presença do comércio. Segundo Rossine Cruz, o desenvolvimento deste município esteve associado à manutenção da posição de “grande centro atacadista do interior”, responsável pela circulação de parcela significativa da produção primária de diversas regiões dentro e fora do Estado da Bahia.(1999, p.263)

Para Clóvis Oliveira (2000. p.14) essa marca inconfundível tem origem no processo conflituoso de transição da “ordem rural” para a formação do espaço da “cidade de Feira de Santana”. Houve, portanto, um movimento de construção de novos modelos de urbanidade, entre os fins do século XIX e início do século XX onde as elites locais investiram na valorização de novos comportamentos e supostos padrões de “civilidade”. O autor afirma ainda que:

“a construção de um novo comportamento público foi feita em meio a vários conflitos, destacadamente contra as heranças da cultura negra, os vaqueiros e outras formas de ação que lembrassem o passado pastoril da cidade” (Ibid, p. 18)

Investiu-se em uma nova configuração do espaço urbano, bem como no controle e repressão jurídica dos sujeitos sociais, cujas atitudes e comportamentos ameaçassem uma suposta “ordem social” e que precisavam, portanto, ser disciplinados. As manifestações culturais como as disputas entre os vaqueiros para demonstrar quem melhor tinha habilidade sobre os animais – a *passagem das boiadas* - foram, aos poucos, comprometidas pelos novos contornos urbanos que anunciavam sua incompatibilidade com os padrões sociais e modernizadores que se queria instalar:

“(…) conflitos ocorrerão em torno dos padrões comportamentais mais ajustados à realidade comercial da cidade e do choque com as memórias oriundas de um tempo em que a cidade era um pouco mais que um campo do gado” (OLIVEIRA, 2000. p. 32).

Neste trecho, percebemos que a construção da idéia de *Princesa do Sertão*, que seria caracterizada por sua intensa atividade comercial ao passo que, estrategicamente, a elite local desejava desconstruir a imagem de uma cidade cujas raízes remetiam à passagem dos

vaqueiros e das feiras livres que a movimentavam. Em outras palavras, tanto o vaqueiro (símbolo da cidade), quanto a feira livre não combinavam com o novo retrato urbano. Era preciso ter uma imagem de organização, de higiene e, assim, a cidade seria construída para se tornar um centro comercial, atividade esta que obteve, de fato, um crescimento, dado o incentivo dos dirigentes políticos da região, naquele contexto, além disso, proporcionou conseqüentemente, um aumento da população, entre o final do século XIX e início do século XX. (OLIVEIRA, 2000).

Pode-se considerar que surgiu, neste contexto, um discurso que desqualificava os vaqueiros e as práticas relacionadas a esta atividade. Estes agora eram vistos como perigosos à *ordem*. A preocupação seria com aqueles que, ao visitar a cidade de Feira de Santana por conta do comércio, não tivessem uma má impressão de sua vida e hábitos marcadamente rurais. O autor afirma que:

“O processo de transformação de determinados comportamentos em anti-sociais, principalmente aqueles que um dia foram legitimados socialmente, reflete na verdade uma disputa pela memória do espaço em questão, uma demarcação dos espaços simbólicos entre diferentes grupos sociais. É assim que é possível visualizar as disputas do poder público e dos jornais feirenses com os vaqueiros, como um procedimento de construir áreas livres, “civilizadas”, na cidade de Santana”.(OLIVEIRA, 2000, p. 51).

O que percebo é que a cidade de Feira de Santana que nasce da passagem de boiadeiros, vaqueiros construiu suas bases sobre o desenvolvimento de atividades voltadas para a zona rural, à revelia de repetidas tentativas de inserir a cidade em projetos de modernização<sup>15</sup>. A partir do momento em que os grupos dominantes buscavam construir, através de discursos e práticas sociais uma nova imagem da cidade, como importante centro comercial, há um processo de negação das raízes culturais e econômicas baseadas nas atividades rurais. As práticas que remetiam ao passado baseado na ordem do campo, agora eram consideradas atrasadas e precisavam ser banidas, em nome da construção de novos padrões de comportamento, baseados no projeto de civilidade (OLIVEIRA, 2000). Contudo, apesar destes processos de exclusão, a presença de atividades relacionadas ao mundo rural ainda davam a tônica das atividades de maior movimento no centro da cidade.

É o que ressalta Rolie Poppino (1968), revelando dados de recenseamento de 1920 que distribuíam a população feirense em profissões, e indicam que, pelo menos, 85% da

---

<sup>15</sup> Não pretendemos nos alongar sobre esta questão, mas insisto na relevância destes debates em períodos históricos posteriores às últimas décadas do século XIX. Arriscamos considerar que um novo surto de modernização atingiu a Cidade por volta das décadas de 1960/70 trazendo novas tensões e desigualdades (Ver. PACHECO, (2008) “A feira e a nova Feira: tradição, costume e conflito em Feira de Santana-Ba (1967-1977)”); Ver também: Cruz, 1999 (obra citada); Moreira, 1984.

população adulta masculina e 80% da população adulta feminina se constituía de proprietários ou de trabalhadores agrícolas. O autor afirma ainda que, apesar das secas prolongadas que atingiram o município nos anos de 1932 e 1939 e do declínio da população rural nesses períodos, eles ainda representavam mais da metade dos habitantes de Feira de Santana.

Mesmo em face à importância da agricultura para a sobrevivência de considerável parcela da população que vivia na zona rural, este setor da economia vai sofrer grandes perdas produtivas mais tarde, nos anos de 1993 e 1994, por conta do fenômeno da seca, segundo estudo de Cruz (1999). Sem contar o final da década de 80 cujos dados sociais também são desastrosos.

Estas secas devem-se ao fato de a região em destaque localizar-se a leste do Estado da Bahia, entre a zona da Mata e o Sertão, numa área de transição denominada agreste baiano<sup>16</sup>. A região possui quase sua totalidade (96% da área) inserida no polígono das secas, excluindo-se somente o distrito de Humildes (FREITAS, 1998, p. 53). Enquanto centro de convergência regional, concentrando bens e serviços, além do Centro Industrial do Subaé – CIS, serviu como área de grande atração populacional, principalmente na década de 1970. Nesse período, ocorreu um acelerado processo de modernização e crescimento urbano na cidade de Feira de Santana, associado à ausência de incentivo à produção no campo, o que provocou um deslocamento, principalmente de pessoas do sexo masculino para a cidade, em busca de alternativas de trabalho e condições mais dignas de sobrevivência<sup>17</sup> (FREITAS, 1998, p. 72), como veremos mais adiante. As mulheres, por sua vez, permaneciam no campo, assumindo o sustento da família e enfrentando as incertezas de uma vida marcada por restrições. A busca por melhores condições de vida aliou-se à necessidade de inserir-se no movimento sindical, tanto para os homens quanto para as mulheres que permaneciam no campo.

Com suas origens voltadas para a passagem e comercialização de gado na região de Feira de Santana, a cidade desenvolveu uma feira livre que, mais tarde, tomara grandes proporções. Vicente Diocleciano Moreira em “A Memória da Feira Livre de Feira de Santana<sup>18</sup>”, traz um estudo sobre a extinta Feira Livre com a organização de registros e depoimentos, coletas de informações dos jornais locais e apresenta os motivos sócio-econômicos que contribuíram para a extinção deste comércio. Segundo o autor, desde a década de 60, a importante atividade comercial ao ar livre sofria ataques de interesses

---

<sup>16</sup> (Oliveira, 1997).

<sup>17</sup> O deslocamento provocado pela busca de uma vida mais justa, haja vista todas as dificuldades que suas famílias enfrentavam no campo. Contudo, sua estadia na cidade geralmente, era marcada por incertezas, pois as oportunidades de emprego nem sempre eram possíveis.

<sup>18</sup> Moreira, Vicente Diocleciano. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana, Revista *Sitientibus* – UEFS

diversos e contrários a sua permanência no centro da cidade (p. 172). Estas investidas em prol da extinção da feira se intensificariam na década de 70 até a sua extinção de fato, em 1977. Neste contexto, o governo militar na busca do prometido “milagre econômico” estimulava em diversas regiões o processo de industrialização que, em nosso caso, culminou com a criação do CIS.

Destacadamente nesse mesmo período, a cidade inicia um processo de crescimento da população urbana, ocasionado principalmente pelo fluxo de pessoas oriundas não só da zona rural da região (OLIVEIRA, 1997. p 23), como também parcela considerável vinda de outras regiões da Bahia e do nordeste, atraídos pela recente inauguração do parque industrial<sup>19</sup>. Estas pessoas, em grande quantidade trabalhadores pouco qualificados, vinham atraídas também pela construção civil, especificamente para a construção de galpões e prédios do CIS. (MOREIRA, 1987). No entanto, o ramo da construção civil na cidade não foi suficiente para absorver o volume de mão-de-obra disponível. Um destes motivos deveu-se ao crescimento horizontal da cidade que, naquele momento, investia pouco na construção de prédios, como afirma o autor:

“Havendo poucos edifícios e poucos espigões a construir, há também, reduzidas oportunidades de emprego para pedreiros, mestres e serventes de obras notadamente numa cidade como Feira de Santana que, quando constrói, o faz, via de regra, horizontalmente.” (MOREIRA, 1987. p. 175).

A busca desenfreada por melhores condições de sobrevivência por parte de trabalhadores rurais de Feira de Santana e de outras regiões é uma das conseqüências de momentos de estagnação da população do campo registrada na tabela abaixo que, em contrapartida, também demonstra o crescimento da população urbana. A década de 60 até 70 foi o período que apresentou maior diminuição da população do campo, registrando uma redução de 22, 7%. Entre os anos 1970 e 1980 esta população rural cresceu 4,1%, decrescendo progressivamente entre 1980 e 1996.<sup>20</sup> Estes dados já haviam sido, de certo

---

<sup>19</sup> Segundo Igor Gomes Santos, muitas destas pessoas que chegavam à Feira em busca de alternativas de sobrevivência não possuíam perspectiva de moradia, emprego, etc, e eram encaminhados a entidades de filantropia da cidade, a exemplo da Associação Feirense de Assistência Social (AFAS) e Serviço de Integração ao Migrante (SIM), onde eram capacitados para trabalhar (2007. p. 45). A AFAS presta, ainda hoje, cursos de capacitação para atuação no mercado de trabalho. São cursos voltados para área de estética e cabeleleiro e culinária, dentre outros.

<sup>20</sup> Ainda segundo Araújo (2007) somente entre 1996 e 2000 que a população da zona rural de Feira de Santana decresceu o equivalente a menos 13,6%. (p. 35)

modo, apontados nos Censos demográficos das últimas décadas, como destacou também o sociólogo Ildes Oliveira<sup>21</sup>:

**QUADRO 1**  
**POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA**  
**(1970-1996)**

<b>ANO</b>	<b>Pop. Total</b>	<b>Pop. Rural</b>	<b>Pop. Urbana</b>	<b>Tx. De urbanização</b>
<b>1970</b>	<b>187.290</b>	<b>55.583</b>	<b>131.707</b>	<b>70,3%</b>
<b>1980</b>	<b>291.504</b>	<b>57.887</b>	<b>233.616</b>	<b>80,1%</b>
<b>1991</b>	<b>406.453</b>	<b>56.890</b>	<b>349.557</b>	<b>86,0%</b>
<b>1996</b>	<b>449.960</b>	<b>56. 695</b>	<b>393.265</b>	<b>87,4%</b>

Fonte IBGE- Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 1996<sup>22</sup>

Não havendo tantas ofertas de emprego para esta mão-de-obra que havia chegado à cidade, restou como alternativa de sobrevivência “*a venda ambulante, o subemprego, e principalmente, a feira livre*” (Moreira, 1986, p. 175). Neste período, a feira livre vai apresentar um considerável crescimento e se expandir pelo centro da cidade, sendo também composta, em grande parte, por moradores da zona rural de Feira de Santana e de cidades circunvizinhas que vinham comercializar seus produtos na cidade.

É neste momento<sup>23</sup>, de início da década de 70, que o discurso modernizador, de forma agressiva, constrói a necessidade da feira se deslocar do centro para um espaço mais higienizado e controlado pelo poder público municipal. “Na concepção dos setores dominantes de Feira de Santana, anteriormente referidos, a rua (“espelho” ou “vitrine”) da nova cidade não poderia continuar abrigando – mesmo às segundas-feiras – a velha feira livre” (MOREIRA, 1986. p. 176; PACHECO, 2008).

Neste sentido, foi elaborado o *projeto Cabana*, para dar embasamento e justificar a necessidade de criação deste espaço que alocaria os feirantes, como podemos observar no trecho a seguir:

<sup>21</sup> Informa OLIVEIRA, Ildes (1997) em Resistir para sobreviver: o trabalho rural do município de Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

<sup>23</sup> Segundo Vicente Diocleciano, desde a década de 60, a feira já recebia ataques em prol de sua extinção, mas na década de 70, estes ataques se intensificam até que seja extinta.

“... as feiras, mercados e demais componentes da estrutura tradicional já não respondem total e satisfatoriamente às necessidades dos centros urbanos que, progressivamente, atingem estágios mais complexos da industrialização e metropolização”. (Projeto Cabana, in Araújo, p. 52)<sup>24</sup>.

Assim, o projeto Cabana teria como principal objetivo a transferência dos feirantes das ruas para o Centro de Abastecimento, criado em 1976. Este processo obviamente não se deu sem tensões e/ou negociações. Até hoje, nas ruas da cidade, encontramos uma parcela considerável de feirantes<sup>25</sup>.

Contudo, as atividades econômicas da população da zona rural continuariam exercendo um papel importante para a economia da cidade, haja vista que seus produtos, na maioria das vezes, eram trazidos para serem comercializados nas feiras da cidade. Contraditoriamente à tão propagada modernização da economia feirense, incentivada com a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS) e da Central de Abastecimento, local onde seriam comercializados de maneira “ordenada” os produtos agrícolas, é notória uma tendência de desvalorização das atividades agrícolas e, conseqüentemente, seus sujeitos<sup>26</sup>, porque o campo não vivenciou o processo de modernização<sup>27</sup>, ficando aquém dos incentivos governamentais.

Como conseqüência a zona rural de Feira de Santana, haja vista as constantes secas<sup>28</sup> que se abatiam sobre a região, não recebia incentivos necessários por parte dos governos, tanto local quanto estadual ou nacional<sup>29</sup>, o que resultava em baixa produtividade. Mas, apesar dos baixos investimentos, a zona rural de Feira de Santana conseguiu sobreviver, mesmo à margem do crescimento comercial e industrial.

Segundo Telma de Oliveira (2001), parte da produção é direcionada para o mercado, onde é vendida a pequena produção nas feiras da região ou, em alguns casos, no Centro de Abastecimento da cidade. Para Oliveira (2001):

---

<sup>24</sup> Araújo, Alessandra Oliveira. *Redes de Centralidade em Feira de Santana (BA) O centro de Abastecimento e o comércio de feijão*. Instituto de Geociências, Salvador, 2005

<sup>25</sup> Ver Pacheco, 2008 (obra citada). Neste trabalho, a autora discute as experiências dos pequenos feirantes, os enfretamentos contra a imposição dos espaços nos locais da feira, das cobranças de impostos, das mercadorias a serem vendidas e da intervenção cultural em suas vidas, decorrentes dos interesses dominantes” (p 17).

<sup>26</sup> Segundo Cruz (1999), “o crescimento da cidade e a complexidade que a Central de Abastecimentos imprimia ao comércio de produtos agropecuários, exigiam um padrão de produtividade que não era verificado na zona rural do município (p.227)

<sup>27</sup> Para aprofundar esta discussão, ver Rossine Cruz(1999).

<sup>28</sup> Segundo Poppino, “os esforços para atenuar os efeitos devastadores desde 1860 até o presente parece que ultrapassam os recursos do governo federal, estadual e municipal, os programas duram pouco e nunca são concluídos” E essa realidade se estende até o século XXI..

<sup>29</sup> Mais a frente trato do descaso dos governantes com relação no sentido de reverter o quadro de pobreza da zona rural de Feira de Santana e do Nordeste.

“A mercadoria comercializada tem como objetivo a compra de outros produtos indispensáveis ao próprio sustento familiar, a exemplo de gêneros alimentícios não produzidos pela família e outros bens de consumo direto e custeio de serviços essenciais, a exemplo de saúde, educação, vestuário, imobiliário, entre outros” (Oliveira, 2001. p.25).

Dados levantados por Ildes Oliveira (1997) reforçam as informações a respeito da renda mensal destas famílias, caracterizando-as como *extremamente baixa (ibid)*. São muitas as buscas por alternativas de sobrevivência desta população, que tem na agricultura, na aposentadoria e na criação de animais suas principais fontes de renda.<sup>30</sup> O quadro a seguir mostra as atividades econômicas que são utilizadas pelas famílias da zona rural:

## QUADRO 2

### NÚMERO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE PEQUENA PRODUÇÃO EM FEIRA DE SANTANA (1997)

<b>Atividades</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Agricultura</b>	<b>464</b>	<b>77.3</b>
<b>Trabalho de ganho</b>	<b>284</b>	<b>47.3</b>
<b>Criatórios</b>	<b>123</b>	<b>20.5</b>
<b>Aposentadoria</b>	<b>194</b>	<b>32.3</b>
<b>Pequenos negócios</b>	<b>31</b>	<b>5.2</b>
<b>Outros</b>	<b>14</b>	<b>2.3</b>

1.1 Fonte: OLIVEIRA (1997. p. 42)

Pela tabela acima, percebemos que a população da zona rural de Feira de Santana vive na sua maioria das atividades do setor agrícola. Neste setor, estão representados os pequenos agricultores que cultivam em suas terras ou em terras pertencentes a terceiros. Muitos deles arrendam a terra a fim de produzir para a sobrevivência da família e pagam a renda em forma de dinheiro, com o seu próprio trabalho ou entregando parte da produção aos donos da terra (Oliveira, 1997. p.41). Além destas, outras relações também ocorrem no âmbito do trabalho rural, como os posseiros que exploram a terra de propriedade de terceiros, sem consentimento

<sup>30</sup> Ver também Telma Oliveira (2001)

para utilizar e nada pagam. Estes, inclusive, foram e tem sido ao longo da história do campo brasileiro, alvo de contínuas violências daqueles que se dizem proprietários da terra ocupada.

Em suma, no caso específico deste estudo, o quadro social em que se insere o Sindicato de Trabalhadores da zona rural de Feira de Santana é composto principalmente por pequenos produtores e produtoras que possuem algumas plantações de milho, feijão, mandioca.<sup>31</sup> A renda das famílias da região é relativamente baixa, pois a produção das atividades agrícolas não acompanha, como vimos, as barreiras impostas pelo “novo comércio institucionalizado em espaços fechados como o *Centro de Abastecimento*. Sem dúvidas, estes e tantos outros dilemas e desigualdades, foram e são pauta constante do ativismo sindical rural na região. As entrelinhas desta história serão discutidas a seguir.

## 2.2 - Situando o STRFS

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS) foi fundado em 23 de janeiro de 1971, contexto em que inúmeros movimentos sociais no Brasil enfrentavam a Ditadura Militar, que reprimia os movimentos sociais e suas inúmeras organizações. Os sindicatos rurais, a nível nacional, surgem neste contexto, principalmente por conta da criação do *Fundo de Assistência do Trabalhador Rural* (FUNRURAL) que executava o *Programa de Assistência ao Trabalhador Rural*.<sup>32</sup> Este programa, criado no governo de Médici, garantia-lhes os seguintes benefícios: aposentadoria por velhice; aposentadoria por invalidez; pensão; auxílio-funeral; serviço de saúde e serviço social. Os sindicatos, neste período, tinham como uma das principais funções cadastrar os trabalhadores que seriam beneficiados com o FUNRURAL. Dessa forma, muitos sindicatos rurais se mantiveram durante muito tempo cumprindo um papel assistencialista. Além de não atender grande parte dos homens do campo, as mulheres sequer tinham políticas voltadas para atender às demandas delas.

Inicialmente, o STRFS se configurou como uma instituição voltada para atender aos interesses dos fazendeiros e grupos políticos da ala conservadora da região de Feira de Santana, desconsiderando grande parte das demandas trabalhistas no campo. Contudo, os trabalhadores rurais foram, aos poucos, intervindo na dinâmica do sindicato, através das lutas

---

<sup>31</sup> Dados recolhidos do trabalho: “A mulher aposentada rural: sindicalismo e alternativa de sobrevivência (Humildes 1989-1999) de Telma Regina Teles de Oliveira (2001)”.

<sup>32</sup> Este programa se propunha a garantir: aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio funeral, serviço de saúde e serviço social. Na prática, os trabalhadores custavam a conseguir estes benefícios.

contra a exploração do trabalho e a excessiva autoridade dos proprietários de terra, então dirigentes da entidade. (OLIVEIRA, 1997)

No ano de 1972, houve o primeiro conflito de terra em Feira de Santana, na Fazenda Candeal, localizada no distrito de Maria Quitéria<sup>33</sup>, motivado, sobretudo, pelas contradições existentes entre os interesses das Famílias que arrendavam terras (rendeiros) e fazendeiros da região. Os rendeiros sentiram-se explorados por cobranças exorbitantes, principalmente por se tratar de terras devolutas e/ou pertencentes a seus antepassados. Em entrevista concedida em setembro de 2008, o Sr. Eduardo Pereira – ex-dirigente do STRFS e militante político – descreve o contexto em que eclodiu o referido confronto. A presença do Movimento de organização Comunitária (MOC)<sup>34</sup> mediando os grupos de discussão sobre formação política e cidadã do trabalhador rural, bem como dos grupos ligados à Igreja católica estimulou a categoria a se sublevar contra os desmandos dos fazendeiros e, além disto, buscar a sua autonomia econômica e política.<sup>35</sup> Nesse período, a Associação Comunitária da Matinha também intervém neste conflito.

Segundo outro entrevistado o Sr. Caciano Pereira, ex-dirigente do STRFS, a partir de orientação do Movimento de Organização Comunitária (MOC) de que aquelas terras da Fazenda Candeal eram devolutas, ou seja, não existia documentação que comprovasse que aqueles fazendeiros eram os donos da terra, então os pequenos produtores iniciaram um processo de não pagamento do uso das terras, o que deu origem ao conflito. Em suas palavras:

“...Minha terra era devoluta, a gente não sabia, aí arrendava a terra do fazendeiro, a terra era devoluta, como por exemplo pra nós, já em 73, 72, 73, descobrimos que nós tinha, uma família nossa da Matinha, uma que descendia de nós já tava em São José da Lagoa Grande, que morava na fazenda Candeal e que a terra de Candeal era terra devoluta, que não tinha documento, mas ele dizia que era dele” (Entrevista concedida em Setembro de 2008).

É a partir desse momento que as famílias resistiram a retirar-se destas terras, então, a Associação da Matinha (ACOMA) orienta os trabalhadores no sentido de recorrerem à Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) para assessorá-los (OLIVEIRA, 1997). Como esclarece Caciano Pereira no trecho a seguir, por falta de informação às famílias de *São José da Lagoa Grande* foram obrigadas a abandonar suas terras, sob ameaças dos fazendeiros.

<sup>33</sup> Curiosamente todas (os) as(os) entrevistados situam a relevância deste marco. Ver também: Oliveira, 1997 e Oliveira, 2001.

<sup>34</sup> O MOC é uma Organização não governamental com sede em Feira de Santana, fundado em 1967 que mantém um diálogo permanente com os movimentos sociais de Feira de Santana e da região sisaleira, principalmente com os sindicatos de trabalhadores rurais da região e movimento de mulheres rurais, promovendo oficinas técnicas e de formação política destinadas ao público específico da zona rural, dentre outras atividades.

<sup>35</sup> Entrevista o Sr. Eduardo Pereira. Concedida em Setembro de 2007.

Informa ainda que a Associação da Comunidade de Maria Quitéria foi uma entidade que também exerceu papel importante na luta dos trabalhadores. Na *Fazenda Candéal*, os trabalhadores, por sua vez, resistiram:

“(...) quando nós começo a não querer pagar renda, o fazendeiro agora começo a dizer, não vai mais fazer casa aqui em cima e botar pra fora, botar as família pra fora, aí meu avô por falta de fazenda, desse pessoal lá do distrito de Maria Quitéria, aí meu avô por falta de informação, meu avô saiu, quando a gente poderia sentar, pra conseguir o uso capião da terra, o pessoal já tinha saído de cima, aí a Fazenda do Candéal foi seguro, com a Associação ACOMA, saíu uma associação na Matinha, com o nome de ACOM, e em Lagoa Grande saiu ACOMAQ- Associação da Comunidade de Maria Quitéria, foi as duas associação dessa época da luta. Daí com essas duas lutas, já em 73, 72, 73, aí descobriu o sindicato na luta, aí descobriu a Federação dos Trabalhadores da Agricultura no estado da Bahia...”

A partir deste momento de conflitos entre trabalhadores da região e fazendeiros, o STRFS é convocado a intervir na orientação e defesa das lutas dos associados. O conflitos na Fazenda Candéal foram momento decisivo no processo de entendimento por parte dos trabalhadores da função do sindicato.(OLIVEIRA,1997).

Maria das Virgens Almeida também se refere ao conflito que ocorreu na Fazenda Candéal como um momento crucial de tomada de consciência dos trabalhadores da importância da entidade sindical: “*O problema lá no Candéal foi que a gente tomou conhecimento do sindicato e se chegamo pra o sindicato.*” (Entrevista concedida por Maria das Virgens em outubro de 2008).

Em outra entrevista concedida por Maria das Neves, esta ex-dirigente do Sindicato, nos confirma o fato de que a entidade não foi criada pelos trabalhadores e a partir dos conflitos desencadeados na Fazenda Candéal (como vimos anteriormente) os trabalhadores buscam conquistar este espaço.

“por conta de uma luta muito grande do conflito de terra o pessoal aqui da fazenda Candéal, vizinho, já tinha a associação aqui, através da associação foi que o MOC, que na época era a, dava orientação a organização da associação daqui, eles era como assim um assessor da organização da associação foi que esse pessoal do Candéal era sócio também da associação e teve o conhecimento do sindicato aí foi onde os trabalhadores tomou pé, foi se associando e, foi tomar sindicato da mão dos político que a história do sindicato de Feira não foi criado pelos trabalhadores. Foi criado pelos político para fugir da responsabilidade que tinha das política pública para os trabalhadores né. E aí o Sindicato na verdade para os trabalhadores ele surgiu aqui da comunidade da Matinha.” ( Entrevista concedida por Maria das Neves em outubro de 2008).

Em meados de 1978 intensificaram-se as lutas pela tomada da direção da entidade<sup>36</sup> do mando dos fazendeiros e políticos da região, impulsionada por diversas bandeiras como: ampliação do direito ao crédito agrícola, fornecimento de sementes para o plantio e acesso à água (recurso natural escasso até o presente), direito à posse da terra, dentre outros<sup>37</sup>. Este processo tenso culminaria com a eleição de representantes da categoria dos trabalhadores(as) rurais e com ascensão à agenda do STRFS de algumas demandas referentes às comunidades rurais representadas por esta instituição. Iniciou-se, então, a luta do sindicato pela manutenção dos trabalhadores no campo, com condições efetivas de sobrevivência, tornando-se isto uma bandeira permanente (OLIVEIRA, 1997). Vale ressaltar que os(as) associados(as) do STRFS são, em sua maioria, produtores e produtoras rurais que possuem um pequeno pedaço de terra, onde desenvolvem a agricultura familiar e a pecuária na região de Feira de Santana.

Entre os anos de 1978 e 1980, intensificou-se uma luta em defesa da sindicalização das trabalhadoras rurais, pois não era permitido, até então, a sua filiação (Oliveira, 1977, p. 17). No entanto, elas possuíam o direito de se sindicalizar somente por intermédio de seus pais, no caso das solteiras, ou através de seus companheiros, no caso das casadas. O movimento de mulheres, então, começa a se articular em prol da sindicalização da mulher trabalhadora rural de forma independente (OLIVEIRA, 1997), além de diversas outras ações, a exemplo da busca pelo direito à Previdência Social.

No Brasil, em meados dos anos 80, houve o crescimento e o fortalecimento do movimento sindical, o que resultou em uma série de conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras. Este contexto de revitalização dos movimentos deve-se também à crise do regime militar, desencadeada principalmente no governo de João Batista Figueiredo em março de 1979, ao passo que a sociedade civil, inconformada com tantos desmandos e mortes, foi às ruas reivindicar o retorno da democracia através de passeatas, greves e outros tipos de manifestações.

A campanha das *Diretas Já* foi um momento em que milhares de pessoas foram às ruas pressionar pela votação da emenda constitucional, que estabelecia o voto direto para presidente em nosso país. Todavia, a emenda não foi aprovada e as eleições foram realizadas pelo voto indireto, cujo presidente eleito, Tancredo Neves, faleceu antes mesmo de assumir o cargo, que ficou sob responsabilidade do vice-presidente; José Sarney. O que queremos

---

<sup>36</sup> Segundo Ildes Ferreira em Resistir para sobreviver: o trabalhador rural no município de Feira de Santana, em 1978, os trabalhadores insatisfeitos com os encaminhamentos da direção do STRFS reivindicam e conquistam a renúncia do presidente da entidade na época Wilson Moreira e assume então seu vice, Nelson Araújo. (OLIVEIRA, 1997, p. 17)

<sup>37</sup> No caso específico da região de Feira de Santana há um agravante que são as constantes secas que acometem o(a) trabalhador(a), provocando instabilidade à vida do(a) pequeno(a) produtor(ora).

ressaltar é que todo este contexto era favorável à união e mobilização da classe trabalhadora que, pouco tempo depois, continuava se rearticulando, agora em busca de construir uma Constituição favorável às suas demandas, participando ativamente do processo da Constituinte. No ano seguinte, o Brasil viveria a primeira eleição presidencial realizada com voto direto da população. O presidente eleito foi Fernando Collor de Mello que trazia o compromisso de mudar os rumos da política no país. Infelizmente, seu governo foi desastroso.

No STRFS, a intensificação da participação feminina está inserida no contexto da aprovação e aplicação da Carta Constitucional promulgada em 1988, que permaneceu com algumas limitações no que se refere aos direitos das mulheres, uma vez que, na sua versão definitiva, restringia-os a situações como a maternidade e/ou a condição civil de casada. Na prática, limitava a cidadania feminina “*com ênfase em ‘duas entradas’: a mulher gestante e a mulher no mercado de trabalho*”. (CAPPELLIN, 1994; p. 277). O que se pode considerar desse processo, de acordo com a autora, não é o resultado final, pois este documento limitou legalmente a cidadania da mulher ao papel de mãe e trabalhadora. Entretanto, a partir do desafio da Constituição, o processo de mobilização das trabalhadoras urbanas e rurais no intuito de garantir os direitos femininos, questionou a “cidadania” imposta que limitava sua participação no âmbito público, restringindo e naturalizando a atuação da mulher ao espaço doméstico<sup>38</sup>.

Como em diversos outros segmentos da sociedade, as limitações da Carta provocaram debates internos e mobilizações também no STRFS no sentido de repensar a inserção da mulher na sociedade. Havia, neste contexto, a necessidade de ampliar o reconhecimento do papel da mulher e, para isso, elas se organizavam através de grupos que ajudavam a mobilizar e articular a sua luta no campo. Sobre a participação das mulheres no STRFS trataremos mais adiante.

Segundo Millie Thayer (2001), é a partir de 1985 que as mulheres trabalhadoras rurais vão reivindicar, a nível nacional, na Confederação dos Trabalhadores da Agricultura o seu direito de participação nas entidades sindicais, como veremos com detalhes mais adiante no capítulo III.

Questões que, aparentemente, não diziam respeito às mulheres se tornaram bandeira de luta destas, a exemplo do direito à Previdência Social, Aposentadoria, Crédito rural e Direito à posse da terra, já que estes direitos só eram garantidos aos homens. Estas lutas

---

<sup>38</sup>Alguns locais de atuação e mobilização das trabalhadoras urbanas e rurais: Movimentos de mulheres trabalhadoras, grupos de mulheres, comissões de trabalhadoras no interior da CUT, Conselho Nacional da Condição da Mulher.

vinham associadas ao reconhecimento do trabalho feminino na lavoura, não como um simples complemento ao trabalho dos homens, mas como uma atividade intensa associada às suas funções no espaço doméstico. A posse da terra, por exemplo, sempre foi um grandes problemas enfrentados pelas mulheres, pois está relacionada diretamente às desigualdades de gênero e às instituições oficiais (a exemplo do INCRA), que impôs limites ao reconhecimento dos direitos das trabalhadoras enquanto proprietárias.(CASTRO & ABRAMOVAY,1998). Recentemente no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através da Instrução Normativa nº 38 do dia 13 de março de 2007, passou a ser permitido que as trabalhadoras rurais sejam titulares de lotes da reforma agrária, independente de seu estado civil, o que também favorece àquelas mulheres em áreas de posse individuais (ou seja, fora dos assentamentos). Esta medida, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como objetivo promover e ampliar os direitos das mulheres, na busca de diminuir as desigualdades no campo.<sup>39</sup>

Aliada a estas questões, persiste uma luta dos sindicatos, no sentido de incentivar a documentação para que, a partir daí, elas possam filiar-se à entidade e, então, garantir seus direitos junto à Previdência Social, bem como o próprio direito à posse de Terra. Porque, como já discutimos anteriormente, a Constituição Federal e medidas posteriores como o direito das mulheres, tanto casadas quanto solteiras, à titulação da terra no Brasil podem não significar muito se as mulheres não buscarem a garantia efetiva destes direitos.

### **2.3 - A atuação das mulheres no sindicalismo rural feirense**

A partir de meados dos anos 80, intensificou-se a atuação feminina no STRFS, com a criação da Comissão de Mulheres, o que depois deu origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região. Maria das Virgens Alves de Almeida, conhecida como Ninha, assumiu, em 1989, a presidência da entidade, tornando-se uma das primeiras mulheres a ocupar, no Estado da Bahia, um espaço historicamente liderado por homens. Sua gestão foi marcada pela criação de um Departamento de Mulheres, evidenciando que havia demandas distintas as quais, até então, vinham sendo diluídas diante de outras lutas, como: a luta da mulher pelo direito à posse da terra e o direito de obter crédito rural (OLIVEIRA, 1997).

---

<sup>39</sup>Fonte: [www.incra.gov.br/portal/index.php](http://www.incra.gov.br/portal/index.php)

Introduziu-se, assim, um espaço onde a mulher poderia discutir sua atuação e lutar para ter as suas especificidades respeitadas.

As mulheres continuaram se mobilizando e se articulando junto às lutas pelos direitos e demandas da categoria, inclusive, buscando maior participação e representatividade na diretoria da entidade. Maria Conceição Borges foi a segunda mulher a assumir a presidência do sindicato no início de 1995. Construiu uma gestão de destaque, marcada por constantes mobilizações, a exemplo da luta pelos direitos à Previdência Social (OLIVEIRA, 1997). Borges reelegeu-se nas duas seguintes eleições e 2001 foi seu último ano de gestão (durante o período estudado). Obviamente que a chegada destas mulheres à presidência ocorreu após um longo processo de lutas das trabalhadoras rurais, todavia, a luta não se encerra na chegada das mulheres aos cargos de decisão, pois elas podem ou não direcionar suas ações para as questões específicas das trabalhadoras rurais. No caso do STRFS, podemos perceber, a partir de registros analisados nos jornais locais e arquivos do sindicato, o direcionamento destas gestões não, apenas, para as questões relativas aos interesses gerais dos trabalhadores rurais, mas no interior destas, as bandeiras de luta das mulheres no campo.

Vale ressaltar que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana está inserido no contexto geral de lutas na região. A ascensão de Maria das Virgens à frente da direção sindical não se constituiu em um fato isolado, coincidindo com uma ampla mobilização de mulheres a nível nacional no processo de Constituinte. Além disto, encontrei, pesquisando nos jornais *Feira Hoje* sobre a participação das trabalhadoras rurais nas comemorações do dia 08 de março, em 1989 – dia Internacional da Mulher – um comentário do repórter sobre a fala de uma trabalhadora que avaliava o movimento de forma positiva, pois a manifestação do Dia da Mulheres havia atendido às expectativas das entidades organizadoras. Segundo a notícia, aquela havia sido a fala de Maria Gonçalves da Silva, então presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anguera.

Até o presente momento, as informações levantadas pela pesquisa não me permitem confirmar se outras mulheres ocupavam cargos de decisão na região. Contudo, as gestões de Maria das Virgens e de Maria Gonçalves da Silva apontam uma perspectiva de maior atuação destas trabalhadoras rurais no papel de gestoras.

A importância do sindicato para as lutas das trabalhadoras pode ser verificada ainda em um dos depoimentos realizados com a pequena produtora Maria Odete dos Santos, filiada há dez anos, moradora do distrito de Maria Quitéria, ativa nas lutas da entidade e participante do Grupo de Mulheres Trabalhadoras:

Quando eu filiei a importância é de... que daí nasceria um trabalho... Primeiro que porque fortaleceu o movimento né, e segundo porque traria benefício aos trabalhadores rurais. Então, quando a gente se filia ao sindicato essas são duas questões: fortalecer o movimento e trazer benefício aos trabalhadores rurais, e acreditando também né.<sup>40</sup>

O depoimento aponta para a percepção da trabalhadora sobre a importância da filiação no sindicato como meio de conquista de direitos e, fundamentalmente, como entidade de luta coletiva, que favorece não somente às mulheres, mas, a todos os trabalhadores rurais. Concluiu a entrevista reafirmando o valor de atuar em uma instância representativa: *“eu quero... dizer ao povo que em cada, em todos os setores a importância de se filiar a um órgão é uma segurança pra todos nós sendo urbano ou rurais a importância é muito grande”*<sup>41</sup>.

Aqui, observamos como Maria Odete dos Santos percebe a importância da atuação de cada sujeito para o fortalecimento da entidade sindical, que funciona como um local de segurança e articulação das(os) trabalhadoras(es), a fim de alcançar ganhos para a categoria.

Outras entrevistas foram realizadas com as trabalhadoras rurais da região de Feira de Santana durante o Encontro de Avaliação do Grupo de Mulheres do Sindicato. Questionamos o ponto de vista delas a respeito da importância do sindicato enquanto entidade representativa de uma categoria composta por homens e mulheres, cujas demandas eram diferenciadas e específicas, neste sentido, disseram:

“Eu me filiei ao sindicato já tem 20 anos e o sindicato é uma coisa muito importante, eu tenho o sindicato como se fosse um título (...), o sindicato é onde o trabalhador procura esclarecer e ter também a sua vida esclarecida pra a gente provar que somos trabalhadores rurais (D. Dionísia)<sup>42</sup>

“ Interesse da gente mesmo de saber que tem que se filiar ao sindicato pra ter direito à aposentadoria, a auxílio maternidade e doença e uma coisa que o trabalhador não tinha esse, esses benefícios não tinha só pensava na aposentadoria, mas hoje, mas hoje tem várias outras coisas que pode se juntar a esses benefícios sendo sócio do sindicato. (Maria Odete)<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> Entrevista com Maria Odete dos Santos, realizada em novembro de 2005.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> Entrevista concedida por D. Dionísia, realizada em Feira de Santana em 02 de dezembro de 2005. D. Dionísia ressalta o quanto, através do Sindicato, o trabalhador pode esclarecer a respeito de seus direitos e então se reconhecer enquanto categoria.

<sup>43</sup> Entrevista à Maria Odete dos Santos, moradora do distrito de Maria Quitéria na comunidade de Lagoa Suja. (Entrevista ocorrida em dezembro de 2005. Neste depoimento ela ressalta os benefícios que o Sindicato pode trazer àqueles (as) que se filiaram.

Percebemos que o trabalho paulatino do STRFS, articulado junto ao movimento de mulheres e outras entidades como o MOC, promoveu discussões junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais ressaltando a importância de participarem das lutas de sua categoria e, no que se refere às mulheres, discutiu seu papel no trabalho rural e nas atividades do sindicato, fortalecendo a entidade.

Neste período, os governos em exercício investiriam em uma política neoliberal de abertura do país ao capital externo e privatização das principais estatais do Brasil. Como consequência, o governo de Fernando Henrique Cardoso desencadearia, com esta política econômica, uma série de demissões e desemprego em massa. A conjuntura favoreceu a desmobilização dos movimentos sindicais.

Dessa forma, nos anos 90, principalmente durante o governo FHC, os sindicatos foram abalados com a dificuldade de mobilização da classe trabalhadora, dada a flexibilização das relações trabalhistas, a redução dos benefícios, as altas taxas de desemprego e o crescimento do trabalho informal. As mulheres ocuparam grande parte desta parcela, principalmente com a realização do trabalho doméstico sem carteira assinada. Na zona rural, muitas trabalhadoras continuavam sendo exploradas pelos fazendeiros e empresas, sem direito a carteira assinada, descanso e salário digno.

Segundo Araújo, principalmente em 1995, um dos momentos de grande crise na estrutura sindical brasileira, as discussões de gênero foram relegadas ao segundo plano: “(...) existe ainda na estrutura sindical uma cultura machista e preconceituosa que relega a um segundo plano a questão da equidade de gênero e as demandas específicas das trabalhadoras” (ARAÚJO, 2006.p. 98).

A participação das mulheres no espaço público e as reivindicações por direitos iguais é um avanço, mas não significa a superação das relações de poder e das relações desiguais entre os sexos. Para Fischer:

“A ação política das mulheres rompe a cortina de sua invisibilidade pública, graças a uma nova trama de relações sociais que pressupõe interações e novos saberes que, por sua vez, redefinem relações de poder também ao nível do privado. Cria-se, portanto, um novo espaço propício à reconstrução das relações de gênero”(FISCHER,2006. p. 57) .

## 2.4 - “Sindicato (STRFS) pede decretação de estado de emergência”<sup>44</sup>

Algumas pesquisas têm contribuído para preencher as lacunas de estudos sobre Feira de Santana, entre elas, o trabalho de Nacelice Freitas (1998) – citado anteriormente – que tem por objeto de estudo as principais características da urbanização de Feira de Santana entre 1970 e 1996. Segundo a autora, a partir da década de 70 haverá, em Feira de Santana, um crescimento urbano gerado com a implementação do Centro Industrial do Subaé, ocasionando o êxodo rural. A partir de dados recolhidos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da Secretaria de Planejamento do Município, a autora contribui para nossa pesquisa no que se refere à análise do processo de êxodo dos trabalhadores(as) do campo.

Mas este processo de migração da população da zona rural de Feira de Santana, com um grande número de trabalhadores que se deslocam para trabalhar, principalmente na construção civil, nem de longe resolve o problema de milhares de pessoas que não têm como fazer este deslocamento, principalmente porque na década de 90, o ramo da construção civil entra em crise.

Nos jornais *Feira Hoje* que foram analisados no processo de pesquisa, encontrei muitas reportagens que faziam referência à seca na região de Feira de Santana. E o STRFS, na maioria das reportagens, era convocado a se posicionar diante da situação precária na qual se encontravam as (os) pequenas (os) produtoras (es) da região. O posicionamento da entidade era de crítica ao descaso dos governantes, tanto prefeitos, quanto presidente e governador, que não demonstravam interesse e nem tomavam medidas efetivas para resolução destes problemas, com a estiagem recorrente na região.

Na década de 90, algumas reportagens demonstram esta situação. Maria das Virgens, presidenta do STRFS, eleita em 1989, protagonizou muitas destas notícias que estavam “estampadas” nas capas de frente dos principais jornais da cidade.

Uma destas reportagens, publicada no dia 5 de outubro de 1990, dizia: “*Sindicato pede decretação de estado de emergência*”. A reportagem traz comentários de Maria das Virgens, que relata o estado de calamidade, principalmente daqueles distritos que vivem apenas da lavoura. O trecho abaixo da reportagem afirma:

“A situação dos pequenos produtores do município de Feira de Santana é caótica. O Sindicato de trabalhadores de Feira de Santana já levou o fato ao conhecimento da Prefeitura, com o pedido de decretação de estado de emergência, na tarde de ontem.

---

<sup>44</sup> Reportagem de capa do jornal *Feira Hoje* de 5 de outubro de 1990. Este é tema recorrente nas principais reportagens sobre o STRFS na década de 90.

Há informações de que os lavradores estão passando fome e o quadro tem piorado a cada dia. No documento que foi entregue ao prefeito, o Sindicato de Trabalhadores Rurais pede empenho do poder executivo para que o estado tome alguma providência”<sup>45</sup> (FEIRA HOJE, 1990)

Diante deste quadro, a presidenta reivindica algumas medidas do então prefeito da época, Colbert Martins, como a criação de frentes de trabalho nas comunidades carentes com o objetivo de escavar açudes, fornecimento de equipamentos, garantia de sementes aos produtores (as) para que não continuem passando fome. Como podemos verificar em seu depoimento ao jornal: “O que estamos precisando é resolver a situação agora porque tem gente desmaiando de fome e a necessidade é muito grande na zona rural”

À frente do sindicato, dirigentes enfrentam o jogo de empurra das autoridades e, até mesmo, atitudes que demonstram o quanto estas questões são proteladas. Como percebemos nos trechos seguintes, em que o jornal repassa as informações oriundas da conversa com Maria das Virgens sobre o posicionamento do prefeito da cidade:

“Maria das Virgens disse que o prefeito se comprometeu em providenciar carros pipas para os distritos mais carentes... Segundo disse a presidente da entidade, o prefeito Colbert disse que vai enviar um telex para o governo estadual informando a situação” (FEIRA HOJE, 1990)

Estes trechos são sintomáticos do descaso do poder público, aqui representado na fala do gestor do município, que se posicionava de maneira paternalista com a população de Feira de Santana. Fica claro, no decorrer das outras reportagens, que o posicionamento do prefeito resumia-se a atitudes imediatistas, quando não promessas aos moradores da zona rural, sem de fato concretizá-las (ver SANTOS, 2007).

É importante salientar, contudo, que este tipo de prática ganhava eco até mesmo entre algumas lideranças do movimento social rural da época. É o que nos relata uma das ex-dirigentes do sindicato:

“O governo de Colbert pai, o primeiro governo vou tentar lembrar... o primeiro governo... o sindicato...no mandato dele foi muito bom pra área rural, muito bom mesmo. Não teve igual e, depois dele não teve não, não sei se vai ter não.(...)não sabia dizer não, dava um jeito, sempre teve um jeito, dava um jeito.”

Curiosamente, a fala desta militante não destoava de tantas outras que, ao se referir às gestões municipais, em especial esta citada, revelava certo tom de aprovação. As relações (tensas ou conciliatórias) entre o poder político dominante e alguns segmentos dos movimentos civis em Feira de Santana foram já abordadas por Santos (2007).

<sup>45</sup> Trecho extraído do jornal Feira Hoje de 5 de outubro de 1990.

Mais adiante, percebo em outra reportagem no mesmo jornal, cujo título é: “*Trabalhadores Rurais passam fome e sede na região de Feira de Santana*”, que o STRFS denuncia que, em muitas comunidades da região, as pessoas continuavam sem água tampouco comida. Nesta reportagem, a presidente da entidade afirma que já havia solicitado do prefeito Colbert Martins a decretação do estado de emergência, ou seja, este pedido já havia sido feito em outubro, como verificamos na própria notícia do jornal, contudo o prefeito não o tinha feito ainda.

Atitudes e falas mais enfáticas dos dirigentes do STRFS estavam ainda mais visíveis nas páginas dos jornais. É o que está latente na reportagem cujo título é: “*Fome pode levar flagelado a saquear comércio em Feira de Santana*” (publicada em março de 1991). Este título se baseou na fala da então presidente Maria das Virgens que relata aos repórteres do Jornal que a situação da zona rural de Feira de Santana encontrava-se, naquele período, em estado de calamidade e que algumas medidas tomadas pelo então prefeito do município Colbert Martins da Silva, a exemplo do envio de carros pipas para levar água aos distritos não teriam resolvido um problema muito maior que era a fome, causada pela seca. Maria das Virgens afirma que as pessoas estavam passando fome e que, portanto, temia um saque aos estabelecimentos comerciais da cidade, com o objetivo de sanar a fome e o desespero por parte dos trabalhadores rurais. A situação que atingia mais diretamente cerca de 3 mil pessoas foi destacada na reportagem do Jornal Feira Hoje:

“A presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana advertiu ontem que os trabalhadores de Feira de Santana são muito pacíficos, é por isso que não começaram a saquear os supermercados e armazéns da região. Mas se as autoridades não tomarem providência os saques começarão a acontecer”<sup>46</sup> (FEIRA HOJE, 1991).

Esta fala parecia soar naquele momento como uma ameaça, tendo em vista que uma das principais características da economia de Feira de Santana é o comércio que atrai pessoas de vários lugares. Uma notícia como esta, de um possível saque ao comércio por conta da fome nos distritos, incomodaria proprietários e autoridades do município. E, de fato, desestabilizaria a ordem defendida pela elite local que, segundo Clovis Ramaiana Oliveira (2000), mantinha na cidade ares de civilidade e harmonia.

O período da seca foi tão acentuado que, semanalmente, o Jornal Feira Hoje trazia notícias sobre a calamidade. A situação apresentava-se tão crítica que, em março de 1991, as trabalhadoras rurais presentes nas manifestações do Dia Internacional da Mulher pouparam

---

<sup>46</sup> Trecho extraído do jornal Feira Hoje de março de 1991

maiores celebrações. Segundo o informativo, além das manifestações já programadas para o 08 de março, as trabalhadoras rurais, após se reunirem em comissão no Movimento de Organização Comunitária (MOC) divulgariam à comunidade feirense uma nota pública explicando a ausência deste segmento, como tradicionalmente ocorria, devido à situação de calamidade por conta da seca na região.

No dia seguinte ao 08 de março de 1991, o mesmo jornal publica: “*Dia da mulher sem comemoração para as trabalhadoras*”, a atitude de não participar das mobilizações, seriam uma reação contra o descaso das autoridades frente a situação. Esta atitude pode ser lida como um ato de protesto. Em outras palavras, uma mobilização sem sair às ruas também foi alternativa para chamar a atenção da mídia e população feirense.

O processo de reivindicações da zona rural de *Feira* de Santana e outros municípios da região culminam na *marcha contra a miséria*, que reuniu trabalhadoras e trabalhadores organizados pelas entidades: CUT, FETAG e Movimento sem Terra (MST), em julho de 1992.<sup>47</sup> Como podemos verificar no relato da ex-presidente do STRFS Maria das Virgens:

“...Pense na fome, mas é fome mesmo e aí foi estas cestas básicas que pediu ao governo do estado, fizemos manifestação em Salvador...manifestações, manifestações...Fizemos a marcha em Salvador, não ouviu falar da marcha contra a fome?  
É a marcha que o pessoal foi pra Salvador. A pé!”

A marcha que Maria das Virgens se refere é a mesma relatada nas páginas dos jornais e que ocorreu durante a gestão do então governador do estado Antônio Carlos Magalhães, cuja intenção era entregar um documento com a seguinte pauta de reivindicações: reforma agrária, emprego, salários justos e o fim da violência contra posseiros e trabalhadores rurais.<sup>48</sup>

No ano de 1995, os jornais nos dão notícia de uma articulação entre entidades classistas no sentido de realizar o “*Dia de Luto no Campo*”, cujo objetivo foi despertar as autoridades para a crise ocasionada pela seca.

Percebemos, com isto, a importância que o STRFS tem no sentido de coordenar manifestações nas ruas, na porta da prefeitura, na BR- 324 em prol de melhorias para a zona rural e a liderança significativa das mulheres neste movimento.

<sup>47</sup> Informação retirada do jornal *Feira Hoje*, de julho de 1992.

<sup>48</sup> *Idem*.

## 2.5 - Alguns estudos sobre Feira de Santana e o movimento sindical

A atuação do Sindicato nas questões da área rural de Feira de Santana chamou atenção de diversos estudiosos. Dentre eles, destacamos as contribuições de Ildes Oliveira em suas reflexões a respeito da situação dos trabalhadores do campo nesta região, seus processos de organização coletiva, seja por motivos políticos, econômicos ou lutando por ambas as questões. Em sua dissertação “*A Luta pela autonomia e a participação dos camponeses: um estudo das microrregiões de Feira de Santana e Serrinha*”, o autor irá observar como as formas de ‘mobilizações camponesas’ estão inscritas em dois espaços: nos sindicatos e nas associações de pequenos agricultores. Segundo ele, os camponeses ingressam no sindicato com a perspectiva de obter apoio no que se refere aos serviços de saúde e justifica o fato pelo grau de carência e abandono em que vivem estes trabalhadores rurais. Mesmo levando em consideração o contexto de análise de Oliveira, percebemos algumas limitações na interpretação do autor acerca do conjunto de motivos que levaram e levam os camponeses a se filiarem na entidade sindical.

O texto de Telma Regina de Oliveira intitulado “*A Mulher aposentada rural no município de Humildes: sindicalismo e alternativas de sobrevivência*” também se destaca pela relevância à construção desta proposta. A autora analisou o significado da aposentadoria, que ocupa lugar complementar na economia familiar. Sendo assim, as mulheres aposentadas continuam a trabalhar na lavoura. Segundo este estudo, o salário mínimo garantido com a aposentadoria, na maioria dos casos estudados, é insuficiente para a sobrevivência das famílias e, por isso, elas recorrem a vários mecanismos de sustento.

Oliveira (2001) aponta a importância da entidade sindical nas campanhas de defesa da Previdência Social e na luta pelo Direito de Sindicalização da mulher trabalhadora Rural, a partir da década de 70. Contudo, sua análise enfatiza a relevância do sindicato para viabilizar o processo formal de pedido da aposentadoria, pois, a mulher filiada, geralmente, está com a documentação regulamentada como exige a Previdência.

O trabalho desta autora é relevante, uma vez que propõe analisar o cotidiano das mulheres aposentadas no município de Humildes, sujeitos excluídos da produção acadêmica. Todavia, ressaltamos a necessidade de aprofundar a já mencionada participação destas mulheres no STRFS, sua construção e reconhecimento, enquanto sujeitos políticos, para além do prisma da aposentadoria. Nesse sentido, é importante avaliar as relações de gênero e poder imbricadas nesta entidade sindical, entre os anos de 1989-2001, enfatizando também os papéis

das mulheres como “sujeitos individuais e a organização social da categoria na qual estão inseridas” (SCOTT, 1993).

Além dos trabalhos acima citados, o estudo de Ana Maria Castelo sobre o Sindicato de Trabalhadoras Rurais de Feira de Santana merece ser enfatizado, pois destaca o papel de algumas entidades, a exemplo de grupos ligados à Igreja e ao Movimento de Organização Comunitária, na formação e articulação das mulheres trabalhadoras rurais e suas demandas sociais na zona rural, no período compreendido entre os anos de 1971 a 1995. Assim, ela ressalta a criação de Clubes de Mães e Associações Comunitárias que contribuíram para mobilizar as trabalhadoras rurais em torno de questões que lhes diziam respeito. A autora também, aponta para a importância das gestões de Maria das Virgens Almeida e Maria Conceição Borges. Apesar da enorme relevância deste trabalho, não poderíamos deixar de levantar algumas questões no que diz respeito às limitações do mesmo. A autora traz a história do Sindicato, tendo como pano de fundo a participação das mulheres que alcançaram a presidência da entidade. A importância das gestões de Maria Conceição e Maria das Virgens é bastante considerável para o processo de conquista dos espaços de poder no sindicato, porém, estas gestões não se encerram nelas. É importante ressaltar que estas gestões são apenas consequência de anos de luta e que a presença das mulheres na presidência de um sindicato é, de fato, um avanço, mas não significa que as desigualdades de gênero se resolveram de fato.

Assim, Castelo elabora um interessante trabalho que enfatiza a atuação das gestões de mulheres na direção sindical, mas não trabalha as relações de gênero imersas no STRFS além de não relacioná-las a outros debates cruciais no contexto nacional de lutas da categoria e que tiveram influência decisiva para a construção de muitos processos políticos no SRTFS. Em suma, a ocupação de cargos na gestão sindical não se constitui um fato em si mesmo, mas representa um paulatino processo de lutas por espaços de poder no interior do sindicato.

Em linhas gerais, avaliamos a necessidade de considerarmos o processo histórico de inserção das mulheres no sindicato, percebendo o avanço nas questões específicas das trabalhadoras rurais. Contudo, não podemos perder de vista que o fato de as mulheres estarem ocupando cargos estratégicos no Sindicato não significa, necessariamente, que tenham superado as práticas discriminatórias.

Nas páginas seguintes, trago algumas reportagens dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais reivindicando melhores condições de vida.



Reportagem de capa do dia 17 de dezembro de 1992

Foto1



Reportagem de 17 de dezembro de 1992. (manifestantes no hall da prefeitura)

Foto 2



Reportagem de 2 de abril de 1993

Foto 3



O prefeito João Durval falou demoradamente com os manifestantes

Foto 4

Reportagem de 2 de abril de 1993(p. 3)



Trabalhadoras rurais, reunidas no MOC: a seca impede comemoração

Reportagem do Jornal Feira Hoje de 8 de março de 1991.

Foto 5

LOCAL Página 3

## Trabalhadores rurais passam fome e sede na região de Feira

Muitos trabalhadores rurais da região de Feira de Santana estão passando fome, em decorrência da perda da safra que vem ocorrendo desde 1988. A presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Maria das Virgens Alves Almeida, afirmou que algumas comunidades não têm água nem comida e já solicitou ao prefeito Colbert Martins, decretação de estado de emergência no município para que os trabalhadores não morram de fome. Segundo ela, a Sudene respondeu telegrama enviado por Colbert Martins, dizendo que iria se empenhar para atender as reivindicações, mas até o momento não existe resposta concreta.

Se até segunda-feira não acontecer nada, Maria das Virgens disse que uma comissão de trabalhadores rurais de mais de dez municípios do pólo sindical de Feira de Santana, irá à Federação dos Trabalhadores da Agricultura — Feitaz, na Bahia, para cobrar soluções dos órgãos federais e estaduais. Há cerca de 20 dias o prefeito Colbert Martins da Silva enviou telegrama para a Sudene, Seplante e Cordec, pedindo soluções para o problema dos trabalhadores rurais.

Foi solicitada frente de emergência para os trabalhadores atuarem na própria região, construindo e limpando aguadas nas comunidades; cesta básica, equipamentos para o trabalho e sementes para o plantio do próximo inverno, além de salário, é claro. Na questão das sementes, a Prefeitura Municipal se compromete em ajudar e os outros órgãos não negaram colaboração, mas, também não apresentaram nada de concreto até o momento, concluiu Maria das Virgens.

**TRÊS ANOS SEM SAFRA**

A presidenta do sindicato lembrou que sementes de família estão passando dificuldades, mas não soube precisar o número porque não há um registro, desde 1988. Neste ano, as chuvas foram escassas e 70 por cento das safras foram perdidas. Em 1989, houve excesso de chuvas e mais uma vez não houve safra.

A chamada cultura de verão — feijão-de-corda, batata-doce, amendoim — também foi perdida. Esse ano já não houve chuvas suficientes na época certa. Quando as precipitações vieram, alguns lavradores plantaram algumas sementes, mas não houve continuidade e foi tudo perdido. Ao mesmo tempo, houve a falta de sementes e adubo.

Diante de todas estas problemas, desde o início do ano, segundo a presidenta, os trabalhadores vêm discutindo estas questões e procurando soluções junto as autoridades. Nos dias 7 e 8 passados, houve um encontro regional, quando decidiram que na terça-feira uma comissão irá à Feitaz, para cobrar soluções, que estão a nível nacional, conforme Maria das Virgens, para quem o problema da seca é uma questão meramente política.

"É preciso que os governantes se comprometam com o Nordeste", salientou.

Nas comunidades de Baudim de Feira, Santa Luzia, Gameleira, Jaguará, Tiquaraçu, está faltando água até mesmo para beber. O abastecimento está sendo feito por caminhões-pipa. Se chover, a cultura de verão pode acontecer.

Entretanto, Maria das Virgens revelou que a esperança dos trabalhadores está acabando, com relação às chuvas. "Há muito tempo, existem sinais de trovada, enquanto o trabalhador está caindo de fome e não tem esperança de conseguir trabalho nem na zona urbana, uma vez que tanto trabalho a crise é visível na construção civil, única setor onde o lavrador pode conseguir emprego".



Maria das Virgens: providências urgentes

**a para Nova**

letrônica IAS, antes Barbosa, dizem que não pagaram próximo veículo, ter o carro na rua, os riscos de que subitem as obras nada nada porque "estabilizados", revelou Alair Vilas quanto as obras feitas, o material quem está sendo lançado que brinças crianças passam dentro e pelos trabalhadores realizando o ser-

ros que estão sajos de drenagem, R. Comissário de

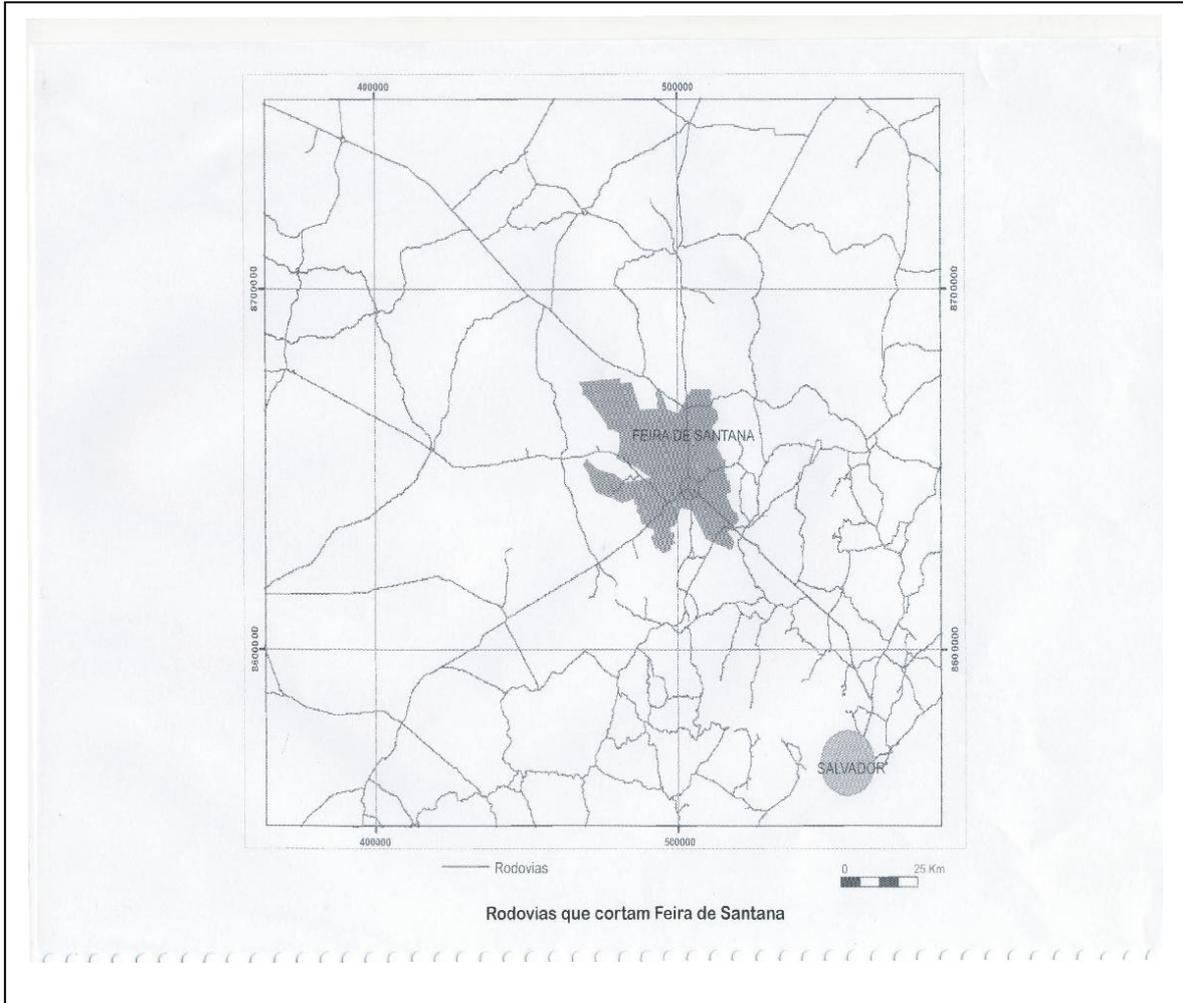
Jornal de 15 de novembro de 1990, referente a situação na qual se encontravam os trabalhadores. Na foto está Maria das Virgens então presidente da entidade.

**Foto 6**



Localização de Feira de Santana no estado da Bahia.

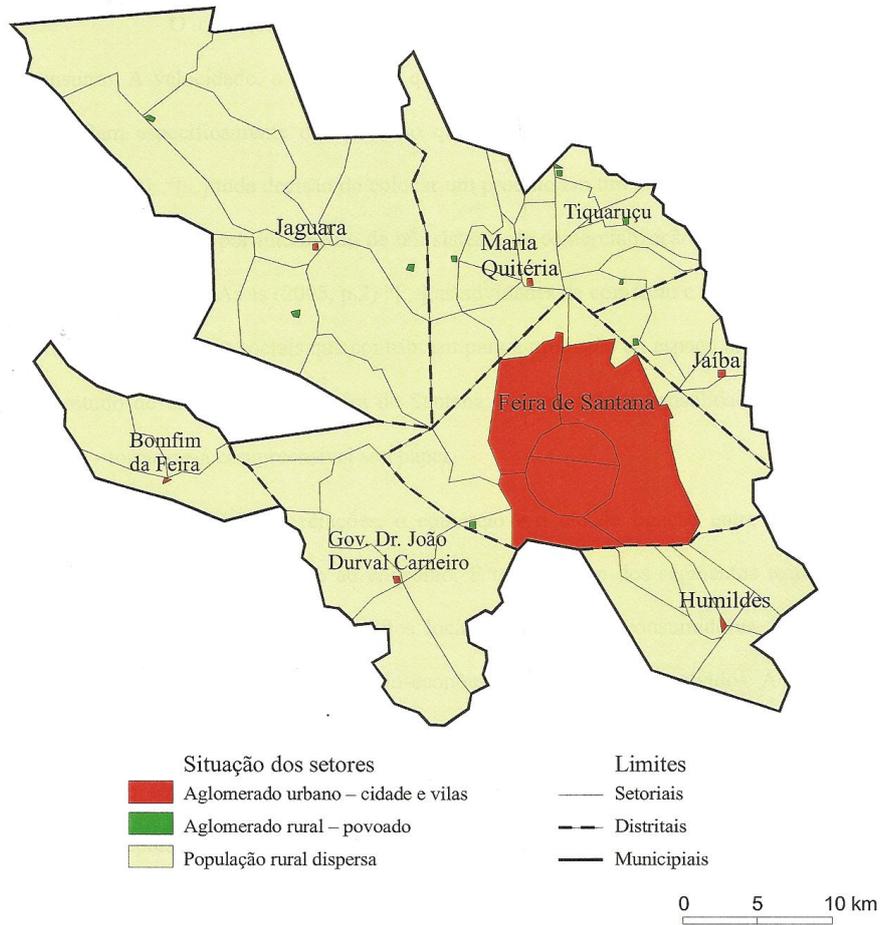
**Mapa 1**



Extraído de: SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade*. Feira de Santana UEFS, 2007  
(Trabalho de Professor Pleno)

## Mapa 2

Figura 2 - Município de Feira de Santana  
Distritos e Setores Censitários - 2000



Fonte: Elaborado segundo IBGE. *Malha de Setores Censitários Rurais*. 2001.

## Capítulo III

### História do sindicalismo rural: raízes

*É o povo se organizando  
Por direitos e igualdades  
Com orgulho conquistando  
Cada dia a liberdade  
A luta é ter compromisso  
Com o sonho de liberdade  
Um projeto sustentado  
Pelo interior e cidade*

(trecho da Música da Agricultura familiar)

### 3.1- No tempo das Ligas Camponesas...

A história da formação dos sindicatos no Brasil é constituída por peculiaridades que marcam as diferentes formas de organização dos trabalhadores do campo e da cidade. Os sindicatos rurais, por exemplo, só vieram a ser regularizados, de fato, no final da década de 50 e início da década de 60. Um dos fatores que possibilitaram este acontecimento foi a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que trazia disposições a respeito da regulamentação da profissão através da criação da Carteira Profissional do Trabalhador.<sup>49</sup>

Todavia, antes mesmo da formação dos sindicatos, que se tornariam, mais tarde, uma das principais formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo<sup>50</sup>, as Ligas Camponesas tiveram uma forte expressão neste setor. Surgidas inicialmente no nordeste brasileiro, na segunda metade dos anos 40, este movimento social foi fortemente influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro e com o apoio de outras organizações políticas, a exemplo do Partido Socialista Brasileiro.<sup>51</sup> As *Ligas* atuavam na construção de uma proposta de reforma agrária, a partir da mobilização das famílias no meio rural. O quadro social da zona rural naquela região do país era (e assim permanece) marcado pela fome, exploração do trabalho e sob a violência dos donos de terra e suas ameaças constantes.

No período entre 1947 e 1954, fatos como a proscricção do Partido Comunista ilustram que foi aquele um momento de grandes perseguições às organizações de trabalhadores no campo e na cidade, e neste contexto, houve um significativo refluxo das Ligas (MORAIS, 2006)<sup>52</sup>. A partir de 1955, iniciou-se um processo de rearticulação destas enquanto um movimento organizado no período posterior à chamada “era Vargas”, contexto de significativas agitações populares no Campo (Idem.).

As ligas camponesas se fortaleceram no Brasil no contexto de crise da industrialização desenfreada, financiada pelo capital estrangeiro entre os anos 50 e 60. No palco das sucessões presidenciais, a renúncia do presidente Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart

---

<sup>49</sup>No artigo 11 do Estatuto do trabalhador rural fica definido que e instituída, em todo o território nacional, para as pessoas maiores de quatorze anos, sem distinção de sexo ou nacionalidade, a Carteira Profissional de Trabalhador Rural, obrigatória para o exercício de trabalho rural.

<sup>50</sup> As outras formas de organização que destacamos são o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, um dos principais movimentos de articulação de trabalhadoras rurais, que tem forte reconhecimento principalmente no Nordeste e Sul do país

<sup>51</sup> Cabe destacar que o militante Francisco Julião, um dos principais líderes das ligas no Nordeste foi filiado ao PSB. Além de ser uma figura polêmica, Julião era também advogado e nessa atuação dedicara-se a atender as causas dos trabalhadores rurais; esteve envolvido em articulações políticas em prol de sua promoção política, haja vista, seu mandato de Deputado Estadual (Morais, 2006).

<sup>52</sup> MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil (p.21-71).

anunciavam a entrada na ordem do dia de pautas ligadas à consolidação de direitos trabalhistas, bem como da necessidade de compreender os problemas ligados à estrutura fundiária no país. Paralelamente, há que se considerar a relevante “ampliação das liberdades democráticas” como assinala Moraes (ibid. p. 37).

No ano de 1955, acontecia o Congresso de Salvação do Nordeste em Pernambuco. (MARTINS, 1981). Esse encontro reuniu uma quantidade considerável de pessoas, inclusive trabalhadores rurais e trouxe à tona questionamentos sobre a situação sócio-econômica do Nordeste, que enfrentava altos índices de pobreza.

Além disso, os principais dirigentes das ligas: Francisco Julião e Clodomir Moraes, junto com Janio Quadros acompanharam de perto as mudanças ocorridas em Cuba com a revolução que acontecera naquele país, inclusive a reforma agrária. As ligas demonstraram apoio expresso a Cuba e muitos de seus militantes viajavam para a ilha a fim de vivenciar de perto como se dera a reforma agrária naquele país (MORAIS, 2006).

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que fora criada em 1954, também se constituiu, nesse período, como um importante instrumento de organização dos trabalhadores do campo, influenciando a abertura de sindicatos. Contudo, segundo Moraes (2006), a ULTAB fora pensada de “cima para baixo”, portanto, não foi uma organização que nasceu da luta dos trabalhadores. Pelo contrário, defendia um projeto de reforma agrária <sup>53</sup>

“... acoplada ao governo central que passou a ter como objetivos imediatos a utilização de alguns serviços públicos, favorecendo núcleos de trabalhadores de sua simpatia” (Ibid. p. 73)

Esta é uma grande diferença entre estas organizações em destaque. Se por um lado, a ULTAB não tinha suas origens no seio da classe trabalhadora rural, as *Ligas* exerciam um enfrentamento direto na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo, tendo ligações, até mesmo, com a organização de guerrilhas pelo Brasil (Morais, 2006).

A presença das *Ligas* na História dos trabalhadores do campo foi fundamental para a mobilização e articulação desta população que enfrentava os desmandos dos fazendeiros e políticos articulados entre si, principalmente na região Nordeste. Apesar dos problemas internos, em termos de organização e coordenação, as Ligas Camponesas representaram um momento crucial da luta pelos direitos civis no mundo rural brasileiro como assinalam

---

<sup>53</sup> Segundo José de Souza Martins (1981) no que diz respeito à relação entre os STR's e as Ligas, Francisco Julião produziu um documento conhecido como “Bença Mãe”, ressaltando que a participação dos trabalhadores em sindicatos rurais não excluía a participação destes nas ligas e vice-versa.

inúmeros(as) autores(as), dentre eles (MORAES, 2006; SANTIAGO, 2006; STÉDILE, 2006). Contudo, o golpe de 1964 sufocou o movimento de forma perversa.

Outros capítulos destas trajetórias seriam vivenciados tempos depois com outros movimentos sociais rurais, a exemplo do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST). A articulação entre os trabalhadores seria também desencadeada na organização de sindicatos rurais, que tiveram seu reconhecimento de fato, a partir de 63, quando sua expansão já estava saindo do controle do Estado. Um ponto de vista sobre estas experiências será abordado a seguir.

### **3.2 – A Formação dos sindicatos rurais**

Ao contrário da experiência urbana, a consolidação e o reconhecimento das entidades sindicais rurais no Brasil esbarraram, durante muitas décadas, em inúmeros empecilhos de natureza política, como aponta a aprovação de decretos que, timidamente, haviam regulamentado estas instituições. Um dos primeiros registros é o decreto lei de 1903 que determinava que a categoria “profissionais rurais de agricultura” incluía desde os grandes proprietários (patrões) até os posseiros, meeiros etc. Outro decreto, de 1907, regulamentava a “caderneta agrícola”, que seria a comprovação do contrato de trabalho e o pagamento feito ao trabalhador. Porém, a aplicação deste decreto não foi posta em prática, porque não havia fiscalização necessária para controlar as relações trabalhistas no campo. Finalmente em 1944, um decreto lei federal iria regulamentar os sindicatos rurais<sup>54</sup>, o que não representou, conseqüentemente, um aumento significativo do número destas entidades. Nas palavras de Costa e Marinho, “a dificuldade era a definição clara do quadro de atividades e profissões do campo, falha que serviu para se negar sistematicamente a carta sindical às entidades requerentes” (2008. P. 124).

Contudo, a mobilização do campo no sentido de formar as associações e os sindicatos se tornara inevitável e, de certo modo irreversível, dado que se atesta na postura do Estado que, receoso de perder o controle destes movimentos sociais, inicia o processo de reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Nesse sentido, permitir-se-á a institucionalização do movimento de trabalhadores rurais, através da sua intermediação direta.

---

<sup>54</sup> Sobre as legislações ligadas às organizações sindicais rurais, ver Costa & Marinho (2008).

Salta aos olhos o crescimento inevitável do movimento de trabalhadores do campo nos anos 50 e sua intensificação nos anos 60, dada a ação de partidos políticos como o PCB, o PTB, além de setores da Igreja Católica também, interessados em manter o controle sobre aquela considerável parcela da população. Por outro lado, como afirma José de Souza Martins, é o empenho do governo de João Goulart que leva a um rápido crescimento do sindicalismo rural no Nordeste. (1981. p.78,)

Além disto, a criação do *Estatuto do Trabalhador Rural*, como vimos anteriormente, regulamentaria não somente a profissão como também as organizações trabalhistas. Segundo este documento: “*É lícita a associação em sindicato, para fins de estudo, defesa, coordenação de seus Interesses econômicos ou Profissionais, de todos os que, como empregados, ou empregadores, exerçam atividades ou profissão rural.*”<sup>55</sup>

Porém, para que estes sindicatos fossem regulamentados, o Estado acrescentou alguns pontos no estatuto supracitado, a fim de que estas instituições fossem atreladas ao governo. Dentre alguns pontos, destacamos o *artigo 129* [do referido Estatuto] onde se afirma que o Ministério do Trabalho expedirá as instruções regulando as eleições, ou que os estatutos dos sindicatos deverão conter a afirmação de que a entidade agirá em colaboração com os poderes públicos, no sentido de trazer o bem estar dos associados, de acordo com o interesse nacional.<sup>56</sup> Há trechos em que o estatuto veta a pessoas estranhas ao sindicato, qualquer interferência na sua administração, exceto delegados do Ministério do Trabalho e Previdência Social, designados pelo ministro.

Estes trechos demonstram que, neste período, o estado brasileiro buscava interferir diretamente nas organizações sindicais rurais, tendo em vista o receio dos setores políticos ligados aos interesses dos proprietários de terra contra a articulação dos trabalhadores do campo. Por esses e outros motivos, o governo disputava espaços de controle deste setor com a Igreja e Partidos Políticos. A própria fundação de uma *confederação nacional* que reuniria todos os sindicatos rurais, foi um desses momentos de articulação de diversos setores e interesses. Segundo Martins (2000), um dos efeitos diretos deste estatuto foi que este “*viabilizava a interpretação legal dos conflitos não como conflitos fundiários, embora muitas vezes o fossem, mas como conflitos trabalhistas, embora nem sempre o fossem*” (2000, p. 96)

Dentre estes interesses, o do Partido Comunista era de manter, na medida do possível, todas as organizações de trabalhadores, seja do campo ou da cidade sob sua tutela. O posicionamento destas entidades frente à reforma agrária deixaria explícitas as suas intenções.

---

<sup>55</sup> Fonte: [www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas42/1963/4214.htm](http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas42/1963/4214.htm)

<sup>56</sup> Ibid.

O PC não propunha uma reforma agrária radical, que favorecesse de fato os trabalhadores, mas optou pela manutenção de acordos com a burguesia industrial (Martins, 1981); não é a toa que este partido buscava manter o controle sobre as Ligas, até mesmo, para evitar ações mais enérgicas e radicais, como, por exemplo, a formação de guerrilhas. A Igreja, por sua vez, esteve preocupada com o avanço do comunismo e de revoltas no campo.

Para Martins (Ibid), o Partido Comunista se centrou na articulação das federações de sindicatos agrícolas para, então, articular a criação da Confederação. Enquanto isso, a Igreja que disputava com o PC o domínio destes sindicatos rurais, manteve-se mais envolvida na organização destas entidades. A partir de 1963, segundo este autor, a Igreja fez algumas tentativas de formação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), para manter esta confederação sob seu controle, mas estas não foram reconhecidas. Como consequência destes jogos de poder entre as esquerdas, anterior ao golpe de 64, houve o enfraquecimento e divisão dos trabalhadores rurais em grupos de interesses desencontrados “os que lutam pelo salário, e os que lutam pela terra” (MARTINS, 2000. p. 97).

Retomando a fundação da CONTAG, em dezembro de 1963, vale destacar o processo de articulação entre alguns segmentos como o governo e a União de Lavradores e Trabalhadores da Agricultura – através da *Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR)* e do *Ministério do Trabalho* (Costa e Marinho, 2008, p. 139). Isso pode explicar a maioria de membros da ULTAB na primeira gestão da CONTAG.

A CONTAG, nascida a partir da articulação de membros da ULTAB, seria reconhecida em 1964, pelo governo do presidente João Goulart, pouco tempo antes da instalação da ditadura militar. Mesmo sendo colocada sob intervenção do governo totalitário, a partir de 1964, esta entidade seria revitalizada em 1967 por setores progressistas. Suas práticas refletiam uma concepção corporativista na qual o sindicato significava a única entidade que representava o movimento de trabalhadores do campo.

Com o golpe militar de 1964, dado o temor do governo em relação à insatisfação da população rural, e uma provável revolução aliada às afinidades entre as *Ligas* e os líderes da Revolução Cubana<sup>57</sup>, é criado o Estatuto da Terra pela lei 4.504, alguns meses após a instalação do regime autoritário. O texto longo, detalhista, abrangente e bem elaborado constituiu-se na primeira proposta articulada de reforma agrária feita por um governo na história do Brasil. O projeto do governo militar foi: encaminhamento da reforma agrária e modernização do campo. De fato, houve um desenvolvimento e modernização do campo, haja

---

<sup>57</sup> Haja vista as *Ligas* terem expressado apoio à Revolução em Cuba.

vista, o governo ter financiado os grandes empresários da agricultura. O resultado deste empenho do governo totalitário foi o aumento das desigualdades no campo, de um lado, os fazendeiros aumentaram suas riquezas financiadas pelo Estado e do outro, houve o empobrecimento de parcela considerável desta população, além da violência desmedida praticada pelos donos das terras.

Por outro lado, também cresceu a insatisfação e descontentamento destes trabalhadores, com as práticas da CONTAG, o que fortaleceu o surgimento e articulação de oposições àquele modelo de sindicalismo pregado pela entidade. Para Paulo de Tarso, a CUT foi criada (em 1983) neste contexto de esgotamento da ditadura militar, com *“excepcional participação de trabalhadores rurais”* (1989, p.9). Esta nova configuração é, por conseguinte, o ponto de partida para o nascimento do chamado novo sindicalismo.

### **3.3 - Novo sindicalismo no Brasil**

Os estudos sobre sindicalismo no Brasil retratam, principalmente, o momento de constituição de sua “nova” fase, no período após implantação da ditadura militar que, mesmo caracterizada como uma fase de repressão vivida pelos movimentos sociais no Brasil, não significou um momento em que estes cruzaram os braços. Os trabalhadores vão iniciar aí um período de greves e de reivindicações, principalmente em São Paulo, no ABC Paulista.

Essa fase traz alguns traços peculiares como a construção das oposições sindicais e a construção de Centrais sindicais, a exemplo da Central única de Trabalhadores (CUT), no ano de 1983. Marcelo Badaró Mattos (1998) faz um levantamento dos principais trabalhos que discutem a respeito das “fases” do sindicalismo brasileiro e questiona aqueles que veem o novo sindicalismo como uma ruptura com a estrutura sindical corporativista tão presente no Brasil antes do golpe militar. Nesta fase do sindicalismo, em que estas instituições estavam atreladas ao estado numa relação paternalista, geralmente as lutas dos trabalhadores não eram levadas a frente pela entidade representativa.

O autor identifica que a ruptura com o passado sindical não se concretizara neste período, pois existiam muitas continuidades em relação ao período anterior a 64. Mattos reconhece, por outro lado, que as mudanças trazidas por este período de transformação do sindicalismo brasileiro, foram responsáveis pela “reentrada dos trabalhadores no cenário político nacional” (1998. p. 78)

A criação e atuação da CUT foram fundamentais, pois muitos sindicatos viriam a se identificar com esta na defesa dos interesses e dos direitos dos trabalhadores e na busca pela superação das desigualdades sociais. As greves, importantes instrumentos de luta da classe trabalhadora, ocorreriam em larga escala neste período e eram característicos dos sindicatos instalados no universo *cutista* (Ibid.).

A identificação com a CUT definia o perfil e as principais características dos sindicatos. Em Feira de Santana, num estudo sobre o Partido dos Trabalhadores e sua relação com a classe trabalhadora daquela cidade, Igor Gomes Santos (2007) analisa a atuação dos sindicatos, associações de moradores e a controversa relação com a CUT no município. Neste trabalho, Santos revela as principais tentativas de instalação desta central e fracasso nestas investidas, principalmente por causa da pouca receptividade de alguns sindicatos que ainda mantinham características de sindicatos “pelegos”.<sup>58</sup>

Santos (2007) destaca a atuação do sindicato de professores, a Associação de Técnicos Agrícolas (ASTA) e a delegacia sindical dos engenheiros que tiveram certa aproximação com a CUT e o movimento pró-CUT de Feira de Santana. Entre eles, o destaque para a ASTA, pois esta entidade tinha proximidade com as condições precárias dos trabalhadores da zona rural da cidade e vivenciara, de perto, o descaso do Estado frente a esta categoria, enfrentava o Estado e poderes locais para terem atendidas suas reivindicações enquanto categoria e as reivindicações dos trabalhadores/as rurais (SANTOS, 2007).

Contudo, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana se constituiria como o principal sindicato cutista da cidade e de maior influência de sindicalistas associados ao Partido dos Trabalhadores (Ibid.). A filiação desta entidade ocorreu em abril de 1990, como desdobramento de debates que se intensificaram em 1989, quando os trabalhadores/as vinham discutindo, juntamente com os representantes da Central Única de Trabalhadores (CUT), a criação de um departamento específico de trabalhadores rurais na região, o que resultaria na filiação do STRFS junto a esta central sindical. Este departamento deveria priorizar as principais questões que diziam respeito aos trabalhadores da zona rural, como, por exemplo, a questão da seca na região, a construção de barragens que expulsavam várias famílias de suas pequenas propriedades, a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades e os baixos salários pagos por fazendeiros

---

<sup>58</sup> Esta expressão vem sendo utilizada há décadas nos movimentos sindicais para identificar os trabalhadores dissidentes dos interesses e lutas de sua categoria que optam, paradoxalmente, pela convivência com os grupos dominantes. Em várias regiões do sertão baiano, “pelego” é uma manta de couro utilizada nas montarias que serve como proteção intermediária entre a sela e o lombo do animal.

àqueles trabalhadores que vendiam sua força de trabalho diariamente. Este departamento atenderia aos sem-terra da região, aos assalariados, pequenos proprietários e posseiros.<sup>59</sup>

Em 1990, através de intensas discussões e, posteriormente, em assembléia extraordinária composta pelos associados do STRFS, foi posta em votação a possibilidade de filiação do Sindicato à CUT (Central Única de Trabalhadores), que fora aprovada com unanimidade.<sup>60</sup>

Um dos motivos levantados por Santos (2007) trata da afinidade que caracterizou a relação entre o STRFS e CUT, com base no enfrentamento do movimento pró-CUT em relação a União Democrática Ruralista, grupo que possuía fortes bases econômicas e políticas na região e que legitimava a exploração de trabalhadores e trabalhadoras da zona rural. Este sindicato, então, se identificaria com práticas características do novo sindicalismo.

Ricardo Antunes (1991), em seu estudo intitulado *Novo Sindicalismo*, ressalta os avanços e limitações – leia-se a manutenção de pontos característicos do sindicalismo *atrelado* – no que se refere ao sindicalismo brasileiro, após a promulgação da Carta Constitucional de 1988. Dentre os avanços, ele destaca o direito de sindicalização dos funcionários públicos, a extensão dos direitos sindicais ao campo, a obtenção do direito de greve aos trabalhadores.

As entidades influenciadas pela prática do novo sindicalismo partiriam do questionamento da estrutura sindical corporativista, todavia questões que pareciam tão complicadas no que se refere ao atrelamento ao estado, como, por exemplo, a cobrança obrigatória do imposto sindical, não haviam sido superadas.

Outra característica mantida por muito tempo nessa nova fase do sindicalismo foi o não questionamento, tampouco a ruptura, do silêncio em torno das desigualdades de gênero. Tais demandas, aos poucos, foram sendo incorporadas por segmentos de mulheres inconformadas com o descaso frente a temas que diziam respeito à própria condição da classe trabalhadora, bem como a elas próprias, a exemplo da desigualdade de salários entre homens e mulheres no mercado de trabalho, problema que permanece ainda hoje; como também questões que diziam respeito à violação dos direitos civis das mulheres, como é o caso de temáticas como a violência contra mulheres ou direito ao aborto.

Numa breve análise do perfil de gênero nos congressos da CUT, Leôncio Martins Rodrigues (1990) ressalta que elas representavam 24% dos participantes, contudo, variava

---

<sup>59</sup> Na verdade, a aproximação do STRFS com a CUT, ou mais precisamente com os movimentos pró-CUT, se deu via filiação à CONTAG. Recentemente, assistimos ao desligamento desta entidade da CUT.

<sup>60</sup> Mais detalhes sobre este episódio serão apresentados no capítulo subsequente.

entre uma ou duas mulheres as que faziam parte da executiva, sendo que no III CONCURT a única mulher eleita, não fazia parte de cargos importantes como presidente, vice, tesouraria, e as que tinham sido eleitas até então pertenciam ao sindicato de professores.

Rodrigues (1990) desenvolve um estudo a respeito da construção da CUT e do perfil dos principais grupos que estiveram presentes nos congressos da CUT, principalmente no terceiro Congresso, ressaltando as articulações e divergências entre as diferentes *facções*. Esse Congresso, realizado em 1988, na cidade de Belo Horizonte reuniu cerca de 6.218 sindicalistas, grande parte destes, delegados representavam os estados com maior população e mais desenvolvidos e/ou industrializados, a exemplo de São Paulo. O autor ressalta ainda que a elevada quantidade de delegados advindos de estados menos industrializados, a exemplo da Bahia, Pará e Goiás, justificava-se pelo grande número de sindicatos de trabalhadores rurais destes estados, que tinham presença significativa na construção dos congressos nacionais da Central Única de Trabalhadores.

Apesar do número significativo de trabalhadores rurais, nesses eventos eles eram minoria no que se refere à composição da Executiva Nacional. Entre quinze membros da Executiva Nacional, apenas um trabalhador ou trabalhadora Rural compunha a diretoria, e outro ocupava a posição de suplente. Segundo dados do autor supracitado, o número de dirigentes oriundos dos sindicatos rurais reduziu entre o primeiro e o terceiro congresso na composição da executiva.

Sabemos que estas entidades promoviam o favorecimento de determinadas categorias ocupando os espaços de poder, a exemplo, dos metalúrgicos. Além da discrepância com relação à quantidade de representantes de sindicatos do Nordeste do país em relação ao Sul, há que se considerar também, o abismo entre a quantidade de homens e mulheres que ocupavam estes cargos no início da atuação desta Central (a porcentagem de mulheres era ainda bem menor).

Antunes (1991) também destaca a importância dos trabalhadores rurais como fator decisivo para a criação e construção desta entidade. Estes, segundo o autor, tiveram uma formação bastante peculiar, dada a presente orientação da esquerda católica.

Sobretudo neste período, a Igreja Católica se posicionava a favor dos camponeses, pois foi durante o regime militar quando se acirraram os conflitos no campo. Os grandes proprietários de terra, amparados pelo governo, que tinha interesse em controlar possíveis motins da população da zona rural no Brasil, promoviam uma grande violência no campo, a exemplo das grilagens. Através da Pastoral da Terra, a Igreja Católica atuou na defesa dos interesses de homens e mulheres injustiçados e que viviam em condições miseráveis.

Em 1980, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNNB) lançou o documento *Igreja e Problemas da Terra*<sup>61</sup>, uma tomada de posição desta instituição religiosa que, segundo Martins (2000), tardou a se assumir para não se colocar diretamente em confronto com os grandes proprietários, seus antigos aliados.

De fato, a atuação deste segmento religioso é parte indelével da formação social e política de inúmeras seções sindicais no Nordeste e em outras regiões do Brasil. Para compreender melhor esta relação, dar-lhe-emos a seguir um tratamento especial.

### **3.4 – Entre a cruz e a enxada**

A Igreja Católica teve um papel fundamental no engajamento político e na luta por melhores condições de vida no campo tendo como um dos focos principais a formação de jovens que, aos poucos, se inseriam na luta sindical. É a partir de 1975 que a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e depois as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) vão introduzir questões políticas relevantes à atuação sindical para os trabalhadores do campo. Estas duas organizações funcionaram como um elemento de articulação entre Igreja e luta sindical.

As comunidades eclesiais de base tiveram uma grande influência na organização de mulheres rurais, através da ligação concreta entre religião e política (Schaaf, 2001). Na experiência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, homens e mulheres tiveram uma aproximação concreta com o trabalho da Igreja Católica local, aliado à assessoria de entidades como o Movimento de Organização Comunitária (MOC). Esse contato fica explícito nas falas de alguns destes trabalhadores(as) ligados(as) a este sindicato:

“... eu fazia parte do movimento social. Eu passei pela Igreja Católica naqueles movimentos de CEBs e ali se conscientizava que são os nossos direitos, a questão da consciência de classe, da luta por sociedade mais justa, mais fraterna...”. (Caciano Pereira, setembro de 2008)

No caso específico de Feira de Santana, o MOC também foi fundamental na formação das pessoas da zona rural, além das associações comunitárias e, mais tarde, das delegacias

---

<sup>61</sup> Documento produzido na 18ª Assembléia Geral dos Bispos da Igreja Católica no Brasil. Este documento estava voltado para a questão da problemática da posse da terra no país. O documento destinado aos “trabalhadores rurais e aos povos indígenas sobre o problema da terra e dos que nela vivem e trabalham”.

sindicais, que representavam a entidade nas localidades, como ilustra a fala da militante Maria das Virgens. Em suas palavras:

“Eu comecei a participar depois que formou a delegacia sindical de Matinha que já foi assim em 86, 1986, delegacia sindical e com meu, eu passei a ser delegada sindical e daí eu fui me engajando no sindicato.”<sup>62</sup>

No depoimento a seguir, Cassiano Pereira nos informa o quanto foi fundamental o trabalho do MOC junto à população da zona rural que morava em terras arrendadas, mas não sabia que estas terras eram devolutas e que não havia documentação oficial que comprovasse que os fazendeiros para quem os trabalhadores pagavam uma renda pelo uso da terra, eram os verdadeiros donos e, portanto, os trabalhadores poderiam fazer uso capião daquelas propriedades. É o que observamos abaixo:

“... nós começamos a fazer, o MOC começou nos visitar e nós tinha muita dependência, nós trabalhava na mão de um fazendeiro, tomava dinheiro emprestado a juro, o fazendeiro tirava o dinheiro no banco, com juro baixo e nos emprestava naquela época já de 10%, então nós plantava fumo (...) quando tinha dinheiro pagava, quando não tinha deixava uma saca de fumo, uma saca de feijão, ele descontava o que devia”.<sup>63</sup>

Na análise dos documentos do sindicato e nas entrevistas com algumas das trabalhadoras e trabalhadores, foi possível perceber também que as delegacias sindicais se configuram como o principal elo entre o STRFS e as demandas dos (as) trabalhadores (as) que residem nos distritos. Muitos deles, pelo fato de estarem envolvidos com as demandas do trabalho na roça, assim como residirem em locais de difícil locomoção, não frequentavam regularmente a entidade.

As delegacias sindicais foram fundadas em 1986<sup>64</sup>, em Assembléia Geral Extraordinária, presidida por um dos diretores da entidade, que se encarregou de explicar aos presentes que as delegacias teriam o papel de “*organização e encaminhamento das lutas dos trabalhadores rurais*”. Num primeiro momento, os distritos indicados para serem sedes de delegacias foram: Lagoa Grande, Matinha, Pitiá, Lagoa Salgada, Genipapo I, Santa Cruz, Olhos D’Água da Formiga e Bravo. Os princípios reguladores das delegacias sindicais e seus objetivos foram definidos, de fato, na reformulação do estatuto do sindicato, realizada em

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Maria das Virgens Alves de Almeida em outubro de 2008.

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Cassiano Pereira em setembro de 2008.

<sup>64</sup> Informações obtidas em Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 08 setembro de 1986 (Livro de Atas do STRFS)

dezembro de 1989<sup>65</sup>, cujo objetivo principal com as delegacias seria promover a descentralização e a democratização das atividades promovidas pelo sindicato.

O que consideramos relevante na função das delegacias é o papel que estas tiveram na formação política de muitos dos membros entrevistados. Isto porque os delegados estariam encarregados de esclarecer aos moradores dos distritos a importância da entidade sindical para os trabalhadores rurais e quais benefícios adquiririam a partir de sua filiação. Muitos trabalhadores realizaram sua filiação, por intermédio de delegados sindicais, o que estimulou a procura e o interesse de muitos deles pelas discussões e pautas da sede do sindicato em Feira de Santana.

Muitas das trabalhadoras rurais, afirmaram que, seu interesse surgiu a partir de discussões nos distritos, pois as delegacias eram a representação da entidade sindical nestas localidades, a partir daí, fizeram sua filiação e muitas delas foram delegadas sindicais.

Tanto a atuação das associações nos distritos quanto a do MOC foram, também, importantes no processo de tomada do STRFS das mãos dos fazendeiros e políticos da região de Feira de Santana. Com a mobilização dos trabalhadores que se articularam para candidatar-se às eleições, o sindicato tomou diferentes rumos priorizando os interesses da classe que representa. Este seria o primeiro passo para o processo de luta que se desencadearia nos próximos anos.

O livro *Fazendo a Luta Sociabilidades, Falas e Rituais na Construção das Organizações Camponesas* de John Cunha Comerford (1999), é fruto de uma pesquisa realizada pelo autor entre os anos de 1990 e 1998 com os trabalhadores rurais de Associações e Sindicatos rurais de três estados: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. O autor aborda ainda as principais características das reuniões que aconteciam entre os trabalhadores rurais e faz uma análise dos discursos produzidos pelos dirigentes.

Comerford ressalta a importância das entidades sindicais no sentido de defender as questões que dizem respeito aos trabalhadores rurais. A partir de dados colhidos de entidades como a FETAG-BA, a CONTAG e Comissão Pastoral da Terra, o autor ressalta que parte significativa das aquisições de terra realizadas por pequenos produtores da região de Santa Maria da Vitória (BA) se baseou em documentação duvidosa. Este fato permitiu a muitos fazendeiros e grandes proprietários de terra pressionar os pequenos produtores rurais a abandonarem suas terras, que estavam prestes a serem “engolidas” pela produção agrícola em larga escala, para escoamento até mesmo para o exterior. A expulsão só foi possível a partir

---

<sup>65</sup> Informações obtidas a partir da Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de dezembro de 1989. (Livro de atas do STRFS)

de investimentos estatais com empréstimos e desenvolvimento de boa infraestrutura nas regiões, com a construção de estradas, etc.

Este autor observa ainda que, em alguns momentos, os/as trabalhadores/as se referem à luta como enfrentamento do cotidiano, marcado por inúmeras dificuldades, o que é observado principalmente através de entrevistas realizadas pelo autor com mulheres trabalhadoras rurais, chefes de família, que tem a responsabilidade de assumir o sustento e criação de filhos numa condição de vida precária. Por outro lado, esta palavra – luta – também é utilizada como enfrentamento físico ou moral frente àqueles que se encontram (economicamente, politicamente e socialmente) em posição favorável, a exemplo de fazendeiros, donos de grandes terras e de gado. Além disso, o termo luta dá significado ao próprio sentido e necessidade de existência dos Sindicatos rurais, pois são entidades que, através da luta, enfrentam os desafios de defender os trabalhadores e trabalhadoras rurais, sejam eles pequenos produtores ou assalariados.

Uma observação interessante feita pelo autor é a forma como os trabalhadores rurais ressignificam o próprio sentido de seu sofrimento diante das dificuldades postas pela vida. Para eles, o sofrimento é algo presente. Reafirmar o sofrimento para os trabalhadores rurais é “sempre uma afirmação de seu valor, de sua dignidade e respeitabilidade, um testemunho de seu sofrimento, uma forma de negar que nesta situação haja motivo de vergonha” (Comerford, 1999: 29).

Assim, a atuação de STR's é fundamental no enfrentamento de problemas cruciais vividos pelos trabalhadores rurais. É o que podemos perceber nas questões relativas aqueles homens e mulheres desabrigados por barragens. Na região de Feira de Santana, temos o exemplo dos pequenos produtores que tiveram que abandonar suas pequenas propriedades a partir da construção da Barragem de Pedra do Cavalo em 1985. O pólo sindical da região, em conjunto com os sindicatos associados do STRFS e também do Sindicato de Trabalhadores de Santo Estevão, lideraram, durante anos, muitas lutas e reuniões no sentido de pressionar o governo do Estado da Bahia que havia se comprometido em reassentar as famílias desabrigadas, no entanto, abandonou a grande maioria a própria sorte. (Jornal Feira Hoje – 13 de junho de 1990). Ocupações como as que ocorreram em 1990, de famílias na Fazenda Olhos D' Água, representam um desses momentos de luta e negociações, que tanto os trabalhadores, quanto as entidades representativas eram obrigadas a enfrentar.

Com todas estas questões, os sindicatos, principalmente da região Nordeste do Brasil, enfrentaram e enfrentam momentos de dificuldades, principalmente pelas conseqüências que a seca tem trazido ao longo dos anos para esta população. Os pequenos produtores que viviam

do plantio de produtos sempre se prejudicavam, por conta do descaso dos governos estaduais e municipais.

Além destas questões externas, os sindicatos, em particular o de Feira de Santana, enfrentaram dificuldades internas que exigiram sua reestruturação, dentre elas como tratar a relação de gênero no interior da entidade.

### **3.5 - Relações de Gênero na Estrutura Sindical... quando elas ocupam estes espaços**

Como já afirmamos anteriormente, não era permitida às mulheres sua filiação no STFRS. Era garantido apenas às viúvas terem carteiras de associadas ao sindicato e, no caso das mulheres solteiras ou casadas, a filiação de seus pais e maridos respectivamente permitia o acesso a alguns direitos como assistência médica e odontológica.

Segundo Millie Thayer (2001), até meados da década de 80 era negada às mulheres a condição plena de membros de sindicatos. Por isso, muitas mulheres terminaram internalizando a condição de não trabalhadoras rurais que sustentaria a casa junto com o companheiro. A falta de identificação de muitas mulheres como trabalhadoras da agricultura familiar decorre não somente porque desconsideravam sua capacidade produtiva, mas também porque as políticas dos governos custaram a integrá-las aos programas de desenvolvimento rural. O que só começou a ser conquistado a partir de muita luta por parte das mulheres organizadas em movimentos autônomos (a exemplo de MMTR) e sindicatos, bem como a luta de Organizações não Governamentais que apoiavam estas trabalhadoras.

A invisibilidade do trabalho feminino deve-se também ao fato de que, numa sociedade marcada pelas desigualdades de gênero, a figura masculina foi sempre reconhecida como principal responsável pelo sustento da família, enquanto que à mulher, mesmo dedicando regularmente algumas horas diárias à produção agrícola familiar, cabe o exercício “da casa”, que de fato a ela pertence. O reconhecimento do trabalho dos homens reforça os traços de uma sociedade patriarcal. Segundo Sylvia Maia (2007):

“Os discursos veiculados pelos homens e pela maioria das mulheres, referendam uma postura androcêntrica ao categorizar a participação da mulher, no processo de produção e político, apenas como força auxiliar, por considerar que, em geral, as atividades econômicas são sempre geridas pelos homens, em todas as instâncias dos processos decisórios” (p. 158-159).

Em outra pesquisa sobre as trabalhadoras rurais assentadas pela reforma agrária, após o processo de luta pela posse da terra, Maia e Arapiraca (2002) ressaltam a sobrecarga de trabalhos executados pela mulher e afirmam a importância destas na geração de renda de suas famílias, desconstruindo os discursos que afirmam que este trabalho é apenas uma “ajuda”. A partir de dados levantados pelo trabalho de campo, as autoras nos informam que 80,5% das trabalhadoras pesquisadas dedicam-se com assiduidade ao trabalho na roça, isso sem contabilizar o trabalho doméstico.

Este estudo apresenta a importância do trabalho efetuado pelas mulheres nos assentamentos, tendo em vista que 43,6% da renda familiar é de responsabilidade das mulheres, que além da plantação, também comercializam os produtos (MAIA e ARAPIRACA, 2002).

Vale lembrar ainda a iniciativa de mulheres da zona rural na produção de artesanatos e doces em compotas que são comercializados em feiras solidárias, cujos valores não são elevados, porque estão sendo comprados diretamente das mãos das produtoras, sem atravessadores que encarecem os valores dos produtos.

Estes dados são fundamentais para afastarmos do anonimato as trabalhadoras da agricultura familiar, pois, baseadas nestes argumentos, muitas se engajaram nas lutas a nível nacional pelo reconhecimento de seus direitos previdenciários, como, por exemplo, poder aposentar-se.

Oliveira (2001), ao discutir a importância da aposentadoria na vida de trabalhadoras rurais no município de Feira de Santana, constata através de relatos das mulheres, que mesmo sendo importante para muitas a conquista deste rendimento, e a certeza de que mensalmente receberão aquele pagamento, ele não é o suficiente para o sustento familiar. Isso porque o valor não atende às necessidades básicas, como saúde, compra de remédios, tendo em vista que muitas já estão em idade avançada. Como *alternativa de sobrevivência*, resta a elas continuar exercendo seus trabalhos na lavoura.

No nosso entendimento, este estudo é mais uma constatação de que o trabalho feminino é fundamental e muitas mulheres são responsáveis pelo sustento de suas famílias, por isso, continuam a trabalhar mesmo com idade avançada, enfrentando as limitações que o

tempo impõe a seus corpos. Junto a isto, percebemos que a aposentadoria se apresenta como um porto seguro para as trabalhadoras do campo.

Porém, as lutas das mulheres pelo atendimento de suas questões específicas (como a aposentadoria, licença maternidade) antes; enfrentaria o primeiro obstáculo que seria o seu reconhecimento enquanto sujeitos sociais nos sindicatos, que teriam direito a fichas de filiação, à voz e voto; para então serem escutadas. Somente em 1985, o reconhecimento de direito à voz e voto dentro do sindicato, ganha novos rumos após campanha nacional encabeçada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que expõe a inquietação de milhares de trabalhadoras frente a esta discriminação de gênero, no congresso nacional dos trabalhadores da agricultura. Foi no IV Congresso da CONTAG, em 1985 que as trabalhadoras *“denunciaram o impedimento nos sindicatos à filiação das mulheres e encaminham uma moção de apoio à sindicalização feminina”* (Esmeraldo, 1995, p. 161).

A tese apresentada intitula-se *“Proposta para aumentar a participação de nós mulheres, trabalhadoras rurais, no nosso movimento sindical”* (Parisius, 1995, p.122). Esta tese, que fora aprovada no Congresso supracitado, traria bons frutos na medida em que passou a ser referência das trabalhadoras que buscavam participar efetivamente dos sindicatos no país.

Aos poucos, foi sendo construída a “intimidade” das mulheres no meio sindical, espaço antes ocupado principalmente por homens. Contudo, elas ainda não romperam com as relações desiguais dentro de casa e continuam sobrecarregadas com os afazeres domésticos, funções estas que se acumulam com as atividades dessas mulheres no espaço público.

A princípio, houve o estranhamento por parte de algumas mulheres com relação ao espaço sindical, porque geralmente muitas delas, principalmente no caso das agricultoras, foram socializadas no espaço doméstico. Mas a própria experiência delas no espaço de luta permitiu-lhes e tem permitido perceber que o sindicato também é um espaço para as trabalhadoras atuarem, ocuparem e reivindicarem suas demandas específicas.

Esmeraldo (1999), em pesquisa realizada no ano de 1996, em Fortaleza, observa que entre as taxas de homens e mulheres ocupando as diretorias sindicais, há uma predominância dos primeiros nas diretorias executivas (representam 65%).

Segundo Costa alguns motivos são fundamentais para limitar a participação destas mulheres das esferas de poder na sociedade, a exemplo das entidades de classe. Um deles é que *“estão as mulheres exauridas por uma dupla jornada de trabalho”* (1999, p.101), o que se apresenta como um obstáculo para sua participação e atuação nesta esfera. Como consequência, muitas mulheres, tanto do campo quanto na cidade, enfrentaram dificuldades

para se reconhecerem como parte da estrutura dos sindicatos de suas categorias; muitas até mesmo abriram mão da militância, por acreditarem que aquele espaço não lhes pertencia.

Assim, a história das organizações trabalhistas deve ser reconstruída a partir de uma perspectiva de gênero que registre a atuação das mulheres nas lutas, tendo em vista que suas trajetórias se deram de forma diferenciada, considerando as dificuldades e preconceitos.

Em um estudo sobre a história de mulheres e homens, antigos operários e moradores do bairro de Plataforma em Salvador, Sardenberg trabalha com o recolhimento de depoimentos destas (es) trabalhadoras (es), ressaltando o quanto a memória se revela polifônica, pois, as diferenças de gênero e geração entre trabalhadoras e trabalhadores refletem as diferenças das experiências destes sujeitos envolvidos no contexto estudado. Na análise da autora, a partir das lembranças de ex- operários da fábrica, os homens se referiam às greves de forma positiva, enquanto que as mulheres não guardavam boas lembranças, pois associavam as greves a períodos de grande violência no local. O mais intrigante é que muitas das depoentes associavam o sindicato como espaço que cabia aos homens, reflexo da construção que remete a ocupação destes espaços políticos aos homens.

No depoimento Maria das Neves, ex-diretora do STRFS, ressalta sua primeira impressão a respeito do sindicato e dos sindicalistas:

“Até então, logo que eu ainda trabalhava, só em casa, eu achava que as pessoas que vinha participar do sindicato era uma turma de pessoas que não tinha nada, era gente que não tinha o que fazer que era um monte de desocupado que saía por aí no sol quente a troco de nada.”

A partir de um contato mais próximo com os trabalhadores, esta e muitas outras trabalhadoras rurais e não rurais foram desconstruindo a noção que tinham sobre as entidades sindicais.

Mary Castro (1995), em seu estudo sobre as sindicalistas da cidade de Salvador, destaca as atitudes utilizadas na disputa por espaços de poder e os desafios e “estratégias criativas” que estas mulheres enfrentam para se manter no meio sindical. A autora ressalta a importância da militância das mulheres que buscam o reconhecimento, por parte dos outros companheiros de luta, e reflete sobre a diversidade dos sujeitos que atuam no espaço sindical. Ressalta ainda que os estudos sobre as mulheres e o sindicato não devem assumir uma leitura essencialista da contribuição destas para a revitalização do sindicato e a inclusão de pautas que atendam a demandas específicas.

Em *Silenciosas ou Combativas: As mulheres nos sindicatos dos trabalhadores Rurais da Paraíba*, produzido por Paola Giuliani e Neide Miele, estas autoras ressaltam as diferentes

formas com que as mulheres na Paraíba ocuparam o espaço institucional sindical e do movimento, refletindo sobre suas trajetórias. Ao comentar sobre estes dois termos explica:

“A postura da mulher dirigente sindical combativa não se restringe simplesmente a se opor à silenciosa, procurando romper com os mecanismos que reforçam a prática sindical conservadora, mas também por tentar quebrar a passividade socialmente construída de seu papel de mulher.” (p.379)

As autoras analisam diferentes experiências femininas em gestões sindicais e apontam para a ambigüidade de posições que, à revelia de serem divergentes, alteram as estruturas de poder ao assumir um sindicato, à medida que se propõem a implementar o debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Por outro lado, ao ocupar estes espaços de poder, muitas mulheres podem reproduzir a opressão contra suas companheiras de luta, isso porque elas são fruto de uma construção social que acredita ser incompatível mulher e poder.

Um trabalho emblemático “*Ser mulher num mundo de homens*” retrata a trajetória de militância de Vanete Almeida no trabalho e junto aos trabalhadores e trabalhadoras no Sertão Central em Serra Talhada (PE). Esta mulher contribuiu para a construção do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e o Movimento Sindical Rural da região, a partir de seu ingresso na FETAPE na década de 80, onde aprendeu sobre legislação, organização sindical, etc.

O título deste trabalho é bastante significativo, pois retrata uma “incoerência” que fora construída entre a atuação de mulheres e o movimento sindical, tendo em vista que estes espaços historicamente foram associados aos homens.

O livro foi escrito por Cornélia Parisius e trata da trajetória de vida de Vanete Almeida, trazendo relatos da sindicalista a respeito do caráter machista das organizações sindicais nas quais ela estava envolvida cotidianamente. Como podemos perceber nas suas palavras: “*Dentro da FETAPE, os momentos em que mais senti discriminação pela minha condição feminina, foram aqueles em que íamos discutir a organização de mulheres*”.

Para Vanete Almeida, os diretores da FETAPE não discutiam os assuntos referentes às questões específicas das trabalhadoras rurais com a mesma seriedade com que discutiam movimentos de greve ou problemas enfrentados como consequência da seca.

Em um estudo específico a respeito das relações de poder dentro da CUT, Gema Esmeraldo (1998) traça uma reflexão a respeito das características sociais do ingresso de mulheres militantes, bem como da participação destas nos espaços e cargos sindicais e na Central Única de Trabalhadores do Ceará. Segundo a autora, a criação desta central se deu em torno do discurso de unidade da classe trabalhadora e mesmo que as mulheres fizessem parte

da organização sindical, a especificidade da luta das mulheres trabalhadoras não estava na pauta dos sindicatos e organizações da classe trabalhadora de modo geral.

As prioridades giravam em torno dos principais objetivos que seriam lutar e defender os interesses e direitos da classe trabalhadora. Todavia, sabemos que este discurso da homogeneidade mascarava interesses do universo de militantes com suas demandas específicas. Estamos falando das mulheres, negros e homossexuais que construíam aquela central. As diferenças latentes no seio da classe trabalhadora e do movimento sindical não provocaram a divisão da classe trabalhadora, mas a não aceitação ou a inviabilização destas questões que, provavelmente, provocaram rachas dentro dos movimentos sindicais.

O 2º Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora que se realizou em 1991, no estado de São Paulo, trouxe temas fundamentais que, mais tarde, se tornariam obrigatórios na pauta de luta e discussão dos sindicatos. Estas inquietações acarretariam posteriormente mudanças no movimento sindical. Algumas destas discussões giravam em torno da legalização do aborto, a necessidade de instalação de creches nos eventos sindicais, a inclusão da temática de gênero em todos os encontros de formação da CUT, o combate à violência sexual contra as mulheres e a criação de uma cota mínima para as elas nas instâncias de direção (ESMERALDO, 1996). Estes temas representavam o questionamento das práticas que marcavam e marcam uma sociedade caracterizada por relações patriarcais e sexistas, como, por exemplo, a instalação das creches, claro que, em certa medida, elas mantinham a responsabilidade do cuidado com os filhos sobre as mulheres, mas seria o primeiro passo no sentido de estimular uma maior participação delas nas reuniões sindicais. Outros temas, como a necessidade de criação de cotas mínimas<sup>66</sup>, faziam parte de um contexto de questionamentos dentro dos partidos políticos e das instâncias de poder da sociedade brasileira de modo geral. Muitos projetos de lei estavam em pauta naquele momento.

No ano de 1993, na 6ª Plenária Nacional da CUT ficou estabelecido que, a partir daquele momento, as instâncias de poder e direção deveriam possuir no mínimo 30% e, no máximo, 70%, de representantes para cada sexo. (ESMERALDO, 1996). Esta deliberação foi um salto fundamental para o movimento de mulheres trabalhadoras que vinham se articulando no sentido de garantir a implementação de discussões e mudanças na estrutura da central e, por consequência, das entidades sindicais atreladas a ela. Contudo, Esmeraldo (1999) ressalta que a aprovação das cotas “só se fará vitoriosa quando incorporar diferenças no exercício do poder entre homens e mulheres para a renovação do agir político” (p.80), pois a presença

---

<sup>66</sup> Ações afirmativas por meio de cotas são pensadas para reduzir as desigualdades de gênero.

destas mulheres no poder, para que, de fato, atendam às expectativas das trabalhadoras da categoria que representam, precisaria de um compromisso político destas, com a transformação das desigualdades de gênero.

Outras categorias estavam também se mobilizando no sentido de provocar discussões na estrutura das entidades representativas de sua categoria, principalmente no que se refere à questão da mulher trabalhadora. Na sede do STRFS de Feira de Santana, encontramos em seus arquivos o documento final da Primeira Plenária Nacional de Trabalhadoras Rurais da CONTAG<sup>67</sup>. Esta plenária se configura como um importante instrumento de luta das trabalhadoras rurais de todo país na busca por discussões de gênero e superação das desigualdades entre trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Consideramos este documento de fundamental importância, porque ele vai encaminhar, a partir das discussões realizadas, uma série de prioridades ao movimento de trabalhadores rurais, de modo geral, seja nos sindicatos, nas federações ou nos grupos como os MMTR's. Dentre estas prioridades, temos a intensificação de uma campanha, a nível nacional, de sindicalização das trabalhadoras rurais, campanha de reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras (o que ainda é uma necessidade atual); campanha de documentação pessoal da trabalhadora, além da comprovação e registro de seu trabalho.

Na plenária, definiu-se como um dos temas principais de ação maior cobrança aos sindicatos rurais para que estes incentivassem mais ampla participação das trabalhadoras rurais no processo de tomadas de decisões e ocupação de cargos importantes dentro das entidades, pois o que predominava (e ainda permanece, com algumas melhoras) é a presença massiva de homens nos postos de decisão dentro dos sindicatos e federações.

Inclusive, neste encontro, foi definido que os sindicatos deveriam garantir a participação mínima de 30% das mulheres em todos os níveis de direção do movimento sindical, tema que estava em pauta no Parlamento Brasileiro, tendo em vista que algumas deputadas e senadoras propunham cotas mínimas de candidaturas de mulheres em eleições de modo geral. Estas propostas tinham o objetivo de diminuir as desigualdades de gênero que estavam refletidas (por exemplo) na pouca quantidade de mulheres que ocupavam cargos como prefeitas, senadoras e deputadas em todo o país. A diferença em relação aos homens era grande. No contexto desta plenária, existiam em tramitação no parlamento brasileiro seis projetos de lei que incluíam a cota mínima de candidatura de mulheres nas eleições. Um

---

<sup>67</sup> Documento da Primeira Plenária Nacional de Trabalhadoras da CONTAG, realizado em março de 1997.

destes projetos era de autoria de Marta Suplicy – deputada pelo Partido dos Trabalhadores (PT/SP), que propunha uma cota mínima de 30% de mulheres para candidaturas nas eleições.

Outra reivindicação, fruto da 1ª Plenária de Mulheres da CONTAG, que dizia respeito à organização e estrutura dos sindicatos rurais seria a criação de secretarias políticas de mulheres.

Tanto as cotas de, no mínimo 30% de presença de mulheres nas instâncias sindicais, quanto à criação de secretarias específicas para tratar das questões das trabalhadoras rurais seriam, mais tarde, incluídas no estatuto do sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, reformulado em 2002, como veremos mais a frente.

Em linhas gerais, avaliamos a necessidade de considerarmos o processo histórico de inserção das mulheres no sindicato, percebendo o avanço nas questões específicas das trabalhadoras rurais. Contudo, não podemos perder de vista que o fato de as mulheres estarem ocupando cargos estratégicos no Sindicato não significa, necessariamente, que tenham superado as práticas discriminatórias.

Outra questão seria em que medida muitas destas mulheres, mais especificamente as trabalhadoras rurais, estavam rompendo ou não, no seu cotidiano, as desigualdades entre homens e mulheres e continuavam tendo ainda, uma tripla jornada, porque além dos afazeres domésticos e a labuta na lavoura, tinham ainda a jornada de reuniões, mobilizações e atividades promovidas pelos sindicatos dos quais fazem parte. A fala de uma das trabalhadoras da região de Feira de Santana afirma:

“sendo que é um trabalho que é muito duro porque você tem que conciliar tudo, tomar conta de sua casa, ser dona de casa, cuidar da família, cuidar da roça, ter direção pra tudo é muito difícil. (entrevista realizada em setembro de 2008)

O quadro a seguir, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica a participação de mulheres nas diretorias de sindicatos de trabalhadores rurais nas principais regiões do país.

### QUADRO 3

#### DISTRIBUIÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS SEGUNDO FAIXAS DE PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA DIRETORIA - GRANDES REGIÕES DO BRASIL 2001 (EM %)

Faixas de participação das mulheres na diretoria

Grandes regiões	NÃO TEM	ATÉ 25%	DE 26 a 50%	DE 51 a 75%	DE 76 a 100%	Sem declaração*	Total
Norte	7,0	34,7	48,2	8,5	1,5	0,1	100,0
Nordeste	29,3	41,9	25,3	3,0	0,5	—	100,0
Sudeste	25,5	48,3	25,1	0,8	0,2	0,1	100,0
Sul	9,5	45,1	42,8	2,1	—	—	100,0
Centro-oeste	16,0	40,1	37,9	5,0	0,8	0,1	100,

Fonte IBGE. Pesquisa Sindical; Elaboração: DIEESE

\*Não há informação do sindicato.

Neste quadro nos revela o quanto é significativa a participação de mulheres nos quadros das diretorias dos sindicatos. Demonstra, também, que as construções sociais em torno da delimitação das mulheres nos espaços privados e dos homens no âmbito público podem ser desconstruídas, na medida em que repensemos as condições que são apresentadas para a participação destas mulheres nos espaços de poder, conforme veremos a seguir.

## Capítulo IV

# Gênero e poder: conflitos e dinâmicas num sindicato rural

*“O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia (...). O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão em posição de sempre exercer este poder e sofrer sua ação. Nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.”*

*(Foucault, 1998, p.183)*

*“Na ambiência sindical poder significa: quem toma decisões quanto às prioridades da vida sindical; quais os temas que integram uma pauta de negociações, quem fala e representa a heterogeneidade dos constituintes, e por quais hierarquias as experiências são codificadas e selecionadas”*

*(Castro, 1995).*

#### 4.1. Das eleições às conquistas

A mobilização das trabalhadoras rurais, principalmente no Nordeste, ocorreu no sentido de reivindicar melhores condições de vida para a população do campo, que enfrentava situações de descaso e extrema pobreza, devido aos efeitos das secas na região. Assim, a Igreja Católica, através das comunidades eclesiais de base, aglutinavam as trabalhadoras rurais em grupos de reflexão sobre a necessidade de atuarem em movimentos populares e sindicais, a fim de rever a situação em que se encontravam.

A Constituição garantiu alguns direitos conquistados tanto pelas mulheres quanto pelos trabalhadores rurais, conforme o texto a seguir, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos: *Homens e mulheres são iguais em direitos e deveres nos termos desta constituição, e garante tanto a trabalhadores rurais quanto urbanos o direito à aposentadoria, à licença maternidade*, dentre outros benefícios. Coube às mulheres, que executavam tarefas no regime de agricultura familiar, provar que eram trabalhadoras também. Apenas em 1994, foi sancionado o projeto de lei que lhes conferiu o direito à licença maternidade (MAIA, 2007, p. 158).

Os trabalhadores filiados ao sindicato de Feira de Santana estavam acompanhando o processo de elaboração da Carta Constitucional, tendo em vista que esta afetaria diretamente os rumos destes sujeitos e suas demandas. É o que percebemos na ata do dia 01 de outubro de 1988<sup>68</sup>. Neste documento, há registros de que foi realizada uma leitura sobre as informações acerca da “constituente”, assim como das forças políticas e partidárias e demais sujeitos da sociedade civil e suas respectivas propostas no contexto referido.<sup>69</sup>

Obviamente que estes avanços não serão postos em prática da noite para o dia. Especificamente, no caso do STRFS, as mulheres chegam a ocupar, em 1989, a diretoria executiva com a presença de Maria das Virgens Alves de Almeida. Este fato, de enorme relevância para o presente estudo, foi constatado em outras localidades da região. Há registro de outras mulheres ocupando esta gestão, na condição de suplentes e, para além deste caso, de outras militantes liderando agremiações sindicais e outras entidades dos movimentos sociais, como vimos anteriormente. Vale salientar que apesar da visível participação feminina no quadro social do sindicato, como ilustra o acervo das fichas de filiação analisadas ao longo

---

<sup>68</sup> Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada na delegacia sindical da Matinha então distrito de Maria Quitéria em 1º de outubro de 1988. (Livro de Atas do STRFS).

<sup>69</sup> “... foi também feita uma leitura dos constituintes onde constam os nomes dos partidos e candidatos que votaram a favor e os que votaram contra” diz o texto do redator da ata (Ibid.)

deste trabalho de pesquisa – as mulheres não ocupavam, de início, funções estrategicamente políticas na diretoria executiva da entidade.

Através de uma pesquisa nos arquivos do STRFS, ressaltamos alguns acontecimentos e medidas tomadas pelas diversas gestões que compunham a diretoria da entidade, que vão da gestão de Maria das Virgens Alves de Almeida, eleita em dezembro de 1988 (cuja gestão se inicia em 1989) <sup>70</sup> até aquela coordenada por Jacó Dias de Carvalho, em 2002, quando é implantada a Secretaria da Mulher.

Para isto, trabalhamos com as relações de poder imersas no cotidiano do sindicato de trabalhadores rurais de Feira de Santana que vivenciaram momentos de disputas por espaços de decisão dentro desta entidade. Observamos que muitos destes processos estavam nas entrelinhas das relações vivenciadas entre homens e mulheres que construíram a história deste sindicato.

Nesse sentido, buscamos não perder de vista as observações de Esmeraldo (1999), que ressaltam o caráter de tensão e ambigüidade nos processos de inserção das conquistas e demandas do gênero feminino no âmbito sindical, dada a disputa de espaço com o gênero masculino. Em outras palavras, a busca da equidade entre homens e mulheres nos espaços de decisão do sindicato desestabiliza o modelo hegemonicamente masculino.

Um exemplo foi a ocupação gradativa de outras mulheres nos cargos da gestão do STRFS que se elegera em 1988. Para além da presença em pouca quantidade, considerando o número de homens que pertenciam à mesma gestão, elas faziam parte do quadro de suplentes, ao passo que os homens continuavam a ocupar cargos de tesoureiro e secretário geral (que equivale a vice-presidente). Este quadro aponta na mesma direção dos dados apresentados por Esmeraldo (1999) em pesquisa realizada sobre o ano de 1996 em sindicatos de Fortaleza (Ceará) e constata que a participação das mulheres nas diretorias sindicais:

“Além de não expressarem a proporcionalidade enquanto representação de gênero, as mulheres ocupam na sua maioria os cargos de menor poder de decisão. O sindicato ainda se constitui num espaço de concepções e práticas substancialmente do interesse masculino.” (Ibid, p, 79)

Contudo ressaltamos que no STRFS, em 1995 uma gestão foi eleita com maioria formada por mulheres. Elas ocupariam os principais cargos e decidiriam os rumos daquela entidade, como veremos adiante.

---

<sup>70</sup> Na ata de posse do dia 28 de janeiro de 1989 assume a nova diretoria que tem três anos de mandato, que acabaria em janeiro de 1992. (Livro de Atas do STRFS)

Neste contexto, algumas práticas foram decisivas para que as trabalhadoras, aos poucos, participassem de algumas atividades que seriam fundamentais para sua formação, a exemplo da presença em plenárias nacionais da categoria enquanto representantes do STRFS. A gestão presidida por Maria das Virgens Almeida, já citada, foi marcada por uma presença do STRFS nos congressos Nacionais da CONTAG e nos estaduais da FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura- Bahia). Um destes momentos foi o Congresso Nacional de Trabalhadores da Agricultura que se realizaria em 1991 e foram eleitas em assembléia, para serem as delegadas, duas mulheres e, para suplentes, um homem e uma mulher<sup>71</sup>.

De fato, esta gestão enfrentaria problemas que fazem parte do cotidiano de uma instância sindical. Já em 17 de novembro de 1990, a diretoria apresentava à assembléia a carta renúncia do seu tesoureiro. Dada a vacância do cargo, seria necessário que aquela assembléia resolvesse a questão, elegendo um novo tesoureiro. Segundo ata consultada, os associados teriam sugerido o nome de Clotildes Coutinho da Silva, então suplente da gestão. Mas vale ressaltar que a escrita daquela ata revela que, provavelmente, esta diretora não havia ocupado este cargo por conta de discussões em torno da superação das desigualdades de gênero. O texto escrito pelo secretário que presidiu a mesa dizia: *“como não apareceu outro nome, foi posto em votação sendo a mesma (Clotildes Coutinho) eleita pela maioria”* A partir das análises dos documentos da entidade, é possível arriscar algumas suposições, baseadas no contexto em que a entidade está inserida, tanto local quanto nacionalmente. É importante situar que, naquele momento, um movimento de mulheres ainda estava iniciando nesta entidade o processo de implantação de pautas específicas destinadas a atender suas principais reivindicações. O processo de se conhecer e perceber as desigualdades de gênero também foi mediado no decorrer da década de 90, principalmente com o apoio do Movimento de Organização Comunitária que em conjunto com o Núcleo de Estudos da Mulher de Feira de Santana, o MULIERIBUS. Estas entidades promoveriam oficinas de formação política, estudos sobre a mulher da zona rural, além das discussões sobre sexo e prazer, violência no campo e desigualdades na distribuição das tarefas domésticas, apontando que não cabe apenas às mulheres executá-las.

Algumas medidas importantes foram tomadas nesta gestão. Em agosto de 1989, os trabalhadores da região discutiram em conjunto com representantes da Central Única de Trabalhadores (CUT) a criação de um departamento específico de trabalhadores rurais na região que viesse atender a algumas questões específicas da categoria, como a questão da terra

---

<sup>71</sup> Informações obtidas da Ata da Assembléia geral Extraordinária do dia 14 de outubro de 1991.

na região, pois muitas pessoas não tinham sequer um pequeno pedaço para a sobrevivência, o que envolvia um tema mais complexo que seria a questão da reforma agrária na região. Apareceram ainda outros pontos como a seca, a expansão do capitalismo no campo, a discriminação com relação aos trabalhadores rurais e os baixos salários pagos aos trabalhadores do campo que vendiam sua força de trabalho a fazendeiros e proprietários de terras e plantações.

Em novembro do ano seguinte, através de discussões e em assembléia extraordinária, foi posta em votação a possibilidade de filiação do Sindicato à CUT (Central Única de Trabalhadores) e, por unanimidade, foi aprovada a filiação<sup>72</sup>. A partir daí, observamos que se inicia uma articulação a nível nacional do STRFS com outras entidades, principalmente, no que se refere à participação desta nos congressos nacionais da CUT, como o ocorrido em julho de 1991, para o qual o sindicato selecionou alguns delegados (as), a exemplo de Maria das Virgens Almeida, Eduardo Pereira e Clotildes Coutinho. Os demais delegados que se candidataram e são aceitos, são, em maioria, mulheres. Sendo assim, percebemos que as mulheres começam a se mobilizar no sindicato, no sentido de sua indicação para representar sua entidade, até mesmo a nível nacional, nos congressos da categoria.

A criação do Departamento de Mulheres do STRFS foi um importante salto dado pelas trabalhadoras rurais, no sentido de promover uma maior articulação em torno de suas demandas específicas<sup>73</sup>. Segundo registro de ata do acervo do STRFS de dezembro de 1991, a presidente fez uma breve explanação sobre a importância da participação da mulher no Sindicato e ressaltou a importância do Departamento de Mulheres. Após esclarecimentos por parte da presidente, Maria das Virgens, houve a votação e escolha da comissão representante do departamento, sendo as efetivas: Maria Conceição Borges Ferreira, Aurelina Oliveira Santana, Maria da Conceição de Jesus Almeida, Maria Pureza Amorim Daltro e Nadijamesse Cerqueira Lima. Este momento é fundamental, haja vista a efetivação de um departamento para tratar de assuntos específicos da mulher trabalhadora rural.

O periódico Jornal Feira Hoje, de setembro de 1990, registra este fato através da matéria intitulada “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana inaugura Departamento de Mulheres”, segundo o qual, a ação teria como um dos principais objetivos respaldar as lutas em prol das trabalhadoras que compunham a categoria. Na mesma reportagem, a então delegada sindical Maria das Neves explicitou quais as principais

---

<sup>72</sup>Ata da assembléia extraordinária do STRFS, ocorrida em 12 de novembro de 1990.

<sup>73</sup>Esse fato está registrado em Ata da Assembléia Extraordinária, ocorrida em 7 de dezembro de 1991. Ver também Ana Maria Castelo (1999).

atividades que seriam desenvolvidas a partir deste Departamento, quais sejam, a promoção de saúde, educação e mobilização social com as mulheres da zona rural de Feira de Santana. A reportagem ressalta ainda que um dos principais objetivos deste setor no STRFS seria o combate à discriminação e violência contra a mulher.<sup>74</sup> Isso porque as trabalhadoras rurais ainda enfrentavam um árduo caminho até o reconhecimento de seu trabalho e, conseqüentemente, de sua aposentadoria, o que demarcava o preconceito de gênero aliado à discriminação com os trabalhadores rurais, categoria que fazem parte. Segundo Maria Conceição Borges, primeira coordenadora do então recém fundado departamento:

Quando eu vim para o Sindicato, eu vim para participar da coordenação do Departamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, aí fiquei um ano aqui na coordenação desse Departamento, depois... Mas aí ele foi crescendo, aí a gente foi fazendo movimento era municipal, daí a pouco a gente começou fazer toda a mobilização a nível regional. Nesse momento, o MOC fazia uma assessoria presente aos movimento de mulheres trabalhadoras rurais, e a gente foi crescendo na medida em que ia discutindo temas que, realmente, na época era muito difícil da mulher estar falando, aí tinha que falar do próprio corpo, dos seus desejos, né? Dos seus prazeres, falar da sua renda, então era uma coisa que ainda havia muita repressão. E a gente começou a se mobilizar, e a mobilizar as mulheres a partir desses temas, não é? Daí a gente começou a identificar a necessidade de se fazer uma ampla campanha de documentação das mulheres trabalhadoras rurais (Entrevista concedida por Conceição Borges em setembro de 2007).

A criação de fóruns específicos para tratar da questão da mulher é uma reação das trabalhadoras inseridas nestas instâncias, em prol da defesa de seus direitos. O Departamento de Mulheres do STRFS não surge de forma isolada, é neste contexto de início da década de 90 que os sindicatos começam a ser pressionados a nível nacional e também quando instâncias como a CUT colocam estas demandas em pauta. Vale lembrar que em 1993, a CUT aprovou as cotas para a presença de mulheres nas diretorias sindicais.

Observamos que, aos poucos, as mulheres vão conquistando espaços na entidade sindical, mas suas posições ainda não são em cargos estratégicos e decisivos, exceto Maria das Virgens que ocupou a presidência do sindicato no contexto após promulgação da Constituição de 1988 e que acrescentou algumas prerrogativas favoráveis à mulher trabalhadora, mas difíceis de ser efetivadas.

O que consideramos uma das conseqüências mais importantes, advindas do que foi iniciado nesse período é, talvez, o impacto que a presença de uma mulher tenha causado ao ocupar um cargo tão significativo, haja vista registro de poucas mulheres ocupando a

---

<sup>74</sup> Segundo Sylvania Maia e Jeovane Fernandes, ainda que estas mulheres vissem na relação sexual uma obrigação que tinham com seus maridos, elas nem mesmo decidiam sobre a quantidade de filhos que gostariam de ter. (p.171).

presidência de sindicatos rurais no Brasil<sup>75</sup>. Percebemos o impacto que esta eleição causa, ao observar como foi noticiada nas principais páginas do Jornal Feira Hoje. A capa deste jornal, de janeiro de 1989<sup>76</sup> dizia: *Mulher Quebra Mais um tabu: pela primeira vez em sua história, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana vai ter uma mulher como presidente. A partir do dia 28, Maria das Virgens Alves de Almeida, ou Ninha como é mais conhecida entre categoria, vai assumir o Sindicato em substituição a José Caciano Pereira*<sup>77</sup>.

Dias depois, o mesmo jornal exibiu uma reportagem na qual registrava a cerimônia de posse no STRFS: *Mais um preconceito é derrotado pela mulher*<sup>78</sup>. A reportagem da capa do noticiário informa a posse da nova diretoria que ocorreu no dia anterior a reportagem, no dia 28 de janeiro e ressalta que: (...) *Maria das Virgens Alves de Almeida, Ninha como é mais conhecida, tem 34 anos e para aceitar o cargo precisou vencer seu próprio preconceito em dirigir uma entidade com mais homens do que mulheres associados. Trecho que é explicado a seguir: Foi tudo bem mais simples do que eu imaginava, pois os próprios associados homens achavam que já estava na hora de uma mulher assumir os rumos do sindicato com a finalidade de ampliar a visão para interesse coletivo.*<sup>79</sup>

Percebemos que a militante nos revela, a partir de sua fala, a ambigüidade do conflito de gênero em que está inserida. Se por um lado a tônica de seu discurso revela o reconhecimento do papel político dos homens no processo de ascensão feminina àquele espaço de decisão, por outro, demonstra, de maneira enviesada – e porque não dizer paradoxal – a relevância do protagonismo feminino na construção de sua autonomia. Em outras palavras, este processo de desconstrução de determinadas práticas (neste caso, a de que só homens podem ocupar presidências) deve ser uma iniciativa das mulheres, para, a partir daí, elas poderem ocupar espaços de poder.

Outra questão que nos fica explícita é que o amadurecimento adquirido por Maria das Virgens no decorrer de sua trajetória de luta só se efetivaria de fato, a partir da percepção de que as mulheres também construíram as lutas e, portanto, não bastava apenas aos homens aprovarem sua gestão, mas às trabalhadoras mesmo, que ainda constituíam, neste período, uma parcela menor que os homens de filiados ao quadro social do sindicato (quantitativamente falando).

---

<sup>75</sup> Ver Tabela citada no capítulo anterior

<sup>76</sup> Jornal Feira Hoje publicado em 08 de janeiro de 1989.

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Jornal Feira Hoje, do dia 29 de janeiro de 1989.

<sup>79</sup> Resposta de Maria das Virgens ao jornal.

E, além disso, vale lembrar que em depoimentos, ex-dirigentes do STRFS remeteram-se a determinados comentários feitos por um Frei da Igreja Católica de Feira de Santana. Questionando a sucessão do dirigente Caciano Pereira. “*O frei aqui na rádio... disse: Com tanto católico no... e tira uma evangélica pra botar como presidente do sindicato... que racha é esse dentro desse sindicato...*” (Caciano, reproduzindo o comentário do frei na época). Era uma disputa intensa por espaços de poder, inclusive, por parte da Igreja Católica, que havia, na década de 70-80, feito um trabalho de mobilização dos moradores da zona rural de Feira de Santana, atentando-os para a necessidade de se filiarem ao sindicato.

Este fato reforça a idéia de que esta organização religiosa na região, também teria interesse nas articulações, inclusive opinando nas composições dos cargos do STRFS, o que não significa que conseguia ter a influência desejada.

Além disso, toda a repercussão destas discussões na mídia reflete que a sociedade feirense não passou despercebida pelos acontecimentos que diziam respeito ao sindicato. Consta aí, a relação com o Partido dos Trabalhadores (PT) que, mais tarde, exerceria uma influência sobre os principais dirigentes da entidade. Em 1989, o partido estava para eleger Ivannide Santa Bárbara para a sua coordenação<sup>80</sup>. Ivannide Santa Bárbara, no ano anterior, havia concorrido ao cargo de vice-prefeita junto com Jaime Cunha.<sup>81</sup>

Segundo Maria das Virgens, em reportagem sobre “Dia da Mulher em Feira de Santana”, ela afirma ser discriminada quatro vezes: “... *por ser pobre, preta, protestante e mulher.*” (Reportagem do Jornal FEIRA HOJE cujo título é: *Mulher, o sexo forte*).

Entre janeiro de 1992 e janeiro de 1995, a presidência do sindicato ficou sob a direção de Lourenço Cundes Ferreira (presidente) e de catorze cargos da entidade, composto por titulares, suplentes e conselho fiscal, com 14 membros, destes, 07 cargos foram ocupados por mulheres<sup>82</sup>.

Após eleição como chapa única, o novo presidente do STRFS Lourenço Cundes, em entrevista ao Jornal Feira Hoje em 24 de janeiro de 1992, destacou que os principais pontos de sua gestão seriam: prestar assistência à saúde do trabalhador, luta pela terra, desenvolvimento de uma política agrícola para o trabalhador e reforçar as delegacias sindicais para aumentar a capacidade de mobilização entre eles.

Maria das Virgens, presidente da gestão anterior, quando da eleição de Lourenço Cundes, foi questionada pelo fato de não ter tentado se reeleger, tendo em vista que havia

<sup>80</sup> Reportagem do Jornal Feira Hoje de 13 de maio de 1989.

<sup>81</sup> Ver Igor Santos (2007).

<sup>82</sup> Estas informações constam na Ata de Posse da nova chapa do sindicato de 28 de janeiro de 1992.

feito uma boa gestão. Ela então afirmou “*Na minha opinião, todos devem dar contribuição, assumindo o compromisso com o sindicato e, conseqüentemente com seus colegas de classe*” (trecho de entrevista concedida por ela ao Jornal Feia Hoje em 15 de dezembro de 1991, cujo título foi: “*Eleição sem ter oposição: Maria das Virgens não concorre à reeleição para dar oportunidade a outras pessoas*” Eu também fiz esta mesma pergunta em entrevista.

O questionamento a respeito da opção por não se reeleger surgiu tanto no período, quanto no momento da entrevista a Maria das Virgens Alves de Almeida, porque é prática comum entre sindicalistas no Brasil, de modo geral, ocupar os cargos de dirigentes de sindicatos e por lá permanecer durante anos, se reelegendo, apenas revezando os cargos que ocupam. De acordo com as declarações desta sindicalista e a partir de conversa realizada com ela, pode-se perceber que a opção por não se reeleger, deve-se também ao próprio desgaste que é coordenar uma instituição que enfrentou cotidianamente problemas como a questão da seca na região, afetando as plantações dos pequenos agricultores, enfim.

Um momento marcante destas trajetórias foram os conflitos por espaços de poder na diretoria do STRFS, em novembro de 1994, quando aconteceram as inscrições de chapa. O sindicato que atravessou as eleições com a inscrição de chapas únicas (pelo menos assim ocorreu nas duas últimas eleições) enfrentava, em 1994, um processo eleitoral com duas chapas concorrendo ao pleito. Na composição das chapas opositoras faziam parte: Chapa I, cujo presidente era José Caciano Pereira Silva, que inscreveu uma chapa composta majoritariamente por homens (Pedro Pio Silva (secretário geral), Francisco de Jesus Rodrigues (secretário de finanças), Maria Celeste de Jesus (secretária de formação sindical), Lourenço Cundes Ferreira (secretaria de assalariados e Sem Terra), José Carlos Santo Almeida (1º suplente), Maria Lucimeire de S. Freitas (2ª suplente), Aurelina de Oliveira Santana (3ª suplente), José Valdeci Nascimento Silva (4º suplente), Antônio Alves Lobo (5º suplente). Para o Conselho fiscal: Hermínio Lima Jorge Almerindo Fernandes de Oliveira e Pedro Silva Paixão, com os suplentes, Manoel Pereira da Silva, Francisco Ferreira Salomão e Geraldo Alves Cordeiro.

A segunda chapa era formada por: Maria Conceição Borges Ferreira (presidente), Maria das Virgens Alves Almeida (Secretaria geral), Bonifácio Alves das Virgens (secretário de finanças), Clotildes Coutinho (secretaria de Assalariados e sem terra), Eduardo Pereira dos Santos (1º suplente), Maria Pureza Daltro (2ª suplente), Maria das Neves das Virgens de Oliveira (3º suplente), Cosme Bispo dos Santos (4º suplente) e Lúcio Machado Santos (5º suplente). No conselho fiscal: Antônio de Jesus das Virgens, Maria José de Andrade

Rodrigues e Maria Catarina Santos de Souza, com os suplentes: Beatriz Bispo da Cruz, Joana Rodrigues Alves e Antônio Júlio da Silva.<sup>83</sup>

O que avaliamos é o quanto a composição das chapas é diferente, pois a segunda é composta majoritariamente por mulheres. Sobre esse momento histórico, Conceição Borges nos informa em setembro de 2007:

“A gente começou a discutir essa ocupação do espaço, e essa valorização do... O olhar de discriminação que tinha contra a mulher. Quando começou a se discutir isso, aí houve... Claro, incomodou, mas incomodou demais, tanto que na eleição do sindicato no final de 94, já não houve consenso na composição de chapa, porque nós já queríamos fazer parte da direção do sindicato, mas em cargos estratégicos. Então naquele momento a gente queria duas secretarias do sindicato: Secretaria de Formação e Organização Sindical; Secretaria de mulher; e uma primeira suplente, e isso foi tema de debate de discussão, houve uma divergência. (...) Não, na época nós era apenas associado, foi aí que a gente... A gente ganhamos a direção, então, não quiseram dar para a gente três cargos, a gente disputou e ganhou a direção, é tanto que ficou conhecido como sendo o sindicato das mulheres, né?”

Na eleição referida acima, foi eleita a chapa 2, cuja presidenta era Conceição Borges. A eleição tinha 1942 sócios em condições de votar, desses, 1316 foram votar, sendo que 564 associados (as) votaram na chapa I e 659 votaram na chapa que ganhou o pleito. Em janeiro de 1995, iniciou-se a primeira gestão de Conceição Borges à frente do STRFS.

Os resultados desta eleição estiveram presentes nas capas dos principais jornais de Feira de Santana. Um deles, o jornal Feira Hoje, expôs na capa do dia 28 de dezembro de 1994: “*Mulheres são maioria entre sindicalistas: maioria de mulheres vai comandar a entidade nos próximos 3 anos*”. Na notícia interna do jornal, podíamos ler: “*Trabalhador rural tem mais mulheres à frente*”. Considerei esta reportagem importante porque demonstra que houve uma repercussão da eleição ocorrida no Sindicato e o fato de a diretoria ser composta por maioria de mulheres não passou despercebido. O texto destacava os principais objetivos da gestão, que seria buscar soluções para os efeitos da seca e facilitar o processo de aposentadoria dos (as) trabalhadores (as) rurais que, até então, enfrentavam dificuldades para ter acesso a este benefício, que, inclusive, foi um dos principais motivos de protesto por parte desta categoria na região.

Ainda, segundo a notícia do jornal Feira Hoje, que trouxe dados a respeito do processo eleitoral em si (dos 1900 trabalhadores aptos a votar, 1300 votaram e a chapa venceu com 659 votos). O texto afirmava: “*Composta por 16 pessoas – maioria delas, mulheres – a chapa vencedora concorreu com outra encabeçada pelo ex-presidente José Caciano Pereira*”. Esta

---

<sup>83</sup> Algumas destas informações encontram-se em Castelo (1999)

informação reflete a importância do fato, tendo em vista que ele já havia sido presidente e, mesmo tendo perdido a eleição, ainda tinha certa simpatia por parte de alguns trabalhadores da região. Conceição Borges conclui a reportagem afirmando que as mulheres eram maioria não apenas na chapa, mas também entre os associados e delegados. Todavia, não encontramos nenhuma informação ou documento que comprove que a maioria das mulheres foi votante.

Ainda em 1995, ocorreu uma assembléia extraordinária na qual a presidente explicitou que o objetivo desta era explicar o porquê do STRFS fechar as suas portas <sup>84</sup>. A alegação é de que precisavam discutir formas de autossustentação do sindicato e chamar à atenção o maior número de trabalhadores e trabalhadoras para a problemática. As portas do sindicato fecharam-se por 15 dias. Esta assembléia foi marcada por uma série de discussões, inclusive de denúncias por parte dos ex-dirigentes, de que este ato da diretoria não passava de falta de respeito para com os associados. A então presidente Conceição Borges, segundo registro de Ata, contestou aqueles que consideravam falta de respeito o fato do sindicato ter fechado, segundo consta, os dirigentes da diretoria na ocasião ressaltavam que os associados precisavam ser esclarecidos a respeito das despesas e receitas do sindicato, não apenas contribuindo com a mensalidade, mas também exigindo os devidos esclarecimentos da Diretoria. No final, os associados entraram em acordo de que deveriam cumprir com o pagamento de sua contribuição ao STRF, a fim de colaborar para a manutenção do sindicato. Em entrevista, Conceição Borges comenta este fato:

Bom, aí de noventa e quatro pra cá a gente continuou fazendo todo esse trabalho de autossustentação do Sindicato, porque o Sindicato realmente tinha uma precariedade muito grande na sua autossustentação, então, quando a gente veio para cá, a gente priorizou a autossustentação, porque a gente não aceitava um sindicato que tem uma história, que tem uma luta, e pra realizar uma atividade com seus associados tem que botar a cuia na mão e sair pedindo, então nos primeiros três anos de mandato a nossa grande prioridade foi se manter, foi se autossustentar, estruturar a entidade. Aí, na segunda gestão mais uma disputa, eu disputei de novo, ganhei de novo essa direção e, durante esse outro período, aí a gente tentou com esse amplo trabalho, aí foi um trabalho muito amplo, porque hoje a gente tem a questão de trabalhar com jovens, com mulheres, nesse período também a gente se autocapacitou para comercializar, né? E organizar os nossos próprios espaços de comercialização, a gente tem tido muita luta em relação à valorização dos produtos da agricultura familiar...

Com relação ao fechamento das portas do STRFS, encontrei notícias no jornal Feira Hoje que relatam com precisão este momento. A manchete dizia: “*Sindicatos fecham as portas por falta de dinheiro: O STRFS e mais 07 entidades da região fecham as portas por falta de dinheiro*”. Na reportagem, dentro do jornal: “*Inadimplência obriga sindicatos rurais a suspender funcionamento*”. Somente a partir desta reportagem que começamos a

---

<sup>84</sup>Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de junho de 1995.

compreender que o ato de fechar as portas não foi uma atitude isolada do sindicato de Feira de Santana. Após discussão, 07 dirigentes decidiram fechar as portas no período de 15 dias, a fim de mobilizar os trabalhadores para discussão sobre inadimplência e crise financeira que estas entidades enfrentavam. A princípio, através de entrevista com Conceição Borges e com a leitura da ata do sindicato, pareceu que teria sido uma atitude da gestão de Conceição Borges (a frente do sindicato). Após leitura do jornal, pudemos compreender que não foi decisão isolada e sim em conjunto com sindicatos de Ichú, Candeal, Santa Bárbara, Santo Estevão, Tanquinho, Angüera e Feira de Santana.

Em Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 05 de junho de 1995, registrada no livro de atas do STRFS, cuja pauta principal foi a reabertura da sede do sindicato, pudemos perceber uma tensão entre alguns dos participantes da sessão, filiados ao sindicato e a gestão responsável pela direção da entidade. Na ata, há registros de algumas discussões referentes a acusações sofridas por uma das diretoras do sindicato (o nome não está registrado em ata), sob a alegação de que ela havia fechado as portas do sindicato de Feira. Houve algumas trocas de ofensas, alguns associados, mais especificamente ex-diretores da gestão anterior (e componentes da chapa que havia pedido as eleições) alegaram falta de respeito com os associados o fechamento das portas do sindicato. Contudo, a presidente, Conceição Borges, contestou-os e foi enfática ao dizer que o sindicato “*não precisava de esmolas e sim de esclarecer aos associados às receitas e despesas e conscientizar os associados sobre seu papel*” - texto extraído da ata citada acima. Esta assembléia foi marcada com o objetivo de a diretoria do sindicato poder esclarecer aos associados que aquela não teria sido uma atitude isolada e sim uma atitude tomada a partir de uma série de reuniões entre entidades e STR's ligados ao Pólo Sindical da região, ocasião em foi tomada a decisão de fechar as portas das entidades durante quinze dias para chamar atenção, principalmente, dos sócio (as) inadimplentes.

Os conflitos não ocorreram apenas dentro da entidade. Outros conflitos foram desencadeados com o poder municipal que tomava medidas que, muitas vezes, prejudicavam os trabalhadores. O elo entre estas instâncias e o STRFS era a Secretaria de Agricultura do município que, apesar de suas limitações, deveria atender as demandas dos trabalhadores rurais. Representantes do sindicato tomaram a frente na luta para evitar a extinção da referida secretaria buscando a realização de passeatas, acordos e reuniões com o prefeito, inclusive, participando de sessões na Câmara de Vereadores do município, discursando para evitar o fato. Assim, reações foram noticiadas nas páginas dos jornais: “Não vamos aceitar a

extinção”, afirmou Conceição Borges em reportagem ao jornal<sup>85</sup>. Em alguns momentos, foi necessário o enfrentamento por parte dos trabalhadores e trabalhadoras frente aos desmandos do poder local.

Em Junho de 1995, a emenda que buscava manter a Secretaria de Agricultura fora rejeitada e então foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Social que envolveria comércio, indústria, agricultura e abastecimento. O jornal afirma ainda que o líder do governo à época informou que a então presidente do Sindicato havia concordado que o Departamento de Agricultura na nova secretaria atenderia às questões da zona rural. Contudo, uma das diretoras, Nadijamesse Lima, foi categórica ao negar que o STRFS havia concordado com a extinção da secretaria e que, segundo ela, continuavam se opondo<sup>86</sup>. Percebemos um jogo político no sentido de desarticular a coordenação do STRFS, tendo em vista que esta entidade, em conjunto com a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Feira de Santana (AEFS), discursou, inclusive na Tribuna Livre da Câmara, no sentido de convencer os vereadores, o que não houve êxito. Porém, somente em 24 de fevereiro de 1999, o governo municipal em reforma do secretariado volta a contar com a secretaria de agricultura com a justificativa de valorização do homem do campo. A demanda da zona rural era bastante considerável, não somente a seca, mas também outras questões específicas, como a distribuição de carros pipa para sanar a falta de água imediata, o apoio na distribuição de sementes agrícolas, o envio de tratores a fim de aprontar a terra para as próximas colheitas, enfim, todas estas demandas faziam parte das funções da secretaria de agricultura no município e que não caberia ser delegadas a um departamento dentro de uma Secretaria de desenvolvimento social.

Outros conflitos foram verificados no decorrer da trajetória do STRFS. Um deles foi uma polêmica que se instalou nas páginas dos principais jornais da cidade, relatando um conflito existente entre a presidente do sindicato Conceição Borges e o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (BA), Edson Pimenta, na época deputado do PC do B. As acusações eram sérias. Por um lado, ele afirmava que ela havia participado de fraudes nas eleições de um STR próximo a Feira, por outro, a presidenta se defendeu informando que as declarações dele eram falsas. O título da reportagem foi: Presidente da FETAG e Conceição Borges lavam “roupa suja” em público. As incompatibilidades entre o STR e a FETAG, no ano de 2003, desencadearam a desfiliação do STRFS desta entidade e a uma filiação da mesma à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. (FRETAF-BA).

---

<sup>85</sup> Reportagem do Jornal Feira Hoje do dia 6 de junho de 1995

<sup>86</sup> Reportagem do dia 22/6/95(Jornal Feira Hoje)

O ano de 1995 foi considerado momento de grandes mobilizações<sup>87</sup> por parte das trabalhadoras rurais de Feira de Santana, articuladas com os movimentos a nível nacional contra a reforma da previdência que estava em pauta no congresso. <sup>88</sup>As trabalhadoras se organizaram, realizando protestos inclusive no *Dia 08 de março* deste mesmo ano, reivindicando contra a proposta que impediria a aposentadoria aos 55 anos, possibilitando o benefício apenas aos 65 anos de idade<sup>89</sup>.

Em novembro de 2002, o Sindicato elabora o Congresso da categoria para a alteração do estatuto da entidade. Dentre as mudanças ocorridas, houve a criação da Secretaria de Mulheres, a Secretaria de Jovens e Adolescentes, a Secretaria de Previdência Social, a de Políticas Sociais, a Secretaria de Formação e Organização Sindical, além da Secretaria de Política Agrícola e Agrária. Além destas mudanças, foi fixado o mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal de três para quatro anos. Instituiu-se a obrigatoriedade da participação de 30% das mulheres em todos os órgãos de decisão do sindicato (diretoria e demais instâncias, bem como delegações e departamentos<sup>90</sup>).

Dentre as funções previstas na Secretaria de Mulheres consta: representar as mulheres trabalhadoras rurais na base territorial do sindicato e nos fóruns deliberativos da categoria; incentivar a participação das trabalhadoras rurais no movimento sindical; elaborar planos e projetos em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais; promover e estimular a discussão de gênero; coordenar os trabalhos de organização e representação da trabalhadora rural e participar dos Conselhos municipais, desenvolver atividades de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, doenças relacionadas à saúde da mulher, como AIDS; bem como lutar pela melhoria do atendimento público na área de saúde da mulher trabalhadora rural. Ao comentar a respeito das motivações que levaram à criação da Secretaria de Mulheres, Conceição Borges diz:

“Veja só, o processo é por que em congresso, não é? Em congresso da CONTAG... E dentro desse congresso sempre há muita disputa, muita discussão, porque é o congresso onde se elege a direção, e o planejamento para aquela direção no período de quatro anos. E num dos congressos a gente deliberamos em que todos os sindicatos tinham que ter Secretaria de Mulher, entendeu? Então foi uma deliberação nacional. Como eu sempre tava no congresso, sempre defendi isso. Aqui, a gente

<sup>87</sup> No ano seguinte, destacamos a participação do STRFS no Grito da Terra Brasil, movimento articulado pela CUT, Igreja Católica e sindicatos, que neste ano reivindicaram facilidade no acesso ao crédito rural para os trabalhadores. (Jornal Feira Hoje, dia 10 de maio de 1996.)

<sup>88</sup> Neste artigo, os autores discutem a organização coletiva da mulher rural como assalariadas, trabalhadoras da agricultura familiar, envolvidas nas mobilizações por reivindicações sociais. (Maia e Fernandes, p.161)

<sup>89</sup> Informações retiradas do Jornal Feira Hoje, de 09 de março de 1995, cujo título é: Trabalhadora Rural faz protesto contra aposentadoria aos 65 anos.

<sup>90</sup>Esta informação consta na ata de 13 de novembro de 2002.

tivemos, inclusive, que fazer uma reforma no estatuto, porque o nosso estatuto não tinha essa permissão, não garantia isso, e a partir da reforma no estatuto a gente começamos a fazer essas mudanças: secretaria de mulheres; secretaria de jovens e adolescentes, então são secretarias estratégicas que elas não tinham definido dentro do sindicato, não é? “(Conceição Borges)

É importante ressaltar o quanto as demandas vindas dos Congressos da CUT e da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura foram introduzidas na estrutura interna dos STR's. Segundo Paulilo (2004), a CONTAG reuniu em 1997, a primeira Plenária de Trabalhadoras Rurais, na qual o principal tema foi a determinação de 30% de cotas para as mulheres. É interessante que este documento encontra-se nos arquivos do sindicato e tivemos acesso a ele. Nele, destacamos alguns pontos importantes.

Primeiro, o documento caracteriza a Plenária Nacional de Trabalhadoras da CONTAG como sendo um instrumento de transformação e luta dos mais desfavorecidos segmentos sociais em matéria de direitos trabalhistas e de equidade de gênero. Esta plenária contou com oficinas de sexualidade, violência, saúde, subordinação de gênero e democratização. Dentre alguns anseios das trabalhadoras, destacamos: a melhora na qualidade do atendimento dos (as) trabalhadores (as) nos postos do INSS, o acesso ao salário maternidade e a diminuição da idade da aposentadoria. Deliberou-se que elas deveriam encampar nacionalmente pontos como: Campanhas de Sindicalização da Trabalhadora Rural e de Identidade da Mulher como agricultora. Percebemos que muitas das reivindicações se referem ao serviço do INSS, que não atende bem os trabalhadores de modo geral, com a preparação de seus atendentes e médicos que deixam a desejar na realização de serviços.

É importante questionar que, mesmo já tendo sido posta em prática, esta demanda que havia sido uma deliberação da CUT desde 1997, foi incorporada no estatuto do STRFS somente em 2002.

Além disso, observamos um aspecto interessante na elaboração do texto deste estatuto, com relação aos outros estatutos do sindicato a que tivemos acesso: O Estatuto do Sindicato de Feira de Santana se refere aos homens e às mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, da seguinte forma: *trabalhadores e trabalhadoras, secretário e secretária* o que nos permite perceber que houve um avanço no que se refere à questão da linguagem para nomear os gêneros.

Outro ponto relevante, além da criação deste Estatuto, refere-se à extensão ao exercício da política partidária, haja vista, a indicação de Conceição Borges, ex-presidente do STRFS, para concorrer pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao pleito eleitoral como vereadora de Feira de Santana.

Lembremos que, na história inicial do sindicato, à mulher não era permitida a filiação, e mais tarde, já filiadas, não tinham direito a voz e voto. Mas, certamente, a atuação determinada, não somente de Conceição Borges na liderança do sindicato, como também das outras trabalhadoras, tem demonstrado que é possível e viável a ocupação dos espaços de poder por estas mulheres.

**QUADRO 4****Gestões do STRFS**

Período	Presidência	Secretaria Geral	Secretaria de Finanças
1989-1992	MARIA DAS VIRGENS ALVES DE ALMEIDA	EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS	RAIMUNDO MACHADO DE SOUZA
1992-1995	LOURENÇO CUNDES FERREIRA	MARIA DAS NEVES OLIVEIRA	MARIA ELIETE DE JESUS PEREIRA
1995-1998	MARIA CONCEIÇÃO BORGES FERREIRA	MARIA DAS VIRGENS ALVES	BONIFÁCIO ALVES
1998-2001	MARIA CONCEIÇÃO BORGES	MARIA DAS VIRGENS ALVES	BONIFÁCIO ALVES
2001-2004	MARIA CONCEIÇÃO BORGES	JACÓ	BONIFÁCIO ALVES



Foto 7: Reportagem do dia 8 de janeiro de 1989 do Jornal Feira Hoje

FEIRA HOJE/Domingo, 08/01/89 LOCAL

## Trabalhadores rurais elegem uma mulher para sindicato

## Servidores reivindicam



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, a partir do dia 28, pela primeira vez em sua história, a figura de uma mulher como presidente, em substituição a José Caciano Pereira. Aos 34 anos, Maria das Virgens de Almeida tem passagem na liderança sindical, assinalando-se como delegada do Sindicato da região da Bahia.

de temperamento simples e com raciocínio definido, Nina, é conhecida entre os produtores rurais, a presidente eleita do sindicato da categoria pretende am-

lideranças rurais, tem sido a figura do atravessador - aquele elemento que se interpõe entre a fonte e o consumidor. Hoje, a produção agrícola da região de Feira de Santana, em sua maioria é manipulada pelos atravessadores. Maria das Virgens justifica que isso decorre da deficiência infraestrutural da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - Apaeb -, que não pode comprar toda a produção dos associados.

A líder sindical lembra que a grande maioria dos pequenos agricultores não dispõe de condi-

O presidente da Associação dos Servidores Municipais de Feira de Santana, João Pereira Batista, vai convocar a categoria para uma assembléia geral nos próximos dias, com a finalidade de avaliar a proposta lançada pelo prefeito Colbert Martins em cumprir o pagamento de todos os direitos do funcionalismo público. O dirigente da associação se reuniu com o prefeito, quando segundo ele foi firmado um acordo ver-

bal para a realização de pagamento que sejam esgotados os canais de negociação.

O prefeito havia pagado parcelas de 25% de uma dívida aos servidores, prioritariamente os garis. Contudo, as listas de servidores a serem pagos não foram motivadas, fato que gera insatisfação.

## Fim da pessim

Foto 8: Reportagem de 6 de janeiro de 1989 do Jornal Feira Hoje



Foto 9: acima, reportagem do jornal Feira Hoje, dezembro de 1995.

Foto 10: abaixo reportagem sobre o dia 8 de Março de 1995 do jornal Feira Hoje.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos neste trabalho a trajetória das trabalhadoras rurais nas principais lutas e no cotidiano do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. Para isto utilizamos os depoimentos das mulheres e de seus companheiros de luta. Para isto partimos do ponto de vista das relações de poder imersas neste processo. O que foi possível com a abordagem das discussões de gênero, categoria elaborada por estudiosas do Feminismo para pensarmos estas dinâmicas sociais.

Coube às trabalhadoras rurais articuladas em movimentos como MMTR e em Sindicatos Rurais elaborar um trabalho de busca pela garantia de seus direitos e pelo reconhecimento de sua função de trabalhadoras agrícolas. A idéia de complementaridade do trabalho feminino, considerado como ajuda foi uma das principais causas da invisibilidade destas mulheres no meio rural. O que enfatizou a hierarquia, a autoridade e a dominação sobre estas mulheres. (MAIA, 2007).

Assim ocorreu em diversas partes do Brasil e Nordeste e assim também ocorreu em Feira de Santana no sindicato dos trabalhadores rurais daquele município.

As trabalhadoras rurais iniciaram seu processo de aproximação à entidade em finais da década de 80 e início da década de 90. Um processo paulatino de construção destas enquanto sujeitos políticos dentro do sindicato. Esta construção foi, sobretudo marcada por um árduo trabalho, que iniciou com a ocupação destas de postos de decisão. Além disso, o contato das trabalhadoras rurais com oficinas de conscientização de gênero, onde debatiam as desigualdades entre homens e mulheres apresentadas à sociedade e que eram reproduzidas cotidianamente no espaço doméstico e nos espaços de luta contribuiu, significativamente, para o reconhecimento do trabalho delas no sindicato e fora dele.

Alguns momentos, como vimos ao longo deste trabalho, principalmente no IV Capítulo, as trabalhadoras rurais, depararam-se com momentos de dificuldades, seja por conta do fenômeno natural da seca, ou nos encontros com o poder público municipal que nas diversas gestões demonstrou muitas vezes o descaso para com aquela população. Ressaltamos, também, estes conflitos no espaço sindical, onde ocorriam as disputas por espaços de poder, seja nas eleições sindicais ou mesmo em assembleias da categoria.

Como foi o caso das eleições de 1995, momento em que a chapa composta majoritariamente por mulheres disputa o pleito eleitoral e sai vitoriosa. Mas não bastaria apenas ocupar cargos. Era preciso que aquelas trabalhadoras rurais à frente do sindicato

direcionassem a entidade a fim de privilegiar as discussões a respeito da ampliação dos direitos da trabalhadora rural e também questionassem a ausência das mulheres de diretorias executivas dos sindicatos, a nível nacional e regional.

Não buscamos reforçar a idéia de que estas mulheres foram excepcionais, mas ressaltamos o quanto a atuação delas seja na presidência, seja na base do sindicato questionou a opressão e as desigualdades de gênero, buscando rompê-las. Sem deixar, é claro de privilegiar também as questões que diziam respeito às lutas gerais dos trabalhadores da região, categoria à qual pertenciam.

Este trabalho buscou inserir-se no conjunto de estudos que estão cada vez mais atentos às dinâmicas e demandas de sujeitos que outrora estiveram por completo silenciados (as) da/na produção científica. Caminhos alternativos já começaram a ser traçados com o uso de novos conceitos e novas propostas no campo teórico e metodológico.

Os trabalhos acadêmicos que analisam as questões das trabalhadoras rurais, especificamente, são fundamentais porque durante muitos anos a academia não priorizou esta categoria ou não analisou as condições de vida das pessoas que viviam no campo. Assim, a vida no campo, o trabalho no campo e os sujeitos que ocupam as zonas rurais no Brasil foram considerados atrasados e seus modos de vida ultrapassados.

Hoje, temos nos utilizado dos espaços de produção acadêmica para construir diferentes leituras sobre os mais diferentes contextos culturais e históricos afastando-se da explicação evolutiva que coloca em oposição a *cidade* e o *campo* como sinônimos respectivamente de modernidade e atraso. Além disso, percebemos que as desigualdades de gênero estão presentes tanto no espaço urbano quanto no rural, com suas formas peculiares de se apresentar e manter a subordinação feminina. Nosso objetivo enquanto feministas é romper com estes abismos sócio culturais, que marcam as desigualdades de gênero, raça, geração, etnia/raça e orientação sexual.

Neste sentido, o estudo sobre a participação feminina no sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana na contemporaneidade é mais uma contribuição à produção acadêmica que focaliza este segmento da nossa sociedade.

Esta dissertação, cujo foco foi a atuação feminina no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, buscou analisar a atuação das trabalhadoras rurais, categoria que durante muito tempo permaneceu distante dos estudos acadêmicos. Buscamos neste trabalho não defender um modelo de 'gestão feminina', o que seria incorrer num grave essencialismo. Sabemos, por outro lado, que foi fundamental a participação feminina no STRFS no sentido de implementar algumas questões específicas na agenda sindical. Contudo, sabemos que as

relações desiguais de gênero ainda são reproduzidas mesmo no espaço sindical em foco, haja vista serem sutis suas formas de reprodução, o que implica que estas lutas e a análise em torno delas, ainda são bastante atuais.

As mulheres foram ‘excluídas’ da academia pela predominância de um discurso androcêntrico que reproduzia o ponto de vista específico. Porém, têm sido significativas as inquietações nos distintos ramos das Ciências, especialmente, das Humanas que ocultaram o passado e o presente das mulheres (SARDA, 1987). O fazer-se da Ciência Moderna ratificou e reproduziu formas de exclusão das mulheres do processo de produção do conhecimento, portanto, à medida que avançaram as lutas contra estas desigualdades, tem-se vivenciado grandes mudanças nos métodos e conteúdos da Ciência. Para isso, é primordial e necessária a incorporação de uma consciência crítica de gênero na produção do conhecimento acadêmico.

**FONTES:****Fontes do STRFS**

Documento final da Primeira Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (Março de 1997)

Livro de Atas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana(1987-2002)

Fichas de Filiação dos Associados do STRFS

**Fonte Orais: entrevistas**

Conceição Borges (ex presidente do SRTFS- setembro de 2007)

Eduardo Pereira (ex secretario do STRFS- setembro de 2007)

Maria das Virgens Almeida (ex presidente do STRFS- outubro de 2008)

Caciano Pereira (ex presidente do sindicato- setembro de 2008)

Maria das Neves (ex secretaria do sindicato- outubro de 2008)

Maria Odete dos Santos (Integrante do grupo de mulheres - novembro de 2005)

Dionísia Pereira (Integrante do grupo de mulheres - novembro de 2005)

**Jornais impressos**

Jornal Feira Hoje (1989-1997)

Folha de Feira (1995-1999)

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam/CASTRO, Mary Garcia. *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Brasília, UNESCO, 1998.

AMADO, Janaína(orgs.) *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira. *Redes de Centralidade em Feira de Santana(BA) O centro de Abastecimento e o comércio de feijão*. Instituto de Geociências, Salvador, 2005 (Dissertação de mestrado).

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. “Ameaça aos direitos trabalhistas das mulheres e a configuração de novas demandas relativas às questões de gênero”. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. (org.)... [et al]. *Transformando as relações de trabalho e cidadania: Produção, Reprodução e Sexualidade*. São Paulo, CUT, 2007.

\_\_\_\_\_ & FERREIRA, Verônica Clemente. “Sindicalismo e Relações de Gênero no Contexto da Reestruturação Produtiva”. In: ROCHA, M. B. I.(org). *Trabalho e Gênero, mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/ UNICAMP e CEDPLAR/ UFMG/ São Paulo. Editora 24, 2000

ARAÚJO, Clara. “Ações afirmativas como estratégias políticas feministas”. In. BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra (org) *Gênero, democracia e sociedade*. São Paulo. Fundação Getulio Vergas. 2002. pp. 143-166.

ÁVILA, Maria Betania. “Feminismo, cidadania e transformação social”. In. Ávila. M. B.(org). *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*. Recife, SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2001, pp 15-61.

BEAURVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo* . São Paulo, Difel, 1972.

BONI, Valdete. “Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó - Santa Catarina”. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis Vol.12. 2004 pp. 289- 203.

CAPPELLIN, Paola. “Viver o Sindicalismo no Feminino”. In Revista Estudos Feministas (nº especial). Rio de Janeiro, CIEC. 1994. Pp. 271-290.

\_\_\_\_\_. “Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira”. In: Del Priori, Mary(org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3ª ed. SP: Contexto. 2000.

CASTELO, Ana Maria Pereira. *Mas afinal o que querem as mulheres? A mulher no sindicato dos trabalhadores rurais de Feira de Santana*. (Trabalho monográfico) Feira de Santana, UEFS, 1999.

CASTRO, Mary Garcia. *Gênero e Poder no espaço sindical*. In: Revista de Estudos Feministas. nº 1. 1995,pp 29- 51.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1999

COSTA, Ana Alice. “Em busca de uma cidadania plena”. In: ALVARES, Maria Luzia Miranda e SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Olhares e Diversidade: Os estudos sobre gênero no Norte- Nordeste*. Belém, PA, 1999. (p.95-104)

\_\_\_\_\_. *As Donas do Poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM- UFBA, Coleção Baianas, nº 2, 1998

CRUZ, Rossine. *A inserção de Feira de Santana(BA) nos processos de integração produtiva de desconcentração econômica nacional*. Tese de doutorado. Unicamp. Campinas, 1999.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho e MARINHO, Ricardo José de Azevedo. “A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil”. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho e COSTA, FLEXOR, Georges e SANTOS, Raimundo(orgs). *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina(orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Fundação Carlos Chagas. Rosa dos Tempos.1992

\_\_\_\_\_. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. Revista de Estudos Feministas. Vol. 2, 2/1994. P. 373/386

ESMERALDO, Gema Galgani. “*O Feminino na Sombra: Relações de Poder na CUT*”. Fortaleza: EUFC, 1998.

\_\_\_\_\_. Representação política do gênero feminino e masculino nas direções sindicais: mudanças e permanências. In: ALVARES, Maria Luzia Miranda & SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Olhares e Diversidade: Os estudos sobre gênero no Norte-Nordeste*. Belém, PA, 1999. (p.75-94)

FARIAS, Maria Dolores Mota. “Além da fala: imagens e representações no movimento de mulheres trabalhadoras rurais. Metamorfose”. *O Gênero na Perspectiva Interdisciplinar*. Coleção Baianas. Vol. 3 Salvador. NEIM/UFBA. P. 147-164.1997

FISCHER, Izaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Pernambuco: Massangana, 2006

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo, Difel, 1987

FREITAS, Nacelice B. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização (1970-1996)*. Salvador: UFBA (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 1998.

GALVÃO, Mons. Renato. *Os povoadores da região de Feira de Santana*. Sitientibus, 1982.p.25-31

GANDON, Tânia Risério de Almeida. *Etnotexto e identidade cultural na construção da memória*. Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, numero 23, jan/jun 2005

GIULIANI, Paola e MIELE, Neide. *Silenciosas e Combativas*. UFPB (s/ ano)

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006

GUZMAN, Virginia. “A equidade de gênero como tema de debate para as políticas públicas”. In. FARIA, Nalu et al. (org). *Gênero nas políticas públicas*. São Paulo, SOF, 2000, pp 63- 86.

HARDING, Sandra. *Ciência y Feminismo*. Tradução de Palo Manzano. Madrid: Morata, 1996.

KHOURY, Yara Aun. “Narrativas orais na investigação da História Social”. Projeto História, São Paulo, (22), jun. 2001.

JESUS, Tatiana Farias de. *Participação Feminina no Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Feira de Santana*. Feira de Santana, UEFS (monografia de Especialização em História da Bahia), 2008.

\_\_\_\_\_. *Histórias de luta e relações de poder: participação feminina no sindicato de trabalhadores rurais de Feira de Santana (1989-2002)*. Anais do Encontro Estadual da ANPUH-Bahia Vitória da Conquista, UESB, 2008. (disponível em [http://www.uesb.br/anpuhba/anais\\_eletronicos/Tatiana%20Farias%20de%20Jesus.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Tatiana%20Farias%20de%20Jesus.pdf).)

\_\_\_\_\_. *As lutas das trabalhadoras rurais e as relações de gênero no sindicato dos trabalhadores rurais de feira de Santana (1989-2002)*. Anais do Encontro Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis-SC, UFSC, 2008. (disponível em [http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST15/Tatiana\\_Farias\\_de\\_Jesus\\_15.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST15/Tatiana_Farias_de_Jesus_15.pdf))

LAMAS, M. (comp..), *El gênero: La Construcción Cultural de la Diferencia Sexual*. México, D. F.: PUEG/ UNAM, 1996.

LIMA, Zélia. *Lucas Evangelista : O Lucas da Feira : Estudo sobre rebeldia escrava em Feira de Santana(1807-1849)*. Dissertação de Mestrado em História apresentada na FFCH DA UFBA.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. *As armas de marte no espelho de vênus: a marca de gênero em ciências biológicas*. (Tese de doutorado em educação/UFBA) Salvador: 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

LOWY, Ilana. “Universalidade da ciência e conhecimentos “situados” “. In. Cadernos Pagu, 15(2000).Pp. 15-038.

MAIA, Sylvia Maria dos Reis(org.). *Assentamentos Rurais: estudos realizados na Bahia e em Sergipe*. Salvador, Editora FIB. 2007.

\_\_\_\_\_. & ARAPIRACA, Tâmara Cruz. Gênero, Agricultura familiar e geração de renda: Um estudo de caso. P. 243-261. In: COSTA, Ana Alice Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia* . Coleção Baianas. Salvador. 2002

\_\_\_\_\_ e FERNANDES, Jeovane. In: ALVAREZ, Luiza e SANTO, L. M. *Notas sobre movimentos sociais de mulheres na Bahia: Fluxo e Refluxo*. CEJUP, p. 161-178. (sem ano).

MARTINS, José de SOUZA. *Reforma Agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: Editora da USP, 2000.

MATOS, Maira Izilda. *Por uma história da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000

MOREIRA, Vicente Deocleciano. *Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana*. Revista Sitientibus, nº 18, p. 167-196, jan-jun.1998

\_\_\_\_\_, Vicente Deocleciano. *Projeto Memória da Feira Livre- Primeira Fase*. Revista Sitientibus, jan-jun.1984

\_\_\_\_\_, Vicente Deocleciano. *Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana*. Revista Sitientibus, p.171. jan- jun de 1986.

\_\_\_\_\_, Vicente Deocleciano. *Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana*. Revista Sitientibus, p.112/ jul-dez 1986.

MOUFFE, Chantal. “*Feminismo, cidadania e política democrática radical*”. In: *Feminists Theorize the Political*, ed. Judith Butler and Joan W. Scott, Routledge, 1992.

MORAES, Ana Angélica. *Sant’ Anna dos Olhos D’ Água: resgate da memória cultural e literária de Feira de Santana*. Salvador: UFBA,1998

MORAIS, Clodomir Santos de. “*História das Ligas Camponesas no Brasil*” In: STEDILE, João Pedro (org). *História e natureza das ligas camponesas no Brasil, 1954-1964*. (p.21-71)..

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988)*.Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes Neves. *História Local e Regional: fragmentação da História na crise da Modernidade*. Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira. *Resistir para sobreviver: o trabalho rural do município de Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais*. Feira de Santana, 1997

OLIVEIRA, Telma Regina Teles. *A Mulher Aposentada Rural: Sindicalismo e Alternativa de Sobrevivência, Humildes 1989- 1999.* ( Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Teoria da História- UEFS- Bahia. 2001)

OLIVEIRA, Clóvis Frederico. *Do Empório a Princesa do Sertão. Utopias civilizadoras em Feira de Santana.* Dissertação de Mestrado. FFHC-UFBA, Salvador, 2000.

PACHECO, Larissa B. P. “A feira e a nova Feira: tradição, costume e conflito em Feira de Santana-Ba (1967-1977). Feira de Santana, UEFS (monografia de Especialização em História da Bahia), 2008.

PARISIUS, Cornélia. *Ser mulher num mundo de homens.*Serra Talhada: SACTES/DED, 1995.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: Revista de Estudos Feministas. Vol. 12 n. 1, 2004

PEREZ SEDENO, E. "La deseabilidad epistémica de la equidad en ciencia" In: Frias (Org.). *Las mujeres ante la ciência del siglo XXI.* Instituto de Investigaciones Feministas, Universidad Complutense de Madrid. Espana: Complutense, 2001.

POPPINO, Rollie. Feira de Santana. Editora Itapuã. 1968

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia.*Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990

SADER, Eder. *Quando os Novos Personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores de São Paulo.* Rio de Janeiro, Paz eTerra, 1988

SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e Trajetória do PT de Feira de Santana-Bahia(1979-2000).* Rio de Janeiro, UFF, 2007 (dissertação de mestrado).

SARDA MORENO, Amparo. *El arquétipo viril protagonista de la história. Ejercicios de lectura no androcéntrica.* Cuadernos Inacabados, Barcelona, La Sal, 1987. Pp. 17- 68.

SARDENBERG, Cecília M. B. “Estudos Feministas : um esboço crítico”. In: Célia Gurgel (org.). *Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero.* Salvador: REDOR- NEGIF, 2004, pp. 17-40.

\_\_\_\_\_, Cecília e COSTA, Ana Alice. “Feminismo, Feministas e movimentos sociais”. In: Margarida BRANDÃO e M. Clara BINGHEMER (orgs.), *Mulher E Relações de Gênero*. São Paulo: Loyola, 1994

\_\_\_\_\_,Cecília. “O gênero da memória. Lembranças de operários e operárias”. In: PASSOS, Elizete, ALVES, Ivya e MACEDO, Márcia. (Org.). *Metamorfoses: Gênero e Interdisciplinaridade*. Salvador: NEIM/UFBA - Coleção Bahianas Vol. 3, 1998, p. 147-164

SCHAAF, Alie van der. *Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo - RS : Universidade de Passo Fundo, 2001.

SCOTT, Joan. “gender and the politics of History”, New York: Columbia University Press, 1988 ,pp. : 28- 52[ Tradução: Gênero: uma categoria útil de análise histórica” Recife, SOS Corpo e Cidadania, 1993.

\_\_\_\_\_. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas Perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992

\_\_\_\_\_. *Feminismo e História*. New York, Oxford University Press.1996.

SOUZA Lobo, Elizabeth. *A Classe Operária tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense. 1991, pp. 143- 155.

STEDILE, João Pedro (org.) *A Questão agrária no Brasil*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2005.

TARSO, Paulo de. *Trabalhadores: Sindicalismo rural- limpar o terreno*. Debate nº 6, abril-maio-jun de 1989. In: [www2.fpa.org.br/portal/modules](http://www2.fpa.org.br/portal/modules)

THAYER, Millie. *Feminismo Transnacional: Re-lendo Joan Scott no Sertão*. In: Revista de Estudos Feministas, Vol. 9, nº 1, Florianópolis, 2001.

TROITIÑO, Sonia. “Trajetória e perspectivas da história das mulheres no Brasil”. In: VALDIVIESO, Perez et al. *La historia de las mujeres: una revisión historiográfica*. Valladolid: Universidad de Valladolid. 2004. p. 93-103.

YOUNG, Iris. *La justicia y la política de la diferencia*. Universitat de València: Ediciones Cátedra, 1990 [tradução de Silvina Alvarez]